



BARTOLOMEU LIMA DA COSTA



TERRITORIALIDADE CAMPONESA

ESTRATÉGIAS DE REPRODUÇÃO E ORGANIZAÇÃO SOCIOESPACIAL



Edufac

BARTOLOMEU LIMA DA COSTA

TERRITORIALIDADE CAMPONESA
ESTRATÉGIAS DE REPRODUÇÃO E ORGANIZAÇÃO SOCIOESPACIAL



Edufac 2019

Direitos exclusivos para esta edição:

Editora da Universidade Federal do Acre (Edufac),

Campus Rio Branco, BR 364, Km 4,

Distrito Industrial - Rio Branco-AC, CEP 69920-900

68. 3901 2568 - E-mail: edufac.ufac@gmail.com; edufac@ufac.br

Feito Depósito Legal

Editora Afiliada



**Associação Brasileira
das Editoras Universitárias**

BARTOLOMEU LIMA DA COSTA

TERRITORIALIDADE CAMPONESA
ESTRATÉGIAS DE REPRODUÇÃO E ORGANIZAÇÃO SOCIOESPACIAL



Territorialidade camponesa: estratégias de reprodução e organização socioespacial

ISBN 978-85-8236-100-9

Copyright © Edufac 2019, Bartolomeu Lima da Costa

Editora da Universidade Federal do Acre - Edufac

Rod. BR 364, Km 04 • Distrito Industrial

69920-900 • Rio Branco • Acre

COORDENADOR DA ENUFAC

- » Antonio de Queiroz Mesquita

CONSELHO EDITORIAL

- » Antonio de Queiroz Mesquita (Pres.), Antonio Gilson Gomes Mesquita, Cristieli Sérgio de Menezes Oliveira, Esperidião Fecury Pinheiro de Lima, Francisco Raimundo Alves Neto, Humberto Issao Sueyoshi, João Silva Lima, José Porfiro da Silva (Vice-Pres.), Lucas Araújo Carvalho, Manoel Limeira de Lima Júnior Almeida, Mário Luís Villarruel da Silva, Mônica da Silva Nunes, Sérgio Roberto Gomes de Souza, Sérgio Roberto Gomes de Souza, Yuri Karaccas de Carvalho

COORDENADORA COMERCIAL

- » Ormifran Pessoa Cavalcante

EDITORA DE PUBLICAÇÕES

- » Jocflia Oliveira da Silva
- » Maria Iracilda Gomes Cavalcante Bonifácio

DESIGN EDITORIAL / CAPA

- » Rogério da Silva Correia

FOTO DA CAPA

- » Bartolomeu Lima da Costa

REVISÃO DE TEXTO

- » Cid Rogério Oliveira de Souza
- » Ormifran Pessoa Cavalcante

DADOS INTERNACIONAIS DE CATALOGAÇÃO NA PUBLICAÇÃO (CIP)

C837t Costa, Bartolomeu Lima da
Territorialidade camponesa: estratégias de reprodução e organização socioespacial /
Bartolomeu Lima da Costa – Rio Branco: Edufac, 2019.

146 p. : il. ; col.

Inclui bibliografia.

ISBN: 978-85-8236-100-9

1. Economia agrícola. 2. Economia rural. 3. Camponeses. I. Título.

CDD 22. ed. 338.109811

Biblioteca Maria do Socorro de O. Cordeiro – CRB 11/667

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	11
-----------------	----

CAPÍTULO 1

TERRITÓRIO CAMPONÊS E A QUESTÃO AGRÁRIA NA AMAZÔNIA BRASILEIRA.....	17
--	----

1.1. Território e territorialidade: as múltiplas relações socioespaciais de poder	18
1.2. Campesinato e modo de produção camponesa	28
1.3. A questão agrária brasileira: pressupostos históricos	40
1.3.1. A gênese da questão agrária e do campesinato na Amazônia acreana ..53	

CAPÍTULO 2

QUESTÃO FUNDIÁRIA, IMPACTOS AMBIENTAIS E A POLÍTICA DE DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO E TERRITORIAL NO ESTADO DO ACRE.....	61
--	----

2.1. Políticas de desenvolvimento agrário na Amazônia e os impactos socioam- bientais decorrentes da expansão da fronteira agropecuária.....	62
2.1.1. A questão ambiental e o desenvolvimento (in)sustentável: alguns apon- tamentos	66
2.2. A questão fundiária e os primeiros projetos de assentamentos do Incra no estado do Acre	71
2.3. Os assentamentos rurais a partir da década de 1990 e a modalidade dos Pro- jetos de Desenvolvimento Sustentável – PDS	81

CAPÍTULO 3

TERRITORIALIDADE CAMPONESA: ESTRATÉGIAS DE REPRODUÇÃO E ORGANIZAÇÃO SOCIOESPACIAL DAS FAMÍLIAS ASSENTADAS NO PDS NOVA ESPERANÇA	89
---	----

3.1. Síntese socioeconômica do município de Porto Acre e o peso da produção agrícola familiar para a economia local	90
3.2. PDS Nova Esperança: localização e acesso.....	95
3.2.1. Contexto de criação do PDS Nova Esperança com base na legislação am- biental.....	97
3.3. Acesso a terra: a resistência pela melhor condição de trabalho	100
3.3.1. Trajetória da família e o perfil agrícola.....	102
3.4. Aspectos da lógica camponesa reproduzida no PDS.....	103
3.4.1. População e organização social do trabalho	103
3.4.2. Acesso à educação e grau de escolaridade.....	109
3.4.3. Atendimento à saúde e infraestrutura sanitária no assentamento.....	112
3.4.4. Habitação e acesso à rede de energia elétrica.....	113
3.4.5. Ramais e meios de transporte	115

3.5. Territórios de produção: autossustentação e adequação ao mercado	116
3.5.1. Sistema de produção	116
3.5.2. Apoio à produção: assistência técnica e acesso ao crédito	121
3.5.3. Destino da produção: autoconsumo e comercialização	124
3.5.4. Composições da renda familiar	128
3.6. As novas territorialidades que estão sendo construídas no assentamento	130
3.6.1. Organização social, política, econômica e religiosa	131
3.6.2. Vivência das famílias assentadas	132
 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	 135
 REFERÊNCIAS.....	 141

PREFÁCIO

Quero iniciar manifestando que é uma enorme satisfação prefaciá-lo este trabalho. Vejo-o por vários ângulos de importância: primeiro pelo autor – neste o livro é o retrato de uma luta de superação de um aluno e colega profissional que me impressiona pela seriedade, determinação, esforço, dedicação, persistência e competência em superar todos os desafios que a vida acadêmica e profissional lhe pôs; segundo, por considerar que o autor é um exemplo de humildade no seu jeito de ser como pessoa e profissional da Geografia; terceiro pela contribuição em estudar essa área do conhecimento que tenho militado, a qual o autor também tem abraçado com firmeza desde o início de sua carreira; e, por final, por ser uma sincera demonstração de gratidão a mim, embora pense não ter colaborado em nada para merecer esta distinção. Mas, ser grato é uma atitude de humildade e então, apenas posso dizer que este convite deixou-me muito envaidecido e por isto, sou muito grato pela consideração do Professor Me. Bartolomeu Lima da Costa, ou simplesmente, como chamamos: “Bartô”.

Eu o conheci no início de sua graduação em Licenciatura em Geografia na Universidade Federal do Acre. Lembro-me que ele tentou ser meu bolsista de Pibic e participou de algumas atividades com o meu grupo de pesquisa, mas não foi possível naquela época obter bolsa para seu trabalho. Então, Bartô foi trabalhar com outro colega professor, com quem desenvolveu com muita competência e seriedade trabalhos de iniciação científica. Assim, logo que concluiu a licenciatura, ingressou no Curso de Bacharelado em Geografia e no Mestrado em Desenvolvimento Regional. Nessas duas iniciativas, agora sim, ele seria meu orientando.

Naquelas novas empreitadas “Bartô” trazia uma excelente experiência, ainda que inicial, do seu aprendizado com a iniciação científica, por orientação na época, do Prof. Me. José “Bairral” Alves. Contudo, Bartô, tendo ingressado no mestrado, teve que priorizar tal curso, porquanto necessitava pagar os créditos teóricos no primeiro ano. Logo depois de cumprir os créditos do mestrado, voltou a cursar também as disciplinas no bacharelado em Geografia. Contudo, concluiu o curso de pós-graduação antes do bacharelado.

Em ambos os cursos tratamos de questões de estudos agrários, por opção de um campo de pesquisa que vinculava os principais problemas em pauta

na realidade agrária acreana, mas que também, retratava um pouco do legado histórico de sua origem camponesa. Nisto, seu projeto de vida acadêmico se aproximava do meu: somos intelectuais da Geografia, oriundos da roça – camponeses, até certo ponto da vida. Com essa origem, sua trajetória pessoal é uma fonte influenciadora sobre seu modo de ver, interpretar e apresentar o espaço rural em sua produção acadêmica.

Foram esses os pressupostos que nortearam a construção desta obra *Territorialidade camponesa: estratégias de reprodução e organização socioespacial* aqui prefaciada.

Neste trabalho, o autor apresenta uma excelente análise do processo de territorialização dos assentamentos familiares rurais no Acre. Para isso, discute de forma ampla sobre os problemas agrários acreanos com enfoque para o acesso à terra de trabalho para a produção familiar. Tudo isso, tendo como base para a discussão o viés da reprodução camponesa e seus condicionantes no espaço rural produzido.

Na sequência, discute-se sobre as modalidades de assentamentos e as implicações destes no uso da terra por parte das populações beneficiadas. Demonstra dessa forma, o modo como ocorre o processo de mercadorização da terra, mesmo onde há uma criação/recriação de espaço para os camponeses. Tudo isso leva a uma discussão sobre o processo contraditório da produção capitalista do espaço do campo, quando, articulado aos mecanismos do poder que institui a recriação do campesinato, também se desenvolvem os mecanismos de expropriação/subordinação dos assentados, em especial, na lógica macro dos processos de circulação de mercadorias (venda do excedente produzido) e venda da terra (em condições melhores que antes).

Com esta análise, passa-se então para a discussão de situações específicas que são os PDS no Acre, com foco especial no PDS Nova Esperança. Inicialmente demonstra-se o significado desta nova modalidade de assentamento, proposto e implantado pelo Incra. Então, analisa-se como esta modalidade vincula-se às demandas sociais e produtivas do Estado, para depois analisar o significado desses assentamentos no âmbito da questão agrária. Isto permite entender a inserção do viés ecológico/ambiental no âmbito das políticas de assentamentos, via o discurso “sustentável”, que desvia os problemas sociais.

Dessa forma, ao centralizar os problemas da cidade e do campo como problemas ambientais/ecológicos, retira-se o conteúdo social e passa-se a aplicar modelos de ajuste ao sistema, por via de promover o desenvolvimen-

to sustentável. Ao apresentar essa situação, contribui-se de forma crítica para compreensão das imbricações das políticas oficiais que, ao promover desvios das centralidades dos problemas agrários, também é refletido na periferia das cidades como problemas sociais urbanos (falta de trabalho, habitação, marginalização social, entre outros), sob a ótica totalizante da produção capitalista do espaço nesta parte da Amazônia.

Em suma, as reflexões presentes nesta obra mostram o amadurecimento, por experiências vividas pelo próprio autor, de sua trajetória na graduação e no mestrado em Desenvolvimento Regional, sempre estudando as questões vividas em assentamento rurais camponeses. Por isso, este trabalho configura-se como uma contribuição crítica fundamental para a compreensão geográfica da questão agrária da amazônia-acreana, realizada a partir das políticas de assentamentos de trabalhadores familiares.

Por final, aos leitores, devo dizer ainda, que esta obra manifesta um convite a entrar na realidade agrária acreana, sobretudo, no período que compreende o final da década de 1990 de até a atualidade. Seu relato é uma viagem pelo espaço rural, num ensaio de aplicação conceitual da teoria da reprodução ampliada e contraditória do capital, da crítica à vinculação com as questões ambientais e de sua experiência como estudioso originário da vida campesina amazônica. São estas condições que resumem a obra e o autor no seu perfil simples de ser, sem, contudo, ser simplório. Nessa simplicidade, ainda consegue ser crítico o suficiente para apresentar uma leitura *sui generis*, profunda sobre a problemática estudada.

Então, sintamo-nos todos convidados à leitura e façamos uma viagem pela realidade agrária dos assentamentos na Amazônia acreana.

Prof. Dr. Silvio Simione da Silva

(Numa quinta-feira, do dia 02 de outubro de 2014
– uma tarde quente e abafada na cidade de Rio Branco, AC –
aqui ao sul do paralelo central, no hemisfério ocidental da Terra,
nas altitudes modestas da Planície Amazônica)

INTRODUÇÃO

No Brasil, historicamente, a questão agrária constituiu um dos principais empecilhos para o desenvolvimento do país, prejudicando a vida de uma expressiva parte da população. O legado de séculos de ocupações e concentração de terras, exploração e sujeição do trabalhador ao desenvolvimento do capitalismo reflete as condições impostas para a perpetuação dos latifúndios monocultores.

O espaço rural brasileiro é palco de problemas como a concentração fundiária, a degradação ambiental, os conflitos no campo e uma modernização conservadora e desigual que fortaleceu as desigualdades sociais tanto no campo como na cidade. Fatos que constituem os principais entraves da realização da reforma agrária brasileira. Para Oliveira (2003, p. 153), “o papel da grande propriedade no país sempre foi servir de reserva patrimonial e de valor às elites”, tendo em vista que a distribuição de terras aos excluídos representa a redução do poder econômico e político das elites nacionais e regionais.

As conjunturas socioeconômicas e políticas sempre favoreceram a estrutura fundiária concentrada, dificultando a vida das famílias camponesas que necessitam da terra para a sua autossustentação e para o fornecimento do excedente da produção ao abastecimento da população. Tal fato merece atenção, pois vivenciamos um momento no qual as políticas voltadas para o rural brasileiro destacam-se com enfoque para o agronegócio e sua capacidade de gerar divisas para a economia nacional.

Os debates e reflexões sobre modelos e alternativas de desenvolvimento capazes de enfrentar os desafios e problemas socioeconômicos, ambientais e territoriais contemporâneos estão levando à formulação de novas estratégias de reprodução a partir das múltiplas relações socioespaciais¹.

Sabe-se que uma sociedade só se torna concreta a partir do espaço que ela produz. Ocorrendo a formação social do espaço, se constitui assim, a territorialidade que, por sua vez, envolve tanto a sociabilidade, quanto as tensões entre determinado grupo social no espaço geográfico, ao passo que

1. Refere-se às relações sociais e ao espaço simultaneamente. Para Fernandes (2005, p. 05) “o espaço e o território são fundamentais para a realização das relações sociais, sua existência assim como a sua destruição serão determinadas pelas relações sociais que dão movimento ao espaço”. Santos (1988 e 1996) analisa o espaço como uma instância da sociedade, portanto, sociedade e espaço devem ser considerados com um conjunto indissociável. Nesse contexto não podemos analisar sociedade e espaço separadamente. De acordo com Souza (2007), quando analisamos os processos ocorrentes no âmbito das relações sociais no espaço, sejam relacionados à economia, política ou cultura, estamos falando de relações socioespaciais.

as territorialidades proporcionam a formulação de estratégias de controle de um grupo social sobre um determinado espaço, através do fortalecimento de forças econômicas, políticas e culturais.

A partir desse pressuposto, buscamos levantar elementos que permitam compreender a questão agrária e a construção de novas territorialidades com a recriação do campesinato, verificando como as políticas públicas de desenvolvimento rural podem alterar a produção do espaço agrário, bem como as relações estabelecidas por camponeses assentados em projetos de reforma agrária.

O que nos levou a trabalhar com o tema foi uma série de fatores que começam com a seguinte interrogação: como as relações socioespaciais estabelecidas em assentamentos rurais contribuem para a formação de territorialidades camponesas? Para tanto, o nosso recorte espacial para o debate é a realidade acreana e o Projeto de Desenvolvimento Sustentável (PDS) Nova Esperança no município de Porto Acre – AC.

Diante do exposto, desenvolvemos um estudo geográfico do PDS Nova Esperança, buscando compreendê-lo no contexto político da ação governamental na criação de assentamentos com base no “desenvolvimento sustentável”. O estudo foi importante para evidenciar se o referido PDS vem contribuindo de algum modo para a formação de novas territorialidades camponesas inseridas na sustentabilidade ou não, tanto das famílias assentadas, quanto dos recursos naturais existentes no local, além de permitir uma análise da política de desenvolvimento agrário e territorial na escala local.

Nesse contexto, o objetivo da pesquisa foi analisar as relações socioespaciais estabelecidas no PDS Nova Esperança como elementos para compreender a formação de novas territorialidades camponesas. Especificamente, buscou-se identificar, a partir das alterações na política de desenvolvimento agrário e territorial acreano, a melhoria ou não na qualidade de vida das famílias assentadas, além de compreender como as territorialidades camponesas estabelecidas no projeto de Desenvolvimento Sustentável Nova Esperança, através das ações de sociabilidades desenvolvidas pelas famílias assentadas, podem estar fortalecendo ou não a permanência desses sujeitos no local.

Na construção do referencial teórico-metodológico buscamos compreender o conceito de território e territorialidade na Geografia, a fim de verificarmos as relações socioespaciais que se estabelecem na área de estudo. Também tivemos como foco a identificação de alguns elementos da política de

desenvolvimento agrário e territorial no Brasil, especialmente na Amazônia e no Estado do Acre, onde, nos últimos anos, houve uma tentativa de incrementar as formas de ordenação territorial calcada na chamada “sustentabilidade”.

Optamos por um recorte teórico conceitual para compreender a realidade local, porém sempre articulando com outras escalas espaciais envolvidas no respectivo processo, no caso a estadual, a regional e a nacional. Nesse sentido, enfocamos principalmente as políticas públicas voltadas para o campo a partir da década de 1990, as quais tentaram modificar um padrão anteriormente vigente de degradação ambiental mais intensa, decorrente da frente pioneira agropecuária.

Portanto, a pesquisa permitiu levantar dados e informações sobre projetos de reforma agrária que têm a “bandeira” da sustentabilidade como destaque, bem como analisar se o processo de formação de territorialidades camponesas vem contribuindo para a melhoria da qualidade de vida das famílias assentadas.

Para o desenvolvimento deste estudo no PDS Nova Esperança realizou-se um trabalho de campo pautado no levantamento de dados no âmbito individual, com alguns assentados. Dentre os instrumentos utilizados na pesquisa, contou-se com o auxílio de um questionário estruturado, aplicado de forma individual e direcionado a uma amostra aleatória das famílias. Entrevistamos 30 famílias, correspondendo a um universo de 50% dos assentados, totalizando 110 pessoas. As entrevistas focadas na constituição do PDS Nova Esperança foram direcionadas a alguns assentados que se disponibilizaram ou foram indicados para tal relato.

Por acreditar que as múltiplas relações socioespaciais estabelecidas constituem territorialidades distintas no campo e na cidade que, por sua vez, envolvem tanto a sociabilidade, quanto as tensões entre determinado grupo social no espaço geográfico, estruturamos este livro da seguinte forma:

O primeiro capítulo, “Território camponês e a questão agrária na Amazônia brasileira”, apresenta uma reflexão teórica primordial para o trabalho. É destacado no primeiro tópico que as territorialidades proporcionam a formulação de estratégias de controle de um grupo social sobre um determinado espaço através do fortalecimento da economia, política e cultura, nesse caso de estudo, a territorialidade camponesa. O segundo tópico apresenta uma discussão sobre o campesinato e o modo de produção camponesa como uma das formas particulares de reprodução socioespacial no meio rural que se

constitui enquanto modo específico de produzir e de viver em sociedade, preconizando que a possibilidade de desenvolvimento agrário e territorial passa primeiramente, pelo entendimento de que existe uma “questão agrária a ser resolvida”, e que a solução segue proposta por duas direções ou modelos: o paradigma da questão agrária ou o paradigma do capitalismo agrário.

Ainda no capítulo primeiro, apresentamos pressupostos históricos da questão agrária brasileira, abordando questões como o processo de dominação capitalista no campo e as diversas formas de resistência e recriação do campesinato. Procuramos contribuir para a construção de uma proposta de desenvolvimento para o campo que considere as verdadeiras dimensões do espaço agrário brasileiro e as pessoas que vivem no campo e do campo, principalmente na região amazônica, com toda sua especificidade.

Finalmente, apresentamos alguns elementos sobre a gênese da questão agrária e do campesinato na Amazônia acreana, destacando que, desde o início da penetração da frente extrativista, alguns seringueiros paulatinamente foram sendo liberados para desenvolverem agricultura para a subsistência da família e o abastecimento do seringal. Além disso, no contexto da disputa pelo território, a produção foi fundamental para que sua população não ficasse sem provisões. Posteriormente, a agricultura camponesa serviu para o suprimento do incipiente mercado de consumo da região, ao passo que gradativamente, foram sendo implantadas as primeiras colônias agrícolas, principalmente nos arredores das principais cidades.

O segundo capítulo, “Questão fundiária, impactos ambientais e a política de desenvolvimento agrário e territorial no estado do Acre”, apresenta alguns cenários da questão fundiária nesse Estado, a qual é caracterizada pelo processo de dominação capitalista na floresta via extrativismo e pela expansão agropecuária, fato que resultou em lutas de classes pela posse e uso da terra.

Para tanto, abordamos inicialmente as políticas de desenvolvimento agrário na Amazônia e os impactos socioambientais decorrentes da expansão da fronteira agropecuária. Em seguida, elencamos alguns elementos da questão ambiental e o “desenvolvimento sustentável”, evidenciando alguns apontamentos de autores que discutem este paradigma, para compreender a realidade acreana.

Na sequência, discutimos especificamente sobre a questão fundiária no rural acreano, desde o processo de ocupação territorial pela frente extrativista, e posteriormente a expansão da frente agropecuária, bem como os

primeiros projetos de assentamentos do Incra no Acre, os quais contribuíram para o processo de reconcentração fundiária, gerando uma série de conflitos sociais no campo.

Finalmente, discorreremos sobre os assentamentos rurais da década de 1990 e a modalidade PDS (Projetos de Desenvolvimento Sustentável), fazendo uma breve caracterização de cada um, dando ênfase ao novo contexto de assentamentos rurais, os quais teoricamente, são caracterizados por apresentar atividades de baixo impacto ambiental.

O terceiro capítulo, “Territorialidade camponesa: estratégias de reprodução e organização socioespacial das famílias assentadas no PDS Nova Esperança”, apresenta algumas considerações sobre os aspectos socioeconômicos do município de Porto Acre e o peso da produção agrícola familiar para a economia local. Enfocamos os aspectos da lógica camponesa reproduzida no assentamento desde o processo de luta e resistência para permanecer na e da terra. Destacamos as estratégias de fortalecimento na terra, através das novas territorialidades construídas no referido PDS, seja pela sociabilidade, bem como pelo processo de organização da produção e adequação ao mercado para garantir a permanência no local.

Nas Considerações Finais, evidenciamos os principais resultados alcançados no decorrer deste estudo.

CAPÍTULO 1

TERRITÓRIO CAMPONÊS E A QUESTÃO AGRÁRIA NA AMAZÔNIA BRASILEIRA

O território deve ser compreendido como produto da materialidade técnica das sociedades; um campo de forças políticas onde as ações humanas constroem as marcas e projetam suas dimensões socioespaciais através das múltiplas territorialidades (SANTOS, 2001).

1.1. TERRITÓRIO E TERRITORIALIDADE: AS MÚLTIPLAS RELAÇÕES SOCIOESPACIAIS DE PODER

O conceito de território surge nas Ciências Sociais associado a uma dimensão de apropriação e/ou sentimento de pertencimento, sendo esta apropriação no sentido de controle efetivo por parte de instituições ou grupos sobre um dado segmento do espaço concreto em si (com seus atributos naturais e socialmente construídos), que é apropriado, ocupado por um grupo social. Ao longo de sua evolução paradigmática, tal conceito sofreu várias ressignificações, que vão desde sua vinculação ao domínio espacial do Estado-nação até as novas perspectivas.

Nesse sentido, Santos (2001, p. 15-19) afirma que “hoje, quando vemos uma dialética do mundo concreto, evoluímos da noção, tornada antiga, de Estado Territorial para a noção pós-moderna de transnacionalização do território”. Ao passo que “o território (transnacionalizado) se reafirma pelo lugar e não só pelo novo fundamento do espaço e mesmo pelos novos fundamentalismos do território fragmentado, na forma de novos nacionalismos, novos localismos”.

Atualmente a interdependência universal dos lugares vem promovendo alterações profundas no espaço geográfico, principalmente a partir da década de 1970, quando ocorreram novos progressos técnicos científicos e informacionais, sob a égide do mercado capitalista, os quais transformaram e construíram diferentes territórios no mundo globalizado (SANTOS, 2001).

Esse período é denominado por Milton Santos de “técnico-científico-informacional”, no qual:

[...] o território ganha novos conteúdos e impõe novos comportamentos, graças às enormes possibilidades da produção e, sobretudo, da circulação dos insumos, dos produtos, do dinheiro, das ideias e informações, das ordens e dos homens. É a irradiação do meio técnico-científico-informacional que se instala sobre o território (SANTOS, 2001, p. 52-53).

Nessa perspectiva, ao considerar a importância das discussões sobre a dinâmica territorial para uma análise regional, temos como objetivo compreender o conceito de território e territorialidade. Para uma melhor compreensão deste tema é conveniente a utilização de trabalhos que buscam desvendar as várias faces de análise da questão territorial, uma vez que existem linhas teóricas diferentes e divergência nas concepções sobre a temática, resultando em conceitos diferenciados. Assim, temos como fundamento contribuições

de alguns autores conceituados que discutem a temática em questão nas perspectivas simbólica, relacional, escalar e multidimensional.

Ao considerar que o entendimento de tais questões contribuirá para o desenvolvimento de nosso trabalho no tocante ao entendimento das formas de reprodução no espaço que as famílias assentadas exercem em seu território, abordaremos o conceito de território e territorialidade como um dos focos de análise da Geografia, a fim de verificar as múltiplas relações socioespaciais que se estabelecem através das estratégias de controle de um grupo social sobre outro, via fragilização ou fortalecimento de forças econômicas, políticas e culturais, contidas nas diferentes escalas geográficas.

Quando nos propomos a compreender as relações socioespaciais no campo, inicialmente faz-se necessário distinguir espaço de território, apesar de ambos serem produzidos e reproduzidos dialeticamente de forma articulada. Para Fernandes (2005, p. 02) o espaço é “multidimensional, multiescalar, em intenso processo de complementaridade, conflitualidade e interação”.

Para compreender este conceito, devemos considerar as várias dimensões das relações sociais, uma vez que o espaço geográfico é formado pelos elementos da natureza e também pelas dimensões sociais, produzidas pelas relações entre as pessoas (a sociedade), como a cultura, a política e a economia etc. Tendo em vista que,

Sempre que houve homens em interação com um espaço, primeiramente transformando a natureza (espaço natural) através do trabalho, e depois criando continuamente valor ao modificar e retrabalhar o espaço social estar-se-á também diante de um território, e não só de um espaço econômico: é inconcebível que um espaço que tenha sido alvo de valorização pelo trabalho possa deixar de estar territorializado por alguém. Assim, como o poder é onipresente nas relações sociais, o território está, outrossim, presente em toda a espacialidade social – ao menos enquanto o homem também estiver presente. [visto que], se todo território pressupõe um espaço social, nem todo espaço social é um território [...] (SOUZA, 2001, p. 96).

Claude Raffestin (1993), em seu livro *Por uma geografia do poder*, faz uma discussão sobre a diferenciação conceitual no que se refere ao espaço e ao território. Este autor considera que o espaço é diferente de território, pois aquele antecede ao território e este se forma a partir do espaço geográfico via relações que são estabelecidas no meio social. Assim, “[...] o território se apoia no espaço, mas não é o espaço. É uma produção, a partir do espaço. [...] Qualquer projeto no espaço que é expresso por uma representação revela

a imagem desejada de um território, de um local de relações” (RAFFESTIN, 1993, p. 144).

Para Santos (2001) o espaço também é produzido socialmente, e não é um *a priori*, mas ao contrário, pode ser considerado uma instância da sociedade. Desse modo, “o espaço representado não é mais o espaço, mas a imagem do espaço, ou melhor, do território visto e/ou vivido. É, em suma, o espaço que se tornou o território de um ator, desde que tomado numa relação social de comunicação” (RAFFESTIN, 2003, p. 147). Esta definição, dentre outros aspectos, revela as relações de poder que produzem e reproduzem um determinado território.

Raffestin (1993) afirma que em determinados casos, o poder corresponde à habilidade humana de agir em comum acordo, uma vez que aquele jamais é propriedade de um único indivíduo, mas representa um determinado grupo social. Em outras situações, o poder visa ao controle e à dominação sobre os homens e sobre as coisas. Além disso, o poder tem seus trunfos (população, território e os recursos).

A população está na origem de todo o poder, pois nela residem as capacidades virtuais de transformação, constituindo o elemento dinâmico do qual procede a ação. O território é a cena do poder e o lugar de todas as relações, mas, sem a população, ele se resume a apenas uma potencialidade. Os recursos determinam os horizontes possíveis da ação; “os recursos condicionam o alcance da ação” (RAFFESTIN, 1993, p. 58).

O autor supracitado destaca, ainda, que o território está estruturado a partir de ‘tessituras, nós e redes’, os quais estão organizados hierarquicamente a fim de assegurar o controle sobre aquilo que pode ser possuído, permitindo a realização da integração e a conexão dos territórios por meio das relações de poder. Nesse sentido, afirma que:

Tessituras, nós e redes podem ser muito diferentes de uma sociedade para outra, mas estão sempre presentes. Quer sejam formados a partir do princípio da propriedade privada ou coletiva, nós os encontramos em todas as práticas espaciais. [...] Com as tessituras, os nós e as redes, temos três subconjuntos estruturais aparentemente multiformes, mas que são, de fato, imagens possíveis de uma mesma estrutura base (RAFFESTIN, 1993, p. 151).

O ponto chave é que o poder é construído e exercido nas relações, por isso seu caráter relacional e sua importância para compreender a produção de território e territorialidades nas diversas escalas geográficas. Assim,

Os territórios de um país, de um estado, de um município ou de uma propriedade são totalidades diferenciadas pelas relações sociais e escalas geográficas. Essas totalidades são multidimensionais e só são completas neste sentido, ou seja, relacionando sempre a dimensão política com todas as outras dimensões: social, ambiental, cultural, econômica etc. (FERNANDES, 2008, p. 279).

A comunicação e a circulação também se apresentam como fonte de poder. Raffestin (2003) revela que um dos trunfos de poder na atualidade é de caráter informacional, o qual proporciona o deslocamento de poder para o espaço virtual, mesmo que se trate de informação política, econômica, social ou cultural.

Nesse prisma, Santos (2001, p. 17) afirma que “antigamente, [...] o que reunia as diferentes porções do território era a energia, oriunda dos próprios processos naturais. Ao longo da história é a informação que vai ganhando essa função, para ser hoje o verdadeiro instrumento de união entre as diversas partes de um território”.

Portanto, o território pode ser concebido “a partir da imbricação de múltiplas relações de poder. Do poder mais material das relações econômico-políticas ao poder mais simbólico das relações de ordem mais estritamente cultural” (HAESBAERT, 2006, p. 79). Na concepção de Souza (2001), o território é um espaço definido e delimitado por e a partir de relações de poder, o qual pode ser construído e desconstruído dentro de diferentes escalas temporais, podendo ainda ter um caráter permanente ou periódico. Assim,

A ocupação do território é vista como algo gerador de raízes e identidade: um grupo não pode ser mais compreendido sem o seu território, no sentido de que a identidade sociocultural das pessoas estaria inarredavelmente ligada aos atributos do espaço concreto [...]. (SOUZA, 2001, p. 84).

O conceito de território também está centrado nas dimensões sociais da economia, da política e da cultura, sendo aquele um produto socioespacial de relações de poder que ocorrem através de redes internas e externas. Nesse sentido, o território é fundado em procedimentos humanos que envolvem a comunicação, a cooperação e a troca, ou seja, as formas de socialização em uma dada formação territorial (SAQUET, 2007, p. 80-81).

Segundo Fernandes (2008 p. 279), o conceito de território deve ser analisado a partir de seus principais atributos: “totalidade, multidimensionalidade, escalaridade e soberania.” Uma vez que se o conceito de território não

for analisado a partir de sua totalidade, certamente perderá a sua capacidade explicativa da realidade socioespacial.

Sabe-se que a produção socioespacial depende das relações de identidade entre um grupo social e seu espaço. Nesse sentido, o território é o resultado de uma apropriação do espaço e a sua construção decorre principalmente da dimensão histórica e da construção do imaginário, que envolve relações de poder estabelecidas ao longo das diferentes temporalidades.

Nessa acepção, “o território é a expressão concreta e abstrata do espaço apropriado, produzido. É formado, em sua multidimensionalidade, pelos sujeitos que o (re)define constantemente em suas cotidianidades, num “campo de forças” das mais variadas intensidades e ritmos” (MORAIS, 2008, p. 32).

Ao discutir a distinção entre território e territorialidade, Saquet (2007, p. 83) afirma que: “[...] o território é produto da organização social e a territorialidade corresponde a ações de influência e controle em uma área do espaço, tanto de indivíduos como de suas atividades e relações, o que pode ocorrer em diferentes níveis escalares”. Além disso, em um contexto espaço-temporal,

[...] a territorialidade está intimamente relacionada ao modo em que as pessoas usam a terra, como organizam o espaço e como dão significados ao lugar. [Assim] a territorialidade é uma expressão geográfica primária do poder social (SAQUET, 2007, p. 83).

Nesse contexto, a territorialidade humana reflete a multidimensionalidade do vivido territorial pelos membros de uma coletividade e se manifesta em todas as escalas espaciais e sociais, sendo consubstancial a todas as relações socioespaciais. Assim,

[...] o que reivindica uma sociedade ao se apropriar de um território é o acesso, o controle, uso tanto das realidades visíveis *quanto dos poderes invisíveis* que as compõem, e que parecem partilhar o domínio das condições de reprodução da vida dos homens, tanto a deles própria quanto a dos recursos dos quais eles dependem (GODELIER, 1984 apud HAESBAERT, 2006, p. 49 – grifo do autor).

De acordo com Raffestin (1993, p. 158), a territorialidade adquire uma importância bem característica, “[...] pois reflete a multidimensionalidade do ‘vivido’ territorial pelos membros de uma coletividade, pelas sociedades em geral. Os homens ‘vivem’, ao mesmo tempo, o processo territorial e o produto territorial por intermédio de um sistema de relações existenciais e/ou produtivas”.

Assim, as dimensões das relações sociais vivenciadas no território formam uma identidade coletiva, a qual forma a territorialização. Na concepção de Saquet (2007, p. 87), “no território, há desigualdades, desterritorialização e reterritorialização, a partir da combinação de fatores econômicos, políticos e culturais, que substantivam ao mesmo tempo a *identidade coletiva*. O território é fruto dessa *lógica identitária* e combinatória existencial e regional” (grifos do autor).

Cada tipo de território tem sua territorialidade e por meio das relações e interações sociais, ocorrem as múltiplas territorialidades. Assim:

A multiterritorialidade une todos os territórios através da multidimensionalidade e por meio das escalas geográficas, [sendo que] em uma ação política tem desdobramento em vários níveis de escalas: local, regional, nacional e internacional. Neste sentido, ao pensar políticas territoriais, é necessário compreender sua multiescalaridade e sua multidimensionalidade (FERNANDES, 2008, p. 280).

Nesse sentido, a territorialidade se expressa através de diferentes escalas e várias dimensões sem que se possa identificar uma barreira entre os níveis individual e societal. “Assim o quarto, a casa, o bairro, a região, ou um país constituem as instâncias da territorialidade e o que pode transformar num território é o constante monitoramento do mesmo pelo sujeito [...]” (PENHA, 2005, p. 15).

De acordo com Saquet (2007, p. 86), a territorialidade humana, centrada na perspectiva política, envolve o controle sobre um determinado espaço, através de estratégias para controlar os recursos e as pessoas. A dimensão econômica está relacionada ao uso da terra, enquanto que no aspecto cultural diz respeito ao significado do espaço, ou seja, da territorialidade que, por sua vez, está “intimamente ligada ao modo como as pessoas utilizam a terra, como elas próprias se organizam no espaço e como elas dão significado ao lugar”.

O autor supracitado afirma que a territorialidade pode ser ativada e desativada demonstrando a mobilidade dos territórios. Assim, relativamente, o território é flexível ou, para utilizar as palavras de Souza (2001), o território pode ser móvel ou cíclico, dependendo das relações sociais que são desenvolvidas em um determinado espaço temporal.

Uma vez que os territórios são flexíveis, através das relações sociais ocorrem a desterritorialização e a reterritorialização ou, para utilizar o termo de Haesbaert (2006), des-re-territorialização. Assim, para o autor:

Podemos pensar a desterritorialização como um movimento que, longe de estar fazendo desaparecer os territórios, ou mesmo de correr ‘paralelo’ a um movimento territorializador, geralmente mais tradicional, deve ser interpretado como um processo relacional, *des-re-territorializador*, em que o próprio território se torna mais complexo, múltiplo, por um lado mais híbrido e flexível, mergulhado que está nos sistemas em rede, multiescalares, das novas tecnologias da informação e, por outro, mais inflexível e fechado, marcado pelos muros que separam ricos e pobres, grupos ‘mais’ e ‘menos seguros’, mais e menos ‘territorializados’ (HAESBAERT, 2006, p. 65 - grifos do autor).

Na visão do autor, o território na atualidade é multiescalar, ou seja, abrange várias escalas, desde a local até a global, sendo essas relacionadas às redes que interligam os diferentes territórios. O acesso amplo às diferentes escalas e redes constitui um privilégio da elite planetária, assim, a desterritorialização, em muitos casos, é sinônimo de exclusão social.

Trazendo os conceitos de desterritorialização e de reterritorialização para a realidade do campesinato no Brasil, podemos utilizar as ideias de Marques (2008) ao explicar que o processo de “descampesinamento” ocorre via expropriação, porém, tal fato geralmente não representa uma ruptura total de seus vínculos com a terra, uma vez que o campesino é um migrante, sua inserção no processo de “recampesinização” se verifica a partir de seu retorno à terra, possibilitado por sua luta como sem-terra, comprovando que a possibilidade de recriação camponesa não se exaure com a expropriação e migração destas famílias para a cidade.

Nesse sentido, os assentamentos rurais se constituem como o espaço onde ocorre o processo de (re) construção da territorialidade camponesa via relações sociais. Sendo que,

O assentamento é a expressão concreta da territorialização do movimento (de luta pela terra). Não é somente o lugar da *produção*, mas também o lugar da *realização da vida*. (...) E a vida, para esses camponeses, como se verifica em seus relatos, não é somente ter comida, ter casa, mas uma vida plena, uma vida cheia de significados, na qual aquilo que eles creem tem possibilidade de continuar sendo respeitado e existindo: sua cultura, sua autonomia, sua visão de mundo, sua capacidade de crescer a partir de suas próprias potencialidades, enfim seu universo simbólico (SIMONETTI, 1999, p. 70-77, apud MARQUES, 2008, p. 66).

A respeito das concepções de território, Haesbaert (2004, p. 40) apresenta três vertentes básicas:

- Política (referida às relações espaço-poder em geral) ou jurídico-política (relativa também a todas as relações espaço-poder institucionalizadas): a mais difundida, onde o território é visto como um espaço delimitado e controlado, através do qual um determinado poder, na maioria das vezes relacionado ao poder político do estado.
- Cultural (muitas vezes culturalista) ou simbólico-cultural: prioriza a dimensão simbólica e mais subjetiva, em que o território é visto, sobretudo, como o produto da apropriação/valorização simbólica de um grupo em relação ao seu espaço vivido.
- Econômica (muitas vezes economicista): menos difundida, enfatizada a dimensão espacial das relações econômicas, o território como fonte de recursos e/ou incorporado no embate entre classes sociais e na relação capital-trabalho, como produto da divisão “territorial” do trabalho, por exemplo.

Nessa perspectiva, as relações de poder contidas nos territórios não são expressas apenas entre as classes sociais, mas fundamentalmente pelo controle do Estado, tendo em vista que ao tomar como exemplo a classe camponesa, entendemos que os seus avanços e recuos no processo de territorialização são marcados pelas políticas públicas que ora contribuem em relação às suas demandas e aos seus interesses, ora os prejudicam com ações contraditórias.

Para Oliveira (2005), as ações estimuladoras do Estado fizeram surgir novos espaços destinados para agricultura em uma reordenação territorial, produto da combinação contraditória e desigual da expansão da agricultura especificamente capitalista e da agricultura camponesa. Assim, a reordenação territorial do campo provoca até mesmo alterações na fronteira.

No território agrário acreano, as ações contraditórias do Estado sempre estiveram presentes, principalmente a partir da década de 1970. Isto, pois ao mesmo tempo em que implementava projetos de assentamentos para fins de “reforma agrária”, incentivava o processo de pecuarização, contribuindo, assim, para o aumento da concentração fundiária e conseqüentemente para a expropriação do homem do campo.

Existem, neste caso, duas formas de territorialidade distintas, contraditórias, mas às vezes complementares. Uma composta por camponeses vindos do Centro-Sul do país e outra formada pelos fazendeiros de médios e grandes portes.

Estas são distintas, pois são expressões de classes sociais e econômicas que estruturalmente se colocam distintamente no processo de reprodução capitalista do espaço. São contraditórias, pois o campesinato se reproduz na

dimensão ampliada do capital como relação não capitalista de produção, isto é, como relação que nega a supremacia da lógica do valor de troca pela sua autossustentação (valor de uso), sendo que este processo também ocorre com os extrativistas. É complementar, pois tanto fazendeiros como camponeses são expressões de um modo de uso da terra que exclui a floresta como recursos (espaço de uso) – desmata e recria a paisagem produtiva; neste sentido ambos contribuem para a expropriação do modo de vida do seringueiro e trabalhadores extrativistas em geral, por isso geram conflitos.

No Brasil, o campo tem passado por uma reordenação territorial imposta pelo desenvolvimento do capitalismo. Isso vem ocorrendo devido a fatores como a formação de grandes mercados consumidores, principalmente nas regiões metropolitanas, criando necessidades de novos produtos para o mercado interno e externo. No caso da expansão de culturas voltadas para exportação, há financiamento através de incentivos fiscais provenientes de políticas territoriais do Estado, a fim de aumentar a produção principalmente de grãos. Assim:

A lógica do desenvolvimento do modo capitalista de produção é gerada pelo processo de produção propriamente dito (reprodução ampliada / extração da renda da mais-valia/produção do capital/extração da renda terra), circulação, valorização do capital e reprodução da força de trabalho. É essa lógica contraditória que constrói/destrói formações territoriais em diferentes partes do mundo ou faz com que frações de uma mesma formação territorial conheçam processos desiguais de valorização, produção e reprodução do capital, conformando as regiões (OLIVEIRA, 2005, p. 75).

Nessa perspectiva, ao analisar o processo de territorialização camponesa devemos entender que o território é constantemente monopolizado pelo capital, gerando profundos conflitos.

O capital pode monopolizar o território sem territorialização e isso se dá quando o capitalista não é o dono da terra, mas cria as condições para sujeitar a renda da terra, onde aparentemente ela não existe, ou seja, na agricultura camponesa. Contudo, a ação capitalista sobre o território e, portanto, a apropriação da renda da terra, tanto pode estar na produção e circulação, no qual teremos a territorialização e a monopolização, como somente na circulação, em que ocorre apenas a monopolização do território pelo capital (PAULINO e ALMEIDA, 2010, p. 44).

Com relação às contradições contidas nos territórios, Oliveira (2005) afirma que as forças capitalistas contribuem para construção do território de

forma contraditória, uma vez que o desenvolvimento daquele sistema é simultaneamente desigual e combinado, ou seja, as relações capitalistas que são estabelecidas a partir da construção do território estão relacionadas com a sua valorização, produção e reprodução socioespacial. Assim, na atual conjuntura:

[...] o território deve ser apreendido como síntese contraditória, como totalidade concreta do processo/mo de produção/distribuição/circulação/consumo e suas articulações e mediações supraestruturais (políticas ideológicas, simbólicas etc.) em que o Estado desempenha a função de regulação. O território é assim produto concreto da luta de classes travada pela sociedade no processo de produção de sua existência. Sociedade capitalista que está assentada em três classes sociais fundamentais: proletariado, burguesia e proprietários de terra (OLIVEIRA, 2005, p. 74).

Nesse sentido, o território é um autêntico produto das relações sociais que ocorrem no processo de produção de sua existência. Sendo que, “o processo de construção do território é simultaneamente construção/destruição/manutenção/transformação”. Além disso, o território e a territorialidade proporcionam a formulação de estratégias de controle/poder de um grupo social sobre um determinado espaço através do fortalecimento de forças econômicas, políticas e culturais (OLIVEIRA, 2005, p. 74).

Podemos dizer que a territorialidade envolve tanto a sociabilidade, quanto tensões entre um determinado grupo social em um determinado espaço geográfico. Nesse contexto, pretendemos analisar tais relações no Projeto de Desenvolvimento Sustentável – PDS Nova Esperança no município de Porto Acre – Acre, a fim de identificar a formação de uma territorialidade camponesa no local, mas sempre articulando com outras escalas geográficas, tendo em vista, conforme apresentado anteriormente o território e a territorialidade não são construídos de forma isolada, mas sim de forma articulada.

Ao considerar a dinâmica territorial no espaço agrário acreano é pertinente utilizar as contribuições de Oliveira (2005), quando afirma que ao analisar a lógica da construção do território na agricultura brasileira na atualidade, primeiramente deve ser compreendido o processo mundial de desenvolvimento do modo capitalista de produção. Tais processos, que se reproduzem em diferentes partes do mundo de forma contraditória e combinada, conforme explanado anteriormente, acabam por criar processos e relações de interdependência entre Estados, Nações e, sobretudo, empresas de diferentes lugares do globo.

Na atualidade, para se realizar um estudo do território é preciso analisar diferentes temas (globalização, fragmentação do espaço, lugar, formação socioespacial etc.). Nesse contexto, as territorialidades são formadas a partir das múltiplas relações socioespaciais, ao longo do tempo, estabelecidas nas diversas escalas geográficas. Lembrando que o espaço é apropriado por determinadas relações sociais que o produzem e o mantêm a partir de relações de poder, o qual pode ser construído e desconstruído dentro de diferentes escalas temporais, podendo ainda ter um caráter permanente ou periódico.

Compreender o território e as territorialidades é um exercício que nos ajuda a entender as múltiplas relações socioespaciais que se estabelecem no campo de nossa pesquisa, tendo em vista que buscamos compreender o território a partir do fundamento das ações e lutas sociais e a territorialidade camponesa é este domínio que procuramos elucidar.

1.2. CAMPESINATO E MODO DE PRODUÇÃO CAMPONESA

As discussões sobre o campesinato e a questão agrária têm sido uma das maiores problemáticas a serem levantadas no âmbito político, econômico e social. Essa, por sua vez, tem raízes históricas que só o tempo será capaz de mostrar suas consequências. Nesse contexto, a história do campesinato no Brasil é caracterizada pelas lutas para conseguir um espaço próprio para sua reprodução socioespacial. Cabe aqui saber quais as condições que levam à reprodução deste modo de vida.

Nesse contexto, por entender o campesinato como uma das formas particulares de reprodução socioespacial no meio rural que se constitui enquanto modo específico de produzir e de viver em sociedade, serão expostos alguns aspectos relacionados ao modo de produção camponesa, a fim de embasar as discussões posteriores.

Inicialmente, é pertinente inferir que estudos sobre o campesinato são bastante conhecidos e são vários os autores que buscam compreender o processo de desenvolvimento do modo capitalista de produção voltada para a produção agrícola. Para esta discussão, tomaremos como pressuposto inicial as declarações de Marques (2008, p. 60) ao afirmar que:

[...] o conceito de camponês adquire lugar de destaque nas ciências sociais brasileiras nos anos de 1950 ao mesmo tempo em que se afirma como identidade política em nível nacional. É o momento das “Ligas

Camponesas”, quando a grande concentração de terras e a extrema desigualdade social se tornam mais evidentes com as mudanças verificadas nas relações de trabalho e aparecem como fundamentos da questão agrária brasileira.

De acordo com Oliveira (1991), existem duas direções ou modelos de análise da questão agrária: o paradigma do capitalismo agrário e o paradigma da questão agrária. O primeiro defende que com o desenvolvimento do capitalismo no campo não há lugar para o campesinato, passando a existir pequenas empresas familiares e grandes empreendimentos rurais. O segundo, parte do princípio de que sendo o desenvolvimento do modo de produção capitalista contraditório, pode-se afirmar que este cria e recria relações não capitalistas de produção no espaço agrário. Ocorre assim, a recriação do campesinato, tendo em vista que o camponês é um indivíduo que luta para entrar na terra e nela permanecer.

As correntes teóricas que defendem o paradigma do capitalismo agrário, afirmam que a penetração do capital no campo ocorre por meio de um processo de separação em três etapas: “a primeira seria dada pela separação do camponês dos estreitos vínculos e hierarquias comunitárias tradicionais”, ou seja, o camponês se transforma em um produtor individual; a segunda se dá na economia de mercado, separando a agricultura e a indústria rural; enquanto que a terceira separaria os meios de produção do pequeno produtor, no qual o camponês se transformaria em um proletariado, enquanto que outros entendem que o sistema capitalista de produção geraria relações capitalistas e relações não capitalistas de produção combinadas ou não, em função do desenvolvimento do capitalismo (OLIVEIRA, 2001).

Para Oliveira (2001, p. 46), nesse processo de discussão surgem dois caminhos. Um deles seria destruir o campesinato e os pequenos produtores de subsistência, aparecendo, assim, duas classes distintas: os pequenos capitalistas rurais, formados pelos camponeses abastados, e os que se tornariam proletários, os camponeses empobrecidos. Outro caminho seria o da modernização do latifúndio, o qual se transformaria em empresas capitalistas, não existindo, portanto, as relações não capitalistas no campo.

Nesse sentido, alguns autores como Lênin e Kautsky preveem o fim do campesinato e a sua transformação em proletário ou pequeno capitalista como resultado do desenvolvimento do capitalismo no campo e do processo de diferenciação social que este gera. Lênin, por exemplo, em sua obra

O *problema agrário II*, faz uma diferenciação dos grupos camponeses (ricos, médios e pobres), vendo-os sob a ótica de uma classe fadada à extinção e fala da fragilidade do camponês, dizendo que não há lugar para o campesinato na estrutura capitalista, já que o campesinato não é naturalmente uma classe unida: “a partir dessa perspectiva o campo brasileiro já estaria se desenvolvendo do ponto de vista capitalista e que os camponeses inevitavelmente iriam desaparecer, pois eles seriam uma espécie de ‘resíduo’ social que o processo capitalista extinguiria” (OLIVEIRA, 2005, p. 71). Isso porque os camponeses, na tentativa de produzir para o mercado, entrariam em falência e consequentemente perderiam suas terras para os bancos para sanar suas dívidas. A única saída seria tornarem-se proletários, seja no campo ou na cidade.

Para Lênin (1979), o capitalismo moderno exige que o pequeno camponês, que está sendo arruinado e oprimido, abandone seu ponto de vista classista e adote o ponto de vista do proletariado. Para Kautsky (1986), o camponês vai sempre existir como uma classe pobre, pelo fato de entender que a pequena unidade de produção mal consegue fornecer todos os alimentos que a família precisa. Ao passo que, como o desenvolvimento do capitalismo atua de forma diferenciada sobre o campo e cidade, não unindo as pessoas no campo como ocorre na cidade, mas, sim as dispersando.

Esse desenvolvimento também não leva apenas um despovoamento relativo do campo. A certa altura de evolução o desenvolvimento do capitalista chega mesmo a produzir um despovoamento em termos absolutos. E são precisamente os elementos mais competentes, mais enérgicos e mais inteligentes são atraídos do campo para a cidade. Apenas os mais fracos e incapazes são os que acabam ficando. Esse despovoamento do campo faz-se acompanhar, inclusive, de uma decadência em termos de níveis intelectual da população remanescente (KAUTSKY, 1986, p. 282).

Existem ainda alguns autores, como é o caso de Ricardo Abramovay (1992), que preferem o uso do termo “agricultor familiar” por entenderem que este termo moderno corresponde a uma profissão, diferentemente do campesinato, que constitui um modo de vida, tendo em vista que: “uma agricultura familiar, altamente integrada ao mercado, capaz de incorporar os principais avanços técnicos e de responder às políticas governamentais não pode ser nem de longe caracterizada como camponesa” (ABRAMOVAY, 1992, p. 22). Predomina, portanto, nessa lógica, a agricultura capitalista contemporânea, a agricultura familiar e a patronal.

Nesse sentido, Marques (2008, p. 62) acredita na transformação dos camponeses em agricultores profissionais, pois enquanto os primeiros apresentam-se como traços básicos à integração parcial a mercados incompletos, os últimos representam um tipo de produção familiar totalmente integrada ao mercado, sem apresentar qualquer conflito ou contradição em relação ao desenvolvimento capitalista. Além disso, salienta ainda a natureza empresarial, o dinamismo técnico e a capacidade de inovação como traços da forma contemporânea de produção familiar. Dessa forma, admite-se a existência de unidades que são familiares, mas não camponesas.

Paulino (2006, p. 55-56) afirma que a análise dos autores que defendem essa corrente “privilegia não as relações sociais, mas o mercado, instituindo-o como elemento que funda a sociedade e as classes, sugerindo assim um alinhamento com algumas concepções leninistas”, recaindo dessa forma em um grande equívoco: quanto à premissa de que não pode ser suprimida como passe de mágica uma classe e nem os embates políticos existentes no modo de produção capitalista. Além disso, tais autores desconsideram a readequação capitalista ao “interpretar a sociedade partindo do pressuposto de que a produção do capital é incompatível com a lógica de reprodução camponesa”.

Optamos pelo paradigma da questão agrária por entender que, apesar da penetração das relações capitalista no campo, os camponeses continuarão reproduzindo os seus modos de vida, tendo em vista que,

[...] sob certas condições, os camponeses não se dissolvem, nem se diferenciam em empresários capitalistas e trabalhadores assalariados e tampouco são simplesmente pauperizados. Eles persistem ao mesmo tempo em que se transformam e se vinculam gradualmente à economia capitalista circundante, que pervaga suas vidas. Os camponeses continuam a existir, correspondendo a unidades agrícolas diferentes, em estrutura e tamanho, do clássico estabelecimento rural familiar camponês (SHANIN, 1980, p. 58, apud PAULINO, 2006, p. 56).

Nesse contexto, os camponeses representam um modo de vida e podem ser concebidos como uma classe altamente resistente, pois lutam pela terra e para nela permanecer. Embora o sistema capitalista de produção contraditório e combinado se aproprie de parte de suas rendas, através das relações não capitalistas de produção, ou que os camponeses sejam destituídos da terra, eles não perdem os principais traços identitários, uma vez que continuam lutando para adquirirem novas terras e manterem suas condições como camponeses. Nesse sentido:

[...] o campesinato contraditoriamente é recriado pelo próprio desenvolvimento do capitalismo, e que esta contradição se expressa no fato de que a unidade de produção camponesa representa uma relação não tipicamente capitalista, por outro lado, é preciso não esquecer que essa recriação não é funcionalista por isso ela se faz por meio da luta (ALMEIDA, 2006, p. 04).

No Brasil, na maioria dos casos, ao contrário do que muitos autores defendem, os camponeses ao serem destituídos dos seus meios de produção, ao invés de se proletarizarem, passaram a lutar para continuarem sendo camponeses e por conquistarem novamente acesso à terra. Além disso, a socialização é um fator que os une e os fortalece, conforme apontaremos posteriormente. Assim:

[...] no contexto da questão agrária brasileira, marcado pela concentração e especulação da terra como reserva de valor, a constante luta dos produtores familiares para se manterem no campo é um fato que chama a atenção. Esse segmento de produtores que resistiram à expulsão e à expropriação dos seus meios de produção, se mantendo em pequenas unidades produtivas, seja por meio da propriedade, do sistema de parceria, do pagamento de renda (o rendeiro) ou pela posse, revela o quanto o acesso à terra é fundamental para a constituição de um espaço produtivo que possibilite a reprodução familiar (ALVES, 2004, 132-133).

Como afirma Oliveira (2001, p. 49), a história do campesinato no Brasil é marcada pelas lutas para conseguir um espaço próprio na economia e na sociedade. Desse modo, é necessário que o camponês seja aceito como uma classe social vigorante na sociedade brasileira, já que “a apropriação camponesa da terra é fruto das contradições e da lógica do capital, o que vale dizer, o camponês é fruto da história atual do capitalismo no país”. Compartilhando a mesma linha teórica, Marques (2008, p. 58), ao defender a atualidade do conceito de camponês, afirma que:

[entende] o campesinato como uma classe social e não apenas como um setor da economia, uma forma de organização da produção ou um modo de vida. Enquanto o campo brasileiro tiver a marca da extrema desigualdade social e a figura do latifúndio se mantiver no centro do poder político e econômico – esteja ele associado ou não ao capital industrial e financeiro –, o campesinato permanece como conceito-chave para decifrar os processos sociais e políticos que ocorrem neste espaço e suas contradições.

Para Shanin (2008), os camponeses têm provado ser extremamente resistentes e criativos em situações de crise, fortalecendo os recursos de sobrevivência do campesinato. Nesse sentido, o autor afirma que:

A flexibilidade de adaptação, o objetivo de reproduzir o seu modo de vida e não o de acumulação, o apoio e a ajuda mútua encontrado nas famílias e fora das famílias em comunidades camponesas, bem como a multiplicidade de soluções encontradas para o problema de como ganhar a vida são qualidades encontradas em todos os camponeses que sobrevivem às crises. E no centro dessas particularidades camponesas, está a natureza da economia familiar. [Nessa perspectiva] a economia familiar tem seus próprios modelos, suas próprias estruturas e seu próprio significado que não desaparece. Por isso, sob certas condições, a economia camponesa é mais eficiente do que a economia não camponesa (SHANIN, 2008, p. 25-27).

Para Chayanov (1981), a maior parte da esfera de produção agrária se baseia não em uma forma capitalista, mas inteiramente diferente de unidade econômica familiar não assalariada. De acordo com Silva (2005), na realidade, o camponês possui uma situação indefinida, podendo ser visto tanto como parte da classe trabalhadora como dos proprietários de terra, pois ele incorpora essa dupla condição social (e não produz a mais-valia). Portanto, o principal objetivo das relações econômicas camponesas está fundamentado na subsistência e não na obtenção de lucros. Nessa perspectiva, Chayanov (1925) afirma que:

[...] el trabajo da la familia es la única categoria de ingreso posible para um campesino o um artesano, porque no existe el fenómeno social de los salarios y, por tal motivo, también está ausente El cálculo capitalista de ganancia. el problema es determinar qué mecanismos están por detrás del trabajo familiar de una unidad de producción fundamentalmente doméstica (CHAYANOV, 1925, p. 10).

A unidade de produção familiar camponesa é o espaço onde se desenvolvem as bases de uma espécie de economia doméstica, cuja atividade econômica é dominada não pelas exigências de mercado, mas essencialmente regida para suprir as necessidades da família, fato que os difere daqueles que vivem da economia capitalista. Além disso, os camponeses são bastante dinâmicos e criativos, especialmente pela:

[...] multiplicidade de respostas em situações de crise e de sua capacidade para usar a família como instrumento para se defender das calamidades. A família pode empregar sua mão-de-obra de diferentes maneiras e, e

agregando os resultados de seu trabalho, manter-se reunida e proteger-se de maiores danos (SHANIN, 2008, p. 28-29).

Nessa perspectiva, o campesinato é uma classe social que apresenta padrões de relações sociais distintos, que se insere na sociedade capitalista de forma subordinada e se levanta em momentos de crise, sendo este um modo de vida singular. Assim:

O campesinato se caracteriza por uma organização social específica que ora serve aos interesses capitalistas, ora lhes é contraditória. O modo de vida camponês apresenta simultaneamente uma relação de subordinação e estranhamento com a sociedade capitalista. Se, por um lado, o mercado domina o campesinato, por outro, ele não o organiza. O campesinato possui uma organização da produção baseada no trabalho familiar e no uso como valor. O reconhecimento de sua especificidade não implica a negação da diversidade de formas de subordinação às quais pode se apresentar submetido, nem da multiplicidade de estratégias por ele adotadas diante de diferentes situações e que podem conduzir ora ao “descampesinamento”, ora à sua reprodução enquanto camponês (MARQUES, 2008, p. 59).

O desenvolvimento do modo de produção capitalista é contraditório, uma vez que cria e recria relações não capitalistas em sua reprodução do espaço agrário. Assim, se o capitalista expropria a unidade de produção familiar camponesa, sua recriação também é fruto da dinâmica do próprio modo de produção, tanto em setores produtivos mais restritos dos lucros no mercado quanto naqueles que exigem cuidados mais minuciosos. Desse modo, ocorre a subordinação das forças produtivas e, em seguida, no mercado, há transferência de renda do produtor para o capitalista.

Por ser contraditório, o desenvolvimento capitalista no campo brasileiro é marcado pelo processo desigual, no qual abre espaços distintos de produção, pois ao mesmo tempo em que amplia o agronegócio e o trabalho assalariado no campo, aumenta também o domínio do trabalho familiar camponês em suas variadas formas. Tais relações não tipicamente capitalistas são utilizadas pelos capitalistas para aumentar seus capitais, sendo esta uma das explicações para as transformações territoriais que vêm ocorrendo no campo brasileiro.

As profundas transformações atreladas ao desenvolvimento do capitalismo no campo não têm provocado o desaparecimento do campesinato, mas a sua recriação. Para Oliveira (1991), o desenvolvimento do capitalismo no campo, ao mesmo tempo em que cria as relações capitalistas de produção,

recria, contraditoriamente, as relações não capitalistas de produção como, por exemplo, a classe camponesa. Assim, de um lado, temos as relações tipicamente capitalistas, nas quais os trabalhadores estão alijados dos meios de produção, sendo meros portadores da mercadoria força de trabalho, a qual vendem ao capitalista. Por outro lado, temos as relações não capitalistas existentes no campo, dentre as quais Paulino (2006) destaca:

[...] as formas de sujeição violenta empregadas sobre os trabalhadores destituídos dos meios de produção. Com isso, os proprietários de tais meios que, por razões diversas, não desejam se enquadrar nos princípios básicos da ordem capitalista a obtêm contrariando o mecanismo de compra e venda da mercadoria força de trabalho. Como exemplo destacamos a peonagem, prática que persiste no Brasil, inclusive no seio do agronegócio, [...] (PAULINO, 2006, p. 29).

Para Oliveira, nesses moldes, no território brasileiro ocorre um processo de agricultura diferenciado, de acordo com o desenvolvimento do modo capitalista de produção (contraditório e combinado), isso porque:

[...] ao mesmo tempo que esse desenvolvimento avança reproduzindo relações especialmente capitalistas (implantando o trabalho assalariado pela presença no campo do boia-fria), ele (o capitalismo) produz também, igual e contraditoriamente, relações camponesas de produção (pela presença e aumento do trabalho familiar no campo) (OLIVEIRA, 2005, p. 73).

Tais relações são explicadas pelo fato da agricultura capitalista ter na força de trabalho a mercadoria primordial dos trabalhadores. Nas unidades camponesas os trabalhadores não se inserem nessa lógica, tendo em vista que eles não oferecem a força de trabalho, mas a renda da terra intrínseca em seus produtos. Para Martins (1980) o caráter contraditório do desenvolvimento do capitalismo no campo se explica pela dualidade entre terra de negócio e terra de trabalho. Assim:

A heterogeneidade é a principal marca no campo, pois existem dois tipos de propriedade privada da terra: a capitalista e a camponesa. Dentro da propriedade capitalista, a terra constitui-se em objeto de negócio, seja pelo fato de consistir em instrumento de exploração do trabalho alheio, logo, de extração de mais-valia, seja pelo fato de ser mantida como instrumento de especulação, em outras palavras, reserva de valor. Quanto a propriedade camponesa, constitui em terra de trabalho, estando a exploração restrita ao regime de trabalho familiar; assim, essa não se configura como instrumento de acumulação de capital, mas de sobrevivência da família (PAULINO, 2006, p. 30).

Neste caso, para Oliveira (2001), o desenvolvimento do capitalismo, por ser contraditório, permite tanto a existência da propriedade privada capitalista, quanto à propriedade privada camponesa da terra. Porém, como o sistema de produção capitalista objetiva o lucro materializado na “mais-valia”, para o seu desenvolvimento no campo é fundamental que exista a sujeição da renda da terra ao capital, pois, a partir daí, ele tem as condições necessárias para sujeitar também o trabalho camponês que se dá na terra. Nesse contexto:

Quando o capital se apropria da terra, está se transforma em terra de negócio, em terra de exploração do trabalho alheio [...] são regimes distintos de propriedade em aberto conflito um com o outro. Quando o capitalista se apropria da terra, ele o faz com o intuito do lucro, direto ou indireto. Ou a terra serve para explorar o trabalho de quem não tem terra; ou a terra serve para ser vendida por alto preço a quem dela precisa para trabalhar e não a tem. Por isso, nem sempre a apropriação da terra pelo capital se deve à vontade do capitalista de se dedicar à agricultura (MARTINS, 1980, p. 42).

Esta lógica dualística é regida por princípios completamente opostos, uma vez que a distinção do movimento de circulação na produção capitalista da produção camponesa ocorre da seguinte maneira:

No primeiro caso prevalece o seguinte critério: $D - M - D'$, indicando que o investimento na agricultura é realizado com o objetivo de se produzirem mercadorias que ao serem comercializadas, devem assegurar um retorno monetário superior ao que foi investido e assim sucessivamente. Neste caso o fim último da propriedade privada da terra é a exploração do trabalho alheio, para a extração da mais-valia. Na propriedade camponesa o princípio é outro: $M - D - M$, em que a produção de mercadorias objetiva a obtenção de dinheiro para a aquisição de mercadorias que não são produzidas, mas que são indispensáveis para a reprodução da família (PAULINO, 2006, p. 30).

Nesse sentido, através do ciclo $M - D - M$, a quantia em dinheiro que se obtém através da venda de uma determinada mercadoria vai ser consumida pela compra de outra mercadoria, não havendo acumulação de dinheiro. Sendo que isto não acontece na forma de circulação $D - M - D$, onde ocorre o retorno do dinheiro investido, assim, tornando-se uma característica da circulação capitalista. Dessa forma, pode-se afirmar que na produção camponesa a circulação da mercadoria, através do processo de vender para comprar, está baseada na satisfação de necessidades. Na produção capitalista, a circulação está baseada no incremento do valor, que se renova constantemente através da mais-valia (OLIVEIRA, 2005).

Para Paulino (2006), os camponeses fazem parte de uma lógica bastante distinta, uma vez que não é a acumulação capitalista que os move, pois, apesar da vinculação ao mercado, uma das características marcantes da unidade camponesa constitui-se na cultura do excedente, a qual privilegia a produção de alimentos básicos, sendo em alguns casos esta produção definida como “cultura de pobre”.

De acordo com Oliveira (2007), o processo contraditório da expansão do capitalismo na agricultura é responsável pela preferência por investimento em setores voltados para o mercado internacional, como é o caso da pecuária bovina, produção de cana-de-açúcar, soja, laranja, etc., enquanto que a pequena propriedade vem sendo responsável pela maior parte da produção de alimentos básicos da população, além de várias matérias-primas industriais, pois no Brasil, na maioria dos casos, é a pequena propriedade que utiliza a terra para fins produtivos. A Tabela 1 evidencia o papel da agricultura familiar na produção agrícola do Brasil.

Tabela 01. Participação percentual do valor de produção de produtos da lavoura temporária da agricultura familiar, Brasil, 1996-2006

Produto	1996	2006
Arroz	30,87	39,19
Cana-de-Açúcar	9,55	10,24
Cebola	72,37	69,59
Feijão	67,23	76,57
Fumo	97,18	95,67
Mandioca	83,88	93,17
Milho	48,57	51,90
Soja	31,62	23,60
Trigo	46,04	36,38

Fonte: Elaboração própria com base em IBGE, censos agropecuários 1995-1996 e 2006. Tabulações especiais.

Nesse sentido, Oliveira (2005), ao analisar o volume de produção agropecuária no Brasil, verificou que os pequenos estabelecimentos (menos de 100 ha), “são responsáveis por um percentual elevadíssimo da maior parte deles”, sendo que os pequenos estabelecimentos respondem por mais da metade do volume da produção de uma série de produtos. Os grandes estabelecimentos (mais de 1000 ha) produzem principalmente a monocultura de exportação. Isso ocorre, porque:

Os camponeses dominam as culturas alimentares que proporcionam menores rendimentos. Mesmo sabendo-se que existem outras variáveis (não possuem recursos suficientes para se lançarem a culturas mais “nobres”, os meios de produção são limitados, incompatíveis com a escala de produção exigida, não estão materialmente aptos para suportar os riscos inerentes às atividades de maior rendimento etc.), optam por atividades passíveis de ocupar a mão-de-obra familiar, o que lhes assegura rendimentos brutos maiores (PAULINO, 2006, p. 51).

Nessa perspectiva, podemos afirmar que a agricultura camponesa é por natureza polivalente, que é um fator fundamental para a permanência do camponês na terra, tendo em vista que este sobrevive exatamente por desenvolver várias atividades, que vão desde os diversos cultivos e criação de pequenos animais até a criação de uma pequena quantidade de gado bovino, que funciona como uma espécie de “poupança” para ser vendida em momentos difíceis, sendo esta atividade extremamente importante para a composição da renda familiar. Assim:

[...] o sistema tradicional de produção camponesa, denominado de “policultura-pecuária” é considerado “uma sábia combinação entre diferentes técnicas”, foi se aperfeiçoando ao longo do tempo, até atingir um equilíbrio numa relação específica entre um grande número de atividades agrícolas e de criação animal (WANDERLEY, 1996, p. 03).

Ao analisar as questões teóricas sobre a agricultura camponesa, Oliveira (2001) agrupa os elementos da produção camponesa em dois conjuntos distintos: o primeiro ligado à presença e qualificação da força de trabalho, e o segundo ligado aos meios de produção e, sobretudo, à propriedade da terra. Nesse sentido, são caracterizados como elementos de produção camponesa: a força de trabalho familiar, que constitui como a principal força do processo produtivo; o trabalho acessório; a ajuda mútua; a parceria; a propriedade da terra; a propriedade dos meios de produção e a jornada de trabalho.

O campesinato se refere a uma diversidade de formas sociais baseadas na relação de trabalho familiar e formas distintas de acesso à terra como o posseiro, o parceiro, o foreiro, o arrendatário, o pequeno proprietário etc. A centralidade do papel da família na organização da produção e na constituição de seu modo de vida, juntamente com o trabalho na terra, constituem os elementos comuns a todas essas formas sociais (MARQUES, 2008, p. 60).

Quando a família abre a possibilidade de outras relações de trabalho na unidade camponesa, surgem novos elementos, como: trabalho assalariado,

ajuda mútua e parceria. Combinando os recursos que dispõe na unidade de produção com aqueles a que podem ter acesso fora do estabelecimento – em geral, atividades complementares, temporárias e intermitentes –, a família define estratégias que visam, ao mesmo tempo, a assegurar sua sobrevivência imediata e garantir a reprodução das gerações subsequentes. Assim,

Para além da garantia da sobrevivência no presente, as relações no interior da família camponesa têm como referência o horizonte das gerações, isto é, um projeto para o futuro. Com efeito, um dos eixos centrais da associação camponesa entre família, produção e trabalho é a expectativa de que todo investimento em recursos materiais e de trabalho despendido na unidade de produção, pela geração atual, possa vir a ser transmitido à geração seguinte, garantindo a esta, as condições de sua sobrevivência. Assim, as estratégias da família em relação à constituição do patrimônio fundiário, à alocação dos seus diversos membros no interior do estabelecimento ou fora dele, a intensidade do trabalho, as associações informais entre parentes e vizinhos, etc., são fortemente orientadas por este objetivo a médio ou longo prazo, da sucessão entre gerações (WANDERLEY, 1996, p. 04-05).

Nessa lógica, através da força de trabalho, “a família abre a possibilidade de combinações muitas vezes articulada de outras relações de trabalho no seio da unidade camponesa” (OLIVEIRA, 2001, p. 56). Ocorre, assim, o trabalho assalariado, a ajuda mútua e a parceria, completando as relações camponesas. Quando a família não consegue completar suas atividades, ela pode recorrer à ajuda mútua entre os camponeses a fim suprir suas tarefas, como é o caso do mutirão, que pode ser realizado através da troca de dias de trabalho. Na parceria, o camponês divide seus custos e ganhos com o parceiro, sendo esta uma das formas mais antigas de relação de exploração da terra.

Tais relações são fortemente estabelecidas através da posse e uso da terra de trabalho pelo camponês, tendo em vista que:

É na propriedade camponesa que se encontra o sentido de viver do camponês, a sua fonte de vida, a sua identidade, as suas histórias, o seu imaginário enquanto ser, e é por tudo isso que a posse da terra foi e ainda é hoje a sua principal riqueza e espaço principal de sua expressão e reprodução da territorialidade. Portanto, na eminência da separação do camponês – da sua terra – com a destruição da sua territorialidade – que surgem conflitos (FARIAS, 2011, p. 25-26).

Nesse sentido, as relações de trabalho e de socialização que se desenvolvem dentro e fora da unidade de produção familiar são extremamente importantes, tendo em vista que fazem parte das estratégias de reprodução da

vida camponesa. São esses os elementos que pretendemos evidenciar em nossa pesquisa.

1.3. A QUESTÃO AGRÁRIA BRASILEIRA: PRESSUPOSTOS HISTÓRICOS

O problema agrário nas sociedades capitalistas foi considerado um entrave ao desenvolvimento das forças produtivas no campo e na indústria. Surgidas desde os séculos XV e XVI, juntamente com o advento do capitalismo, nos países subdesenvolvidos, dominados pelo colonialismo e pelo imperialismo, foram adotadas formas de desenvolvimento capitalista fundamentadas na grande propriedade de terra, pois aos proprietários interessava a produção para exportação, fato conhecido como *plantations*.

No Brasil, a busca pela terra surge, em um primeiro momento, com a chegada dos colonizadores portugueses, agravando-se com a sua transformação em propriedade privada, tornando-a uma mercadoria, ou seja, uma fonte de acumulação e geração de renda ao capital a partir da Lei de Terras de 1850.

Desse modo, com a formação dos latifúndios tem-se um cenário de exclusão e marginalização, o que foi intensificado com a modernização da agricultura nacional, fatos esses questionados pelos movimentos sociais que lutam pela reforma agrária, como é o caso das Ligas Camponesas e do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra (MST).

Fernandes entende a questão agrária como um problema estrutural do modo capitalista de produção, sendo que:

Este problema é criado pela lógica da reprodução ampliada do capital, que provoca o desenvolvimento desigual, por meio da concentração de poder expresso em diferentes formas, por exemplo: propriedade da terra, dinheiro e tecnologia. Esta lógica produz a concentração de poder criando o poder de concentrar, reproduzindo infinitamente. A reprodução infundável é da natureza do modo capitalista de produção, portanto, para garantir sua existência, o capitalismo necessita se territorializar sem limites. Para sua territorialização, o capitalismo precisa destruir outros territórios, como por exemplo, os territórios camponeses e indígenas. Esse processo de territorialização e desterritorialização gera conflitualidades diferenciadas que se modificam de acordo com a conjuntura da questão agrária. Todavia, a questão agrária não é uma questão conjuntural, como muitos pensam. A questão agrária é uma questão estrutural, portanto não há solução para questão agrária a partir do modo capitalista de produção (FERNANDES, 2007, p. 78).

A questão agrária está relacionada a vários problemas que, por sua vez, geram inúmeras consequências, por isso “é possível relacioná-la com o – conflito em torno da extensão plena da cidadania – política e social – aos homens e mulheres que trabalham no campo. Sua abrangência é – para além dos sentidos fundiários, territorial, imobiliário, [...], por associar estrutura de posse e uso da terra a formas de organização do trabalho” (LINHARES; SILVA, 1999, p. 47).

A questão agrária diz respeito à maneira como se organiza o trabalho e a produção; o nível de renda e emprego dos trabalhadores rurais, além de estar relacionada à produtividade das pessoas ocupadas no campo. Nessa perspectiva, “a questão agrária está ligada às transformações nas *relações de produção*: como se produz, de que forma se produz. [...] a maneira como se organiza o trabalho e a produção; o nível de renda e emprego dos trabalhadores rurais; a produtividade das pessoas ocupadas no campo etc.” (SILVA, 1984, p. 11, grifo do autor).

Para Martins (1991), a questão agrária tem duas faces combinadas: a expropriação e a exploração. Há uma clara concentração da propriedade fundiária, mediante a qual pequenos lavradores perdem ou deixam a terra, que é o principal instrumento de trabalho, em favor de grandes fazendas. Paralelo a esta concepção, Andrade (1980) entende que a expansão e consolidação do latifúndio estão relacionadas ao desenvolvimento do sistema de produção capitalista que, por sua vez, produz a proletarização de camponeses e como consequência gera concentração de renda e pauperização da população do campo, bem como estimula a migração para os centros urbanos, criando sérios problemas socioestruturais.

O latifúndio é assim, um agente de expropriação das classes médias e de baixa renda do campo e grande responsável pela pauperização de grandes contingentes da população rural. É um agente desestabilizador da economia e da sociedade brasileira por acentuar o processo de crescimento da miséria de muitos e de acumulação de capital de poucos, sobretudo das transnacionais que pauperizam o país. Daí acreditamos que uma reforma agrária efetiva e a curto prazo constitui o primeiro passo para eliminar a miséria e encaminhar o país para uma aceleração do processo de desenvolvimento (ANDRADE, 1980, p. 55-56).

Nesse contexto, “as circunstâncias que constituem a questão agrária condenam milhões de seres humanos a uma existência miserável e sem perspectivas, como ainda constituem o obstáculo principal e mais profundamente

implantado no organismo social brasileiro, ao desenvolvimento econômico e cultural do país” (PRADO JUNIOR, 1979, p. 16). A superação desses problemas pode ocorrer com o desencadeamento do processo de reforma agrária. Portanto, é necessário compreender que “não existe a questão da reforma agrária, existe a questão agrária. A reforma agrária é uma possibilidade de solução para a questão agrária. Assim, a questão agrária é o problema e a reforma agrária é a solução do problema” (MARTINS, 1997, p. 12).

De acordo com Linhares; Silva (1999), a reforma agrária não é apenas uma questão fundiária, mas também social. Uma vez resolvida a questão agrária, serão resolvidos grande parte dos problemas sociais que atingem a população brasileira, seja ela urbana ou rural, pois esta envolve questões sociais, econômicas e políticas, devido à possibilidade de apropriação da renda da terra, bem como, as formas de poder oligárquicos a que a mesma está vinculada. Dessa forma, para que a reforma agrária aconteça será preciso, primeiramente, uma ampla reforma política, a fim de que a base ruralista que sempre esteve no poder não impeça a sua institucionalização.

Medeiros (2003, p. 14) afirma que “a reforma se tornou uma demanda ampla, proposta disputada por diferentes forças sociais, transformando-se na tradução política das lutas por terra que se desenvolviam em diversos pontos do país”. Para Stédile (1997), nas últimas décadas, o problema agrário se agravou devido à adoção das políticas neoliberais. A causa disso foi porque as elites abandonaram totalmente os projetos de desenvolvimento nacional, submetendo-se ao capital financeiro estrangeiro, sendo que a política econômica está baseada na abertura para as mercadorias industriais dos países desenvolvidos por meio das empresas multinacionais.

A partir das concepções conceituais expostas, entendemos que a questão agrária brasileira possui raízes históricas, tendo em vista que no Brasil, assim como nos demais países do terceiro mundo, que foram dominados pelo imperialismo e pelo colonialismo, o modelo agrário historicamente, foi fundamentado nas grandes propriedades de terras, pois o interesse principal dos colonizadores era a exploração de mão de obra e matérias-primas agrícolas baratas e não a preocupação com o desenvolvimento local.

De acordo com Fernandes (2000), a luta pela terra no Brasil tem mais de 500 anos, pois nasceu quando os primeiros colonizadores portugueses chegaram a este solo expulsando os índios de suas aldeias para depois escravizá-los. Posteriormente, as Capitânicas Hereditárias inauguraram um modelo de

colonização e gerenciamento de terras, dividindo o território brasileiro em 12 partes, entregues a nobres e colaboradores da Coroa portuguesa.

Para substituir a mão de obra indígena foram trazidos da África negros escravos para trabalharem nos engenhos, plantações, entre outras funções, os quais, mais tarde, lutaram pela libertação do seu povo da escravidão, através de alguns grupos que se organizaram em quilombos, onde se estabeleceram constituindo neles um espaço de resistência à exploração. O avanço do capitalismo contribuiu para a abolição da escravatura em 1888.

Quanto a isso, Martins (1997, p. 13) afirma que no Brasil “a questão agrária começa a se definir quando o Estado brasileiro, no século XIX, pressionado por alguns setores das elites e, sobretudo, pelas grandes potências da época, que queriam expandir mercados (coisa impossível com a escravidão, pois escravo não compra)”. Desse modo, decide-se acabar com a escravidão, mas os negros, mesmo “livres”, continuavam sem os meios de produção, pois a Lei de Terra de 1850 garantia a posse da terra somente a quem pudesse comprá-la.

Nesse sentido, Martins (1997, p. 14) diz que no Brasil “tratou-se de aprovar um regime de propriedade que impedisse o acesso à propriedade da terra a quem não tivesse dinheiro para comprá-la mesmo que fosse terra pública ou terra devoluta. Para obtenção do direito à terra era necessário que a pessoa pagasse por ela”. Assim restaram aos negros venderem sua força de trabalho a preços insignificantes aos seus antigos donos fazendeiros, ou se refugiarem em quilombos, bem como habitarem a periferia das cidades que estavam se formado.

Com a proibição do tráfico de escravos tornou-se necessária a imigração maciça de camponeses europeus para o Brasil, para trabalharem nas antigas fazendas e nas que estavam surgindo, aumentando assim o rol de trabalhadores explorados no campo. De acordo com o exposto Fernandes fala que:

A história da formação do Brasil é marcada pela invasão do território indígena, pela escravidão e pela produção do território capitalista. Nesse processo de formação de nosso país, a luta de resistência começou com a chegada do colonizador europeu, há 500 anos, desde quando os povos indígenas resistem ao genocídio histórico. Começaram, então, as lutas contra o cativo, contra a exploração e, por conseguinte, contra o cativo da terra, contra a expropriação, contra a expulsão e contra a exclusão, que marcam a história dos trabalhadores desde a luta dos escravos, da luta dos imigrantes, da formação das lutas camponesas (FERNANDES, 2000, p. 25).

As reformas liberais realizadas em vários países latino-americanos resultaram em duas consequências fundamentais: as transferências maciças de terras de comunidades indígenas e camponesas para a posse de particulares e o surgimento de uma grande camada de trabalhadores rurais despossuídos. Estes foram expropriados de suas terras para serem sujeitos às manobras dos latifundiários, por meio de arrendamento, endividamento, etc.

Nesse contexto, mediante a visão do mundo agrário liberal e a fronteira aberta existente nos novos países latinos, o governo dos Estados Unidos organizou um sistema em que vários bancos privados poderiam financiar as atividades agrícolas brasileiras, impulsionando o progresso do país. Devido às exigências contratuais dos bancos, quem não conseguisse pagar suas dívidas teria as terras leiloadas.

Dessa forma, esta política representava uma ruptura radical com o passado agrário brasileiro: “a rejeição dos interesses fundiários como hegemônicos, a intangibilidade da propriedade fundiária e a subalternização do capital (representado, no caso, pelos bancos)”, sendo este modelo inspirado no desenvolvimento agrário dos Estados Unidos, baseado na agricultura familiar (LINHARES; SILVA, 1999, p. 71).

Para Linhares e Silva (1999), com relação às iniciativas para a questão agrária no Brasil, na primeira década da República, o poder público federal quase não deu importância, havendo uma total omissão no que diz respeito à incorporação dos ex-escravos à vida nacional. Ocorreu, porém uma intensa atividade de transferência do patrimônio fundiário da União para os Estados e para alguns particulares, contribuindo deste modo, para a formação do poder local, oligárquico e coronelista, aumentando progressivamente os domínios fundiários no país. Este processo de ampliação fundiária foi denominado de liberalismo agrário.

Desse modo, podemos afirmar que desde o início, a República foi baseada no latifúndio e no trabalho forçoso e “livre”, ocorrendo assim, a opressão das lutas camponesas no momento em que reforçava a dominação sobre os grupos sociais subordinados e consolidam-se os instrumentos de exploração da grande massa de trabalhadores, predominantemente agrários do país. Pois quem tentasse sair da dominação agrária conservadora da República era reprimido pela violência estatal.

Com a República até então consolidada, assegurava-se também o domínio latifundiário, surgindo em 1913, um regulamento que legitimava a

estrutura fundiária com grande grau de concentração. Além disso, esse instrumento de concentração expandia para as novas áreas de fronteira (Amazônia e Centro-Oeste), onde dominava respectivamente o extrativismo e a pecuária.

Com a Revolução de 1930, pela primeira vez há uma alteração do ordenamento agrário-conservador do país, saindo, portanto, a política agrícola da República Velha e entrando em vigor a era Vargas e o Estado Novo. O Estado passou a priorizar o trabalho urbano e a organização dos limites políticos da classe operária brasileira no molde do governo getulista, porém esquecendo-se de políticas públicas voltadas para o campo e os trabalhadores rurais (LINHARES; SILVA, 1999, p. 103).

O alvo principal do governo Vargas era a sobrevalorização do trabalho fordista ao novo trabalhador rural, pois eram “tempos modernos”, no qual o ritmo urbano e fabril bastante intenso passou a dominar a vida dos brasileiros naquela época.

Com relação à legislação agrária varguista, Linhares e Silva (1999, p. 125) afirmam que sinalizou profundamente “o surgimento de uma questão agrária no Brasil, [...] agora, o campo passa a ter uma função num programa ainda difuso, de desenvolvimento nacional”. Assim, o homem do campo tradicional passa a ser visto como um problema, um obstáculo ao desenvolvimento socioeconômico idealizado pelo governo brasileiro.

Com o fim da Era Vargas (1945), ocorreu a multiplicação dos projetos destinados para o agrário brasileiro, deixando claro que o desenvolvimento industrial urbano por si só não seria capaz de superar os entraves existentes. Porém, devido à falta de assistência, alguns desses projetos agrários faliram.

Por consequência, grande parte das colônias foi abandonada e os fazendeiros voltaram a avançar sobre as terras públicas e a expulsar os camponeses, impulsionando desse modo o êxodo rural. Várias fábricas ficaram paradas por falta de matéria-prima. Houve uma elevação no preço da cesta básica, aumentando os custos de produção e finalmente, a produtividade do trabalhador agrícola e da terra era uma das mais baixas do mundo, constituindo assim, em todos os seus componentes modernos a questão agrária no Brasil.

No decorrer das décadas de 1950 e 1960, foi criada uma nova política para a agricultura brasileira: tratava-se de sustentar um padrão de acumulação claramente capitalista. Desse modo, a questão agrária brasileira pode ser dividida em três períodos, desde sua gênese, a partir de 1930:

[...] o surgimento da questão agrária (1930-1945) – a busca, sob o impacto das transformações internacionais do capitalismo, [...] a questão agrária como óbice ao desenvolvimento (1945-1964/66) – o aceleramento do modelo fordista-keynesiano periférico, a chamada substituição de importações criando ilhas de desenvolvimentos (eixo em especial no eixo Rio/São Paulo), [...] a modernização autoritária, desde 1966: após o período inicial de 1964/1966, de reorganização da economia, opta-se por um amplo processo de modernização técnica do campo [ligado ao] modelo fordista-keynesiano periférico ao meio rural, [e com isso] incentiva-se a completa industrialização do campo, com o surgimento dos CAL's, os complexos agroindustriais (LINHARES; SILVA, 1999, p. 146-147).

Ao final da Segunda Guerra Mundial e com o fim do Estado Novo, em 1945, ocorreram transformações constitucionais na sociedade brasileira, em especial a questão agrária, pois os trabalhadores nordestinos viam a impossibilidade de viver e trabalhar na terra em que nasceram devido à seca que assolava e, além do mais, existia o problema da fome no país.

Portanto, não se tratava apenas do êxodo rural causado pelas secas periódicas, “mas também pela tensão do binômio minifúndio/latifúndio, exercendo uma pressão insuportável sobre um punhado de terra”. Com isso, ocorreu o acréscimo da população urbana e a diminuição da rural, tendo em vista que “as atividades econômicas deslocavam-se do campo para a cidade, e a velha afirmação do Brasil, país essencialmente agrícola deixava, pela primeira vez, de ser verdadeira” (LINHARES; SILVA, p. 148-151).

Em 1960, no Brasil, havia um alto grau de concentração fundiária, tendo em vista que a terra encontrava-se dividida em: pequenas propriedades com menos de 100 hectares, médias propriedades de 100 até 1.000 hectares, e o latifúndio com mais de 1.000 hectares. Se por um lado, as pequenas propriedades concentravam a maioria dos trabalhadores rurais, sendo ainda responsável pela maior parte da produção de alimentos, por outro, o latifúndio tinha representação insignificante para a economia do país.

Além disso, a partir de 1961, o Brasil enfrentou várias crises de abastecimento e de rápida inflação, fazendo com que parte das camadas médias urbanas pressionasse o governo por um controle dos preços para acabar com a constante perda do poder aquisitivo. Ocorrendo dessa forma, uma junção entre os grupos urbanos e rurais que lutavam pelas chamadas reformas de base. Essas reformas visavam à participação política dos trabalhadores rurais ou urbanos, além do melhoramento no seu padrão de vida.

O início das reformas ocorreu em 1963, com a aprovação do Estatuto do Trabalhador Rural, este foi um fruto da criação da Superintendência de Política Agrária (SUPRA), em 1962, que concedia aos trabalhadores do campo uma série de garantias e direitos já usufruídos pelos trabalhadores urbanos, como é o caso do assalariamento e o aumento dos direitos trabalhistas (LINHARES; SILVA, p. 172-173).

Quando os militares assumiram o comando do Brasil, em 1964, implantaram um modelo de desenvolvimento econômico agropecuário que visava à modernização da agricultura, a concentração da propriedade da terra, a expulsão e expropriação do pequeno agricultor e a repressão aos movimentos sociais. Conforme Fernandes (2000, p. 43),

[...] no início da ditadura os militares haviam criado o Estatuto da Terra, com o intuito de resolver isoladamente os conflitos fundiários para desmobilizar os camponeses. O objetivo era evitar que a questão agrária se transformasse num problema nacional. Na pretensão de ter o controle sobre a questão agrária, o governo planejava usar o Estatuto da Terra, conforme a sua concepção de reforma agrária, em que constavam a utilização da tributação dos projetos de colonização, de modo que a desapropriação era uma exceção.

A criação do Estatuto da Terra, de 1964, foi uma das mais importantes medidas do governo militar no que diz respeito à questão agrária, na qual foi amparada a propriedade de terra no Brasil, impondo a desapropriação da terra por interesse social nos casos de necessidade, bem como a aquisição de terras através da União para fins de reforma agrária. Todavia não devemos esquecer que:

O Estatuto da terra e a repressão política no campo mostraram aos camponeses e operários que a politização não poderia continuar nos termos em que vinha ocorrendo; e aos latifundiários e empresários o poder estatal passaria a operar de modo a favorecer a expansão de empresa capitalista no campo (IANNI, 1979, p. 38).

Nessa conjuntura foi institucionalizado o órgão Instituto Brasileiro de Reforma Agrária (Ibra), que tinha como objetivo fazer a reforma agrária em áreas predefinidas. Em 1970, esse instituto foi transformado no atual Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra), passando a reunir vários especialistas nesta questão. Contudo,

Os governos militares a partir de 1964 criaram estratégias geopolíticas para sufocar qualquer possibilidade de luta dos trabalhadores camponeses, porém as transformações que ocorreram em diferentes regiões do

país criaram novas possibilidades e novas formas de luta pelo acesso à terra, crescendo o número de conflitos no campo em todo território brasileiro, na mesma proporção em que ampliava a concentração fundiária, por parte dos latifundiários rentistas, sendo que a maioria são capitalistas, apoiados por uma base política capaz de barrar qualquer projeto de reforma agrária (OLIVEIRA, 2005, p. 98-99).

Assim, de acordo com os fatos no final da Ditadura Militar, a questão agrária apresentava-se como um dos mais complexos problemas nacionais, sendo que a oferta de alimentos permanecia baixa, deixando milhões de brasileiros com fome, já que os investimentos que iriam modernizar o campo não ocorreram de forma eficaz, contribuindo fortemente para a decepção dos brasileiros em relação à realização da almejada reforma agrária. Apesar da pressão exercida pelos governos militares e de suas políticas de controle aos movimentos sociais, a luta pela terra e/ou por melhores condições de trabalho continuou crescendo.

As organizações sociais foram fundamentais no processo de reivindicação pelos direitos da classe trabalhadora, como é o caso das Ligas Camponesas, que teve início por volta de 1945, mas de acordo com Oliveira (2005, p. 97-98), foi só a partir das décadas de 1950 e 1960 que o Movimento das Ligas Camponesas agitou o campo brasileiro, sendo esta de fato “a primeira forma de movimento social rural. [...] Porém o golpe militar de 1964 tentou sufocar o movimento através de suas lideranças que foram presas e expulsas do país, quando não assassinados”.

De acordo com Fernandes (2000, p. 33) “as Ligas Camponesas foram uma forma de camponeses proprietários, parceiros, posseiros e meeiros que resistiram à expropriação, à expulsão da terra e ao assalariamento”. Os movimentos sociais começaram a se expandir em quase o país inteiro, com o apoio de parte da Igreja Católica, por meio da Comissão Pastoral da Terra (CPT), criada em 1975. Ainda segundo o autor (p. 75), “a CPT promoveu a articulação das lutas criando espaços de socialização política entre os trabalhadores de quase todo país. Nesses lugares, os sem-terra trocaram experiências e começaram a pensar o desenvolvimento da luta pela terra e pela reforma agrária”.

Nesse sentido, Oliveira (2005, p. 101-102) afirma que, em virtude do aumento da pressão política dos movimentos sociais no campo e por causa do aumento da violência gerada por conflitos na terra, “o debate sobre a reforma agrária foi retomado pelas elites do país”. Com isso, foi elaborado o primeiro Plano Nacional de Reforma Agrária – PNRA, “com o objetivo de estabelecer

a ‘paz na terra’, ou seja, procurar resolver os inúmeros conflitos pela posse da terra no país”. Vale lembrar que

Com o governo Sarney, a partir de 1985 na nova República, foram constituídos o Plano Nacional de Reforma Agrária (PNRA) e o Ministério da Reforma e Desenvolvimento Agrário (MIRAD), surgindo um visível manifesto de concordância quanto à realização da reforma agrária e da redemocratização do país. Porém o próprio presidente Sarney liderava uma frente conservadora, que dificultava qualquer transformação na estrutura fundiária do Brasil (LINHARES; SILVA, p. 195-196).

Porém, todos os governantes que assumiram o comando do Brasil pouco fizeram para implementar a tão almejada reforma agrária, uma vez que a maioria dos políticos que poderiam aprovar leis voltadas para tal reforma estiveram, de uma forma ou de outra, atrelados aos latifundiários que, por sua vez, não aceitaram tal solução, sendo esta uma questão não resolvida na sociedade brasileira, fato que vem gerando gradativamente o aumento dos conflitos no campo e o crescimento dos movimentos sociais.

Foi nesse contexto que, dentre vários outros movimentos sociais, surgiu o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra (MST), com o apoio da Comissão Pastoral da Terra (CPT), o qual se institucionalizou como movimento social em 1985, em seu primeiro encontro nacional realizado em Cascavel-PR.

[...] a luta pela terra, em rápido crescimento, deu origem ao Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra (MST), que se constituiu como organização autônoma em 1985. As lutas dirigidas por estas entidades eram motivadas pela reação das massas de pequenos agricultores contra o processo cada vez mais acentuado de empobrecimento do qual eram vítimas [...] (GERMER, 2002, p. 275).

A partir de então, começou-se a pensar o movimento com objetivos e linha política definidas. Entretanto, os ruralistas também se organizaram formando a União Democrática Ruralista (UDR), incentivando a violência no campo com o apoio da mídia. Os ruralistas, que tinham o próprio Sarney como um dos adeptos, impuseram emendas mais conservadoras na Constituição de 1988.

Para Germer (2002, p. 274): “[...] a UDR, por seu lado unificou e deu legitimidade ao velho discurso conservador e reacionário do grande proprietário rural brasileiro, ‘modernizando-o’ com o auxílio da ideologia neoliberal ressuscitada em todo o mundo.” Dessa forma, ocorria a consolidação da UDR,

que reunia poderosos proprietários de terras, utilizando recursos financeiros abundantes, com forte representação parlamentar e apoio dos grandes grupos industriais.

Os denominados ruralistas passaram a constituir a maior parte da bancada parlamentar no Congresso e com isso passaram a ter a capacidade de definir votações decisivas, impedindo a institucionalização de qualquer projeto de implementação da reforma agrária no Brasil.

Em decorrência, ocorreu a paralisia das políticas voltadas para realização da reforma agrária, causando as revoltas camponesas, sendo que vários líderes sindicalistas foram assassinados e a violência no campo continuava se expandindo. Porém, os movimentos sociais conseguiram uma grande vitória no direito a terra com relação a sua função social, determinando a desapropriação para reforma agrária.

De acordo com Gilmar Mauro, um dos líderes do MST, o “objetivo básico do MST seria a integração de uma parcela dos excluídos ao processo de cidadania”. E, para João Pedro Stédile, outro líder do movimento, “a luta pela reforma agrária não é uma luta exclusiva dos trabalhadores rurais. A luta pela terra se dá no campo, mas se ganha nas cidades” (LINHARES; SILVA, 1999, p. 208). Stédile define o MST como:

[...] um movimento de massas, de caráter sindical, mas, também, um movimento popular porque nossas reivindicações não se esgotam na terra. Depois de consegui-la é necessário lutar por estradas, escolas, saúde [...] E somos ainda um movimento político que briga contra o Estado e o latifúndio (LINHARES; SILVA, 1999, p. 209).

Conforme as explanações de militantes do MST, como é o caso de Gilmar Mauro, José Rainha e João Pedro Stédile, a reforma agrária pode ser considerada como uma necessidade dos trabalhadores de diminuir a centralização da terra em poucas mãos, sendo esta uma forma de usá-la, reduzindo conseqüentemente o êxodo rural. Segundo eles: “A reforma agrária nos aproxima de um regime mais democrático, popular. Para o MST, a reforma agrária seria um acúmulo de forças para as coisas maiores”. Para os integrantes desse movimento, a completa cidadania só será conseguida com o ingresso à terra e com a democratização das condições de trabalho (LINHARES; SILVA, 1999, p. 209).

Posteriormente, os movimentos de luta pela terra sofreram um grande retrocesso nos governos de: Collor (1990-1992), uma vez que este era contrário

à reforma agrária e tinha como aliados os ruralistas; de Fernando Henrique, (1995-2002) com seu projeto neoliberal, priorizando a agroexportação para atender ao mercado internacional; e no governo de Lula (2003-2010), quando foram feitas poucas mudanças na estrutura fundiária e no modelo agrícola do país. Nesse contexto,

Nas últimas décadas, o problema agrário no Brasil se agravou devido à adoção das políticas neoliberais, pois as elites abandonaram totalmente os projetos de desenvolvimento nacional, submetendo à vontade do capital financeiro e do capital estrangeiro e, além disso, a política econômica está baseada na abertura para as mercadorias industriais e agrícolas dos países desenvolvidos, tudo isso sendo controlado por empresas multinacionais (STÉDILE, 1997, p. 100).

No sentido de luta pela terra no Brasil, Stédile (1997, p. 105) afirma que: “o objetivo de acabar com o latifúndio em nossa sociedade e distribuir a terra a todos que quiserem nela trabalhar, é ainda um objetivo central e de uma importância fundamental”. Porém, sabemos que o problema agrário está longe de ser resolvido, pois com o avanço do capitalismo no campo e com a modernização das tecnologias voltadas para a produção agrícola, além da dependência brasileira do capital financeiro internacional, a concentração fundiária cada vez mais fica fortalecida.

A concentração fundiária no Brasil é fruto de um processo histórico e nos últimos anos, tem intensificado a formação de grande número de latifúndios em todo o país, destaque para a região amazônica que, nas últimas décadas, assistiu à formação dos maiores latifúndios que a história brasileira registrou em todos os tempos. O Quadro 1 apresenta a evolução da concentração da propriedade da terra no Brasil, no período de 2003 a 2010.

Quadro 01. Evolução da concentração da propriedade da terra no Brasil, medida pelos imóveis – 2003/2010

Classificação Imóveis	2003			2010			Crescimento da área por setor 2010/2013
	Número	Área (há)	Peso s/ área total	Número	Área (há)	Peso s/ área total	
1. Minifúndio	2.736.052	38.973.371	9,3%	3.318.077	46.684.657	8,2%	19,7%
2. Pequena Propriedade	1.142.937	74.195.134	17,7%	1.338.300	88.789.805	15,5%	19,7%

Classificação Imóveis	2003			2010			Crescimento da área por setor 2010/2013
	Número	Área (há)	Peso s/ área total	Número	Área (há)	Peso s/ área total	
3. Média Propriedade	297.220	88.100.414	21,1%	380.584	113.879.540	19,9%	29,3%
4. Grande Propriedade	112.463	214.843.865	51,3%	130.515	318.904.739	55,8%	48,4%
a) Improdutiva	58.331	133.774.802	31,9%	69.233	228.508.510	(40,0%)	71,0%
b) Produtiva	54.132	81.069.063	19,4%	61.282	90.396.229	(15,8%)	11,5%
5. Total - Brasil	4.290.482	418.456.641	100%	5.181.645	571.740.919	100%	36,6%

Fonte: Cadastro do INCRA - Classificação segundo dados declarados pelo proprietário - e de acordo com a Lei Agrária/93

Isso justifica o fato da produção agropecuária no Brasil, marcada pelo processo de concentração de terras no latifúndio e pela expansão das unidades camponesas, se manifestar indiretamente nas diferentes formas de utilização da terra. Além disso,

[...] as reformas para o campo brasileiro nunca foram estabelecidas para resolver os problemas agrários, pois estas sempre foram tratadas como políticas sociais compensatórias. Nos últimos anos consolidou-se como uma política de distribuição, que negligencia os objetivos do desenvolvimento regional, buscando minimizar os conflitos fundiários e procurando atender as constantes reivindicações dos trabalhadores rurais sem terra (DUARTE; COSTA; SUSSUARANA, 2007. p. 185).

No Acre a conjuntura é a mesma, tendo em vista que os primeiros projetos de assentamentos do Incra foram caracterizados pela pouca assistência do Estado, fato que levou a um processo de reconcentração fundiária e deteriorização desses, por falta de uma política de reforma agrária voltada para o desenvolvimento baseado nas particularidades locais. A análise desse fato é importante para compreender a realidade acreana no contexto histórico brasileiro, o que será abordado posteriormente.

1.3.1. A GÊNESE DA QUESTÃO AGRÁRIA E DO CAMPESINATO NA AMAZÔNIA ACREANA

A realidade agrária amazônico-acreana formou-se historicamente a partir do posicionamento de classes sociais que se constituíram no âmbito dos processos de mobilidade do trabalho e do capital, no conjunto da formação socioespacial da frente pioneira extrativista. Para Silva (2005, p. 99), “esta formação se deu por dinâmicas conflituosas que denotam a condição de sujeitos antagônicos que se confrontavam: seringalistas versus seringueiros, proprietários fundiários versus posseiros”.

No estado do Acre a questão agrária e o campesinato, em si, estão imbricados em um contexto histórico de luta por território físico e econômico, que se desenvolve nas relações sociais em suas múltiplas formas. Com base nessa realidade confusa e complexa, Martins afirma que:

Na prática isso já territorializava como terra de trabalho versus terra de negócio nos finais do século XIX e princípio do século XX. Portanto, compreender esta dinâmica conflituosa, torna-se uma questão reveladora dessa realidade. O campesinato amazônico-acreano reflete a realidade socioespacial agrária com uma significância atual, mas que deve ser revista a partir de sua formação processual (MARTINS, 1991, p. 66).

Sabemos que o processo histórico de ocupação das terras acreanas foi responsável pela configuração da sociedade, da economia e mesmo da situação atual dos recursos naturais do Estado, bem como de uma série de problemas sociais, econômicos e ambientais. Por conseguinte, é importante ressaltar que a realidade amazônica acreana se dá carregada por interesses diversos, que constroem e se reconstroem em cada momento vivido. Assim, para SILVA (2005, p. 100):

Na questão do campesinato nos referimos a relações de conflitos carregadas de interesses antagônicos que se confrontam na realidade do espaço produzido. Aí residem as dimensões geográficas nas quais as lutas de classes são localizadas não apenas do ponto de vista sociológico, mas também socioespacial e territorial. Não se trata, portanto, o campesinato, de “reliquias” históricas feudais ou pré-capitalistas, mas sim de um segmento social que traz características de arranjos humanos e sociais específicos. Então varia no tempo e no espaço, mas se reproduziu e se reproduz sob todos os modos de produção já existentes.

Grande parte dos trabalhadores que vieram para o Acre, tradicionalmente desenvolvia atividades agrícolas em seus locais de origem, principalmente

no Nordeste brasileiro. Porém, devido a fatores climáticos, como é o caso dos longos períodos de estiagens – que inviabilizavam tais atividades –, e à crescente oferta de trabalho, com promessas de enriquecimento nos seringais amazônicos, um vasto número de camponeses abandonou os seus principais meios de produção em busca de melhores condições de vida.

Ao chegarem aos seringais viram que a realidade era totalmente diferente, muitos não se adaptaram e buscaram recriar o campesinato em novas terras, mas foram duramente reprimidos pelos seringalistas, uma vez que a eles interessava somente a produção da borracha, sendo proibida a atividade agrícola. No entanto, algumas famílias seringueiras, mesmo contra a vontade dos patrões, desenvolviam a agricultura de autoconsumo.

É válido observar que tais atividades eram executadas principalmente por mulheres e crianças, pois os homens não poderiam de forma alguma, deixar de extrair o látex. Para Souza (2005, p. 39), “durante toda a formação dos seringais amazônicos, os seringueiros sempre desenvolveram atividades agrícolas para seu consumo familiar, na tentativa de escaparem de sempre efetuarem suas compras nos barracões dos patrões”.

Podemos dizer que o campesinato efetivamente se recria no Acre quando os seringalistas gradativamente iam liberando alguns seringueiros para desenvolver agricultura para a subsistência da família e para abastecimento do seringal, bem como posteriormente, para suprimento do incipiente mercado de consumo da região. Além disso, no contexto histórico da disputa pelo território acreano, o espaço agrário passa a ser produzido

[...] durante os conflitos contra a Bolívia, como efeitos dos recrutamentos de trabalhadores para a batalha, já nos últimos anos do século XIX, foi dado o direito a alguns seringueiros de romper com a exclusividade na produção da borracha. [...] com isso em meio ao ambiente da guerra, criava-se necessidade de acomodar famílias e seringueiros em áreas mais próximas aos rios e vilarejos o que, gradativamente, tornava-se uma forma de pressão às lideranças “revolucionárias”. [...] Diante do problema criado e da necessidade por alimentos para parte da população, passou-se a isentar do serviço nas forças revolucionárias, todo o seringueiro que quisesse dedicar-se a lavoura. Esta medida do comando da revolução tinha um sentido estratégico, pois viria afastar a possibilidade de terem que lutar também contra a fome em plena batalha (SILVA, 2008, p. 140).

Com a decadência do primeiro surto de exploração da borracha, aos poucos alguns seringueiros passaram a se dedicar ao desenvolvimento das pequenas lavouras de subsistência e foram se instalando nas proximidades dos

núcleos urbanos e nas margens dos principais rios. Estes eram fundamentais meios de escoamento da produção. Nesse particular, foram surgindo os camponeses, que passaram a ocupar principalmente as áreas nas proximidades de Rio Branco. Dessa forma, foram implantadas as primeiras colônias agrícolas do Acre.

As primeiras colônias foram fundadas logo após a criação do território, pois, em 1908 foi fundada a colônia Gabino Besouro, em 1912 Deocleciano de Souza e em 1913, Cunha Vasconcelos. Estas três colônias municipais não receberam nenhuma orientação técnica e para a localidade apenas foram encaminhados lavradores que recebem pomposamente o título de “colonos” (GUERRA, 2008, p. 132).

Esta fase pioneira de colonização era caracterizada por ser desordenada e sem qualquer estrutura, sendo formada apenas com o ajuntamento de alguns lavradores, situados próximo aos núcleos urbanos, que produziam de forma incipiente para o autoconsumo. Somente a partir da década de 1940, no governo de Oscar Passos, foram implantados os primeiros núcleos agrícolas nos municípios do Acre. Apesar de ser planejada para fixar o homem na terra, esta colonização ocorria de forma precária, sendo desorganizada e sem assistência, com exceção do município de Rio Branco, onde o processo ocorreu com algum nível de organização. Assim,

[...] a partir de 1942 o governador Oscar Passos tomou a primeira iniciativa para a realização efetiva do plano de colonizar a região nos arredores da cidade de Rio Branco, comprando as terras do seringal Empresa, [...], porém somente a partir de 1943 começaram a se estabelecer os primeiros lotes. O primeiro plano esboçado pelo agrônomo Pimentel Gomes estabelecia um loteamento constando de áreas que teriam as dimensões de 250 X 1.000 metros. A ideia desse técnico de dividir essas terras em pequenos lotes foi realizar a agricultura e a pecuária associada à silvicultura. A realização desse plano foi levado a efeito durante o governo José Guimard dos Santos, que em maio de 1947, pelo decreto nº 83, transformaram os 80.000 hectares de terra de seringal Empresa em núcleos coloniais. Mas a execução efetiva somente foi realizada nos anos de 1949 e 1950, criando-se então quase todos os núcleos (GUERRA, 2008, p. 137-138).

Os núcleos coloniais criados em 1949 foram: Juarez Távora, Dias Martins e Alberto Torres. Em 1950, foram criadas as colônias Daniel de Carvalho e Mâncio Lima. Sendo que a produção incluía a farinha de mandioca, arroz, milho, feijão e criação de pequenos animais. Nesse contexto, a segunda

fase de colonização, que aconteceu a partir de 1943, foi mais efetiva, inclusive com a implantação de um maior número de núcleos coloniais (Quadro 2).

Percebe-se que, nesse contexto, foi surgindo, mesmo que de forma incipiente, uma agricultura de subsistência, diferenciando os trabalhadores da floresta – que se dedicavam exclusivamente ao extrativismo – daqueles que passaram a trabalhar de forma autônoma, desenvolvendo a pequena produção familiar, sendo esse, portanto, o marco fundamental para o surgimento do campesinato acreano, já que essas famílias, antes destituídas de suas terras e da condição de camponeses, quando vieram para o Acre, passaram novamente a recriar seus modos de vida.

Quadro 02. Colônias agrícolas implantadas em Rio Branco (1908-1950)

Nome	Nº de lotes	Ano de implantação
Colônia Gabino Besouro	160	1908
Colônia Deocleciano de Sousa	85	1912
Colônia Cunha Vasconcelos	33	1913
Seringal Empresa	86	1943
São Francisco	84	1943
Apolônio Sales	56	-
Cecília Parente	32	1946
Souza Ramos	34	-
Juarez Távora	79	1949
Dias Martins	76	1949
Alberto Torres	68	1949
Daniel de Carvalho	-	1950
Cruz Milagrosa	95	1950
Gov. José Guiomard Santos	68	1950
Mâncio Lima	49	1950

Fonte: Guerra (1955 apud SILVA, 2008, p. 141).

Na maioria dos casos, as famílias com origem nordestina, antes de virem para o Acre “cortar seringa”, trabalhavam na agricultura, fato que justifica uma espécie de recriação do campesinato, mesmo que desta vez em outras áreas.

Após o rompimento com o sistema produtivo do Seringal, nota-se o princípio de formação de um campesinato agrícola, em que se resgatava o trabalho familiar na lavoura, demonstrando que esta atividade não é algo recente na região. Entretanto, inicialmente, isso não significou

grande expressividade enquanto forças sociais, que se constitui na formação social do Acre. [...] queríamos reforçar esta diferenciação espacial de um tipo camponês que nesse momento começou a ser recriado, ganhando corpo nas décadas seguintes, mas somente após 1960, ter-se-ia uma representação social maior. Seriam os denominados de “colonheiros” ou “colonos”, de áreas desmatadas – os campos, diferenciando-o do típico trabalhador seringueiro das áreas nativas – das florestas. [assim], no contexto da reconstrução de seu imaginário social, sejam nestas áreas de colônias ou na própria floresta, para o nordestino que havia chegado e ido trabalhar na borracha, o roçado que se plantou tinha uma significância fundamental. Era a condição de ter mais autonomia e menos dependência no âmbito da produção e circulação de mercadorias e pessoas na região (SILVA, 2008, p. 140).

Vale salientar que a agricultura no Acre se insere de forma gradual, coincidindo inicialmente com o declínio da primeira fase da exploração da borracha, tendo uma leve queda no período da II Guerra Mundial com a rearticulação produtiva da borracha para atender ao mercado internacional. Com a decadência da segunda fase produtiva, paulatinamente os seringueiros foram retomando as práticas agrícolas e de criação de animais. Sendo que, nesse particular, ocorre uma incessante busca pelas terras localizadas nas proximidades de núcleos urbanos.

Contudo, “diante da problemática gerada, a partir da década de 1940, desenvolveu-se uma política de reassentamento dessas famílias em ‘colônias agrícolas’ localizadas nas proximidades das cidades, em antigos seringais desapropriados e loteados para esta finalidade.” (SILVA, 2008, p. 143).

Durante a década de 1960, os grandes projetos destinados para a Amazônia foram decisivos no processo de transformação da economia acreana, principalmente com a ligação rodoviária do Acre ao Centro-Sul. Os incentivos para a ocupação das áreas próximas às rodovias, com investimentos para compra de grandes extensões de terras a preços irrisórios, possibilitavam a especulação e grilagem, até mesmo a expulsão de posseiros, ocasionando uma série de conflitos sociais de luta pela terra, fato que contribuiu para a criação dos primeiros projetos de colonização oficial do Incra, a partir da década de 1970.

Nesse contexto, além dos grandes investidores, veio também um grande número de camponeses com poucos recursos visando a melhores condições de vida; eles eram convencidos pelos “corretores de imóveis”, que formavam loteamentos particulares para comercialização das terras, as quais em muitos casos já tinham donos. Assim, apesar desses produtores não serem capitalistas,

ficaram subordinados à dinâmica do capital quando venderam suas terras no Centro-Sul e ingressaram na Amazônia em busca de novas áreas, ficando à mercê dos especuladores de terras que, por sua vez, agiram de acordo com a lógica capitalista no processo de mercantilização da terra.

[...] o campesinato, também na Amazônia acreana, se por um lado não são capitalistas, mas detém o *domínio* da terra como meio de produção vital, por outro, não são proletários, mas sofrem a opressão e exploração das classes dominantes. Isso os coloca estruturalmente na sociedade como sujeitos sociais que, do ponto de vista produtivo, tem seu lugar indefinido. Seus espaços são ambientes vivenciais, nutridos por concepções de valores que se formaram ao longo dos mais de cem anos de convívio com a realidade florestal amazônica. Todavia, vê-los como classe, mas sob as diversidades que se apresentam, é reforçar suas condições como principal força de trabalho produtora do espaço geográfico da Amazônia acreana. Com isso, podemos então apreender a questão do *camponês florestal* – o seringueiro, que se forma sob um processo histórico de expansão de fronteira econômica brasileira, ao longo dos séculos XIX e XX (SILVA, 2005, p. 106-107, grifos do autor).

Como estamos inseridos no sistema capitalista, é preciso entender o campesinato nesse contexto. A luta e resistência do campesinato contra a submissão completa ao capital se expressa por diferentes mecanismos, segundo as condições históricas particulares de cada país. Nos países onde o problema da terra está “resolvido”, a luta se dá essencialmente contra os mecanismos de sua integração à economia mercantil (preços, créditos, meios de produção, etc.). Com isso, queremos dizer que a classe camponesa é caracterizada, justamente pela sua incessante luta, seja pela posse da terra, seja para nela permanecer com condições dignas.

Diante do exposto, podemos constatar que assim como no agrário brasileiro, onde a reforma agrária não aconteceu, mas sim a implantação de projetos de assentamento que não alteraram a estrutura concentrada da terra, no agro-acreano a situação é a mesma desde o período do monoextrativismo da borracha e posteriormente, quando a frente pioneira agropecuária propiciou a migração de investidores para o Acre, os quais compraram por preços irrisórios grandes extensões de terra. Isso contribuiu fortemente para a intensificação do êxodo rural e para emigração oriunda de cidades do interior do Estado para Rio Branco, aumentando significativamente a população e consequentemente desencadeando uma série de problemas estruturais. Assim, quando

[...] o capital ocupou a terra, acelerou a desarticulação da economia tradicional, expropriou e expulsou, gerando uma massa crescente de

desempregados que, desalojados e sem perspectivas no campo, migraram para as cidades, [...] esses migrantes, na maioria ex-seringueiros, passam a ocupar as periferias das cidades, principalmente de Rio Branco, capital e principal centro urbano do estado, dando origem ao surgimento de grandes bairros marginais. A periferia de Rio Branco é hoje, o maior indicador mais significativo dessa intensa e desordenada ocupação (SILVA, 1982, p. 81).

Cabe aqui esclarecer que a questão agrária e o campesinato no Acre se intensificaram a partir da década de 1970, porém não é nosso objetivo nesse tópico dar continuidade a essa discussão, uma vez enfocaremos a temática com mais clareza no segundo capítulo. Reportarmo-nos apenas aos fatos que deram origem a tal processo, sendo relevante ao entendimento das discussões que ainda pretendemos abordar.

CAPÍTULO 2

QUESTÃO FUNDIÁRIA, IMPACTOS AMBIENTAIS E A POLÍTICA DE DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO E TERRITORIAL NO ESTADO DO ACRE

[...] a ação humana vem produzindo uma crescente depredação da natureza, de consequências significativas para o futuro da humanidade. Este fenômeno, aqui tratado como “questão ambiental”, refere-se a um conjunto de deficiências da reprodução do sistema, o qual se origina na indisponibilidade ou escassez de elementos do processo produtivo advindo da natureza, tais como matérias-primas e energias e seus desdobramentos ideopolíticos. Em outras palavras, trata-se da incapacidade do planeta de prover, indefinidamente, os recursos necessários à reprodução da vida, em condições históricas e sociais balizadas pelo alto nível de produção e consumo (SILVA, 2010, p. 67).

2.1. POLÍTICAS DE DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO NA AMAZÔNIA E OS IMPACTOS SOCIOAMBIENTAIS DECORRENTES DA EXPANSÃO DA FRONTEIRA AGROPECUÁRIA

Novaes (2001) afirma que “a grande questão do desenvolvimento agrário no Brasil possa ser sintetizada ao se mencionar que quase todas as políticas do setor apontam para a insustentabilidade [...]”. A partir dos debates promovidos na Agenda 21 brasileira, foram apontadas seis razões fundamentais que ameaçam a sustentabilidade na agricultura:

1) a predominância de chamado padrão “revolução verde”, intensivo em capital e em insumos químicos; 2) a presença no agronegócio de graves passivos ambientais, representados principalmente pelo alto nível de erosão do solo, degradação de recursos hídricos e perda da diversidade biológica; 3) a dependência científica e tecnológica de exterior, que a “revolução verde” acentua e a falta de verdadeira inovação nacional agrava; 4) predominância, no setor do modelo exportador, pautado de fora e arcando com custos ambientais e sociais cuja prevenção/eliminação os países importadores não querem incorporar nos preços; 5) consequência em grande parte do item anterior, uma rentabilidade que decorre em certa medida de recusa interna de incorporar esses custos e da necessidade de utilizar mais capital natural como se financeiro fosse (gerando a insustentabilidade futura); 6) a estrutura fundiária fortemente concentrada e ainda tendendo para maior concentração em muitas partes (NOVAES, 2001, p. 52).

O desenvolvimento agrícola brasileiro está fundamentado no modelo exportador, fato que proporciona um formato agressivo de ocupação da terra, bem como o avanço da fronteira agropecuária. Tais situações foram responsáveis por significativa parcela do êxodo rural ocorrido nas últimas quatro décadas, ocasionando crescimento urbano exagerado, em especial nas áreas metropolitanas.

Com relação ao desenvolvimento da região amazônica, historicamente uma série de medidas foram tomadas para incorporá-la economicamente ao restante do país, tendo em vista que, de acordo com Costa (2001), o governo federal, com objetivo de ocupar e povoar a Amazônia brasileira, promoveu diversas políticas, como a criação do Banco de Crédito da Borracha, em 1950, posteriormente transformado no Banco de Crédito da Amazônia, em 1952; a Superintendência do Plano de Valorização Econômica da Amazônia (SPveva) em 1953; a Superintendência de Desenvolvimento da Amazônia (Sudam) em 1966, que foi regulamentada em 1968, juntamente com o Banco da Amazônia S/A (Basa), que deixou de ser Banco de Crédito da Amazônia.

Em 1958 começa a construção da rodovia Belém-Brasília, abrindo a Amazônia ao interesse do capital nacional estrangeiro, cuja presença vai se intensificar na fase de ocupação recente. Data dessa época o início da construção da rodovia BR364 que liga o Acre de Rondônia ao resto do país, cuja implantação é uma das causas imediatas responsáveis pela destruição de vastas áreas comandadas pelos projetos de exploração agropecuária implementados na Amazônia Ocidental (CARVALHO, 2000, p. 29).

Essas ações tiveram como ênfase a necessidade de integração da região ao resto do país, mas essas políticas de sua ocupação deveriam perseguir um duplo objetivo: a preservação das fronteiras internacionais e a incorporação de sua economia ao Brasil. Essas seriam medidas específicas para a ação regional na Amazônia, principalmente, destacando-se a atenção especial à estratégia de desenvolvimento regional, com base na concentração das medidas governamentais como o polo industrial de Manaus.

Foi mais precisamente desde 1966 que se iniciou uma fase nova de desenvolvimento extensivo do capitalismo na Amazônia [...] Isto porque, a partir desse ano, a região amazônica foi incluída, de uma forma cada vez mais explícita e profunda no contexto do 'modelo econômico' adotado pela ditadura instalada no país desde 1964 (IANNI, 1986, p. 13).

Nesse contexto de centralização do planejamento nos anos de 1960 a 1970, de acordo com Araja (1992, p. 51), “a Amazônia foi alvo de decisões de Estado, indutoras de grandes transformações regionais entre as quais estão a construção e/ou consolidação de grandes eixos viários, a formulação de programas e projetos de estímulo a sua ocupação [e] implantação das formas modernas de produção”.

Assim, nos chamados “anos de chumbo” da ditadura militar (1968-1974), através do Plano de Integração Nacional (PIN), via I e II Plano Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (PNDS), foram realizados grandes investimentos para a região amazônica, como: a construção de extensos eixos rodoviários (como a Transamazônica, a Cuiabá-Rio Branco e a Cuiabá-Santarém), a modernização da navegação fluvial, do sistema de comunicação, da produção de energia elétrica etc.

No II PND deveria ser colocada em prática a redistribuição de terras nas áreas em que a propriedade fundiária fosse considerada um empecilho à modernização da agropecuária. Na verdade, essa prática serviu mesmo foi para transferir as terras devolutas, situadas às margens das rodovias federais,

dos governos estaduais para a União. Nesse contexto, as políticas públicas direcionadas para Amazônia, via colonização oficial, ocorreram inicialmente nas áreas em torno das rodovias, sendo estas responsáveis pelos principais fluxos migratórios para a região. Assim, esse conjunto de medidas voltadas para a região amazônica:

[...] preconizou uma política de concessão de incentivos fiscais aos empresários [...] [onde] os investimentos orientaram-se de preferência para a agropecuária, de modo que um grande número de empresários e de empresas, especialmente do Sudeste, sem tradição no ramo, tornaram-se proprietários de terras e empresários rurais. Em princípio, a aquisição de terras pelos grandes capitalistas do Sudeste animou o mercado imobiliário, convertendo, por isso mesmo, os proprietários de terras em proprietários de dinheiro e forçando-os, por sua vez, a agirem como capitalistas (PAULA, 2005, p. 67).

As mudanças estruturais e a nova realidade estabelecida com a expansão da fronteira agropecuária na região amazônica, nas últimas décadas, alteraram o padrão de circulação que por muito tempo, foi unicamente fluvial. Para Becker (2004), as rodovias atraíram a população para terra firme e para novas áreas, abrindo grandes clareiras na floresta e sob o influxo da nova circulação a Amazônia se urbanizou e se industrializou, embora com sérios problemas sociais e ambientais. Ao passo que,

[...] na atualidade a Amazônia consolida sua participação no processo geral de transformação territorial do Brasil e, especificamente, naquele referente às mudanças ocorridas nos padrões demográficos e de uso da terra no qual a expansão/intensificação da agropecuária acaba determinando, em grande parte, a dinâmica econômica e demográfica desta imensa região (BECKER, 2004, p. 76).

No Acre a situação não difere do restante da região amazônica, tendo em vista que a expansão agropecuária a partir da década de 1970 foi responsável por uma série de problemas socioambientais sem precedentes. Ao discorrer sobre a realidade acreana, Silva (2004, p. 23-24), afirma que:

[...] no âmbito do ambiente rural, os impactos nas florestas, nos cursos d'água, no regime pluvial e no modo de vida do trabalhador têm sido deveras sentido. Sob o impacto do desmatamento, florestas foram destruídas com seus recursos madeireiros parcialmente aproveitados. Muitos seringueiros de onde antes a população seringueira produzia também sua sobrevivência, com trabalhos extrativos, deram lugar a áreas agricultáveis e de formação de pastagens. No período de estiagem, o regime dos rios foi alterado e cursos d'água menores, sazonalmente,

podem secar. Consequentemente há uma alteração no nível hidrostático com o aprofundamento do lençol freático, a escassez de água potável também pode ser sentida pelos moradores. A água para criação de gado é prevenida pelos açudes e “reservatórios” construídos para a captação nos períodos chuvosos. Esta variabilidade é sazonal na Amazônia, sendo que certos graus de oscilações são normais entre o “período chuvoso e de estiagem”. Porém, com o desmatamento deixando o solo desprovido de cobertura, sujeito a maior compactação natural ou pelo pisoteio do gado, ocorre uma ampliação dos efeitos de degradação ambiental atuando sob a composição pedológica e geomorfológica do lugar. O ambiente do trabalhador tradicional foi deveras alterado, pois com a mudança na base produtiva, a vida na floresta foi inviabilizada. Esse impacto socioambiental teve como origem o domínio fundiário estabelecido, com a implantação de colonização e áreas de fazendas, em que se reforçavam os espaços de reprodução da propriedade fundiária privada. Isto significava uma mudança radical na territorialização do domínio e uso da terra dos antigos seringais, nos quais após a falência da empresa capitalista, o trabalhador extrativista fixou meios de vida próprios sob bases de sua unidade de produção na floresta – a colocação. A população seringueira reduzia-se na zona rural, migrando para as cidades sede dos municípios [...].

Para Becker, atualmente, o grande desafio na Amazônia é a implementação de políticas públicas que alterem a forma de ocupação econômica historicamente estabelecida, no sentido de maior justiça social, de contenção do desflorestamento e de utilização racional do meio ambiente, de forma conservacionista. Ele defende a ideia de que, para haver um efetivo desenvolvimento sustentável na Amazônia, é necessário que o nível de desempenho econômico da produção de origem florestal sustentável se sobressaia em relação aos sistemas convencionais de exploração.

A questão do desenvolvimento florestal com sustentabilidade não se deve resumir à questão do desmatamento e sim às potencialidades para competir. [...] O lucro da agricultura e da extração da madeira é tão poderoso que o desmatamento continuará mesmo que a política florestal procure incrementar a lucratividade e sustentabilidade do manejo florestal. [...] Soma-se ao poder econômico da madeira, o poder político (BECKER, 2001, p. 18).

Lembrando que, ao mesmo tempo em que a pecuária e a extração da madeira exerceram um melhor desempenho econômico para a Amazônia, tais atividades geraram efeitos negativos para a região, como é o caso da reconcentração de terras nas áreas reformuladas, ampliação dos desmatamentos e degradação progressiva dos solos e recursos hídricos, entre outros problemas socioambientais.

2.1.1. A QUESTÃO AMBIENTAL E O DESENVOLVIMENTO (IN) SUSTENTÁVEL: ALGUNS APONTAMENTOS

As teorias econômicas concebidas por volta dos anos de 1960 para interpretar o capitalismo não levavam em conta componentes ambientais, tais como a degradação do meio ambiente pela poluição, destruição de ecossistemas ou exaustão de recursos naturais, renováveis ou não.

[...] ausência não se devia ao fato da inexistência da degradação ambiental, pois a mesma existia desde quando se inicia a concentração populacional e das atividades humanas. A pressão do modo de produção sobre a natureza ainda não possuía a qualidade da irreversibilidade. Mas, é a partir da década de 1960 que a preocupação com a questão ambiental passou a incorporar-se nos discursos científicos e nas teorias econômicas existentes (MONTIBELLER FILHO, 2004, p. 81-82).

A década de 1970 constitui um marco na emergência de questionamentos e manifestações ecológicas, em nível mundial, que defendem a inclusão dos problemas ambientais na agenda do desenvolvimento das nações e das relações internacionais como um todo. De acordo com Almeida (2004), essas preocupações refletem a percepção de um conflito crescente entre a expansão do modelo de crescimento econômico, de base industrial, e o volume de efeitos desagregadores sobre os ecossistemas naturais.

O conjunto de impactos socioambientais até então percebidos como resíduos inevitáveis do progresso e da expansão capitalista passam a assumir uma nova dimensão e a despertar atenção, interesse e novas leituras para compreender o desenvolvimento. Devemos entender que:

[...] a exaustão dos recursos naturais e a degradação do meio ambiente se relacionam diretamente com a questão das equidades e são decorrentes do aumento desmesurado da produção e do consumo, principalmente nos países economicamente ricos caracterizados pelo consumismo individualista, coerente com a necessidade do sistema produtor de mercadorias (MONTIBELLER FILHO, 2004, p. 282).

O desmatamento e as diversas formas de poluição ambiental têm acelerado a destruição da biodiversidade, principalmente com o advento da evolução técnico-científica. Durante a década de 1970, tomou corpo uma discussão que procurava aproximar algo até então muito distante: a produção econômica e a conservação ambiental. Essa aproximação ocorreu de maneira lenta, através de reuniões internacionais e relatórios preparatórios.

Para Lima (1997), o abundante estoque de recursos naturais disponível, nos primórdios da revolução industrial, e a larga capacidade de absorver e reciclar os resíduos da produção afastava qualquer possibilidade de crise. Por outro lado, o ritmo e o volume da produção mundial, o tamanho da população e seu estilo de vida e consumo não representavam um problema a ser considerado.

Uma referência indispensável, na análise crítica do modelo de desenvolvimento de base industrial, encontra-se no trabalho de Furtado (1996), *O mito do desenvolvimento econômico*. Essa obra demonstra as falácias da ideia de desenvolvimento econômico e da impossibilidade de sua universalização, como pretendiam seus ideólogos. Furtado desmistifica a doutrina do desenvolvimento que prega que os povos pobres têm a possibilidade de atingir os padrões de vida dos povos ricos, desde que sigam o exemplo e as recomendações dos países industrializados. O autor mostra ser essa uma meta irrealizável, já que os custos para tanto, em termos de depredação do mundo físico, seriam tão elevados, que toda tentativa de generalizá-la levaria ao colapso civilizatório, pondo em risco a sobrevivência da espécie humana.

Para Furtado (1996), a ideia (desenvolvimento) tem sido de grande utilidade para mobilizar os povos da periferia e levá-los a aceitar sacrifícios, para legitimar a destruição de formas de culturas arcaicas, para explicar e fazer compreender a necessidade de destruir o meio físico, para justificar formas de dependência que reforçam o caráter predatório da exploração dos recursos naturais. De acordo com o autor supracitado, a ideia de desenvolvimento econômico é um simples mito.

Lima (1997) afirma que o sistema de mercado não existe somente para satisfazer as necessidades das pessoas, mas sim para atender aos desejos dos consumidores e a lucratividade dos produtores. Por consequência, o resultado dessa equação não poderia ser outro senão a divisão da sociedade em zonas de inclusão e de exclusão social, num processo crescente de desigualdade social.

A visão corrente do desenvolvimento pretende ignorar que a criação de valor, no sistema capitalista, envolve um curso maior do que aquele que figura nas contabilidades privadas e políticas. Não é demais assinalar que a ação produtiva do homem tem cada vez mais, como contrapartida, processos naturais irreversíveis tais como a degradação de energia tendente à entropia do universo.

Sob o signo do capital, a humanidade vem aprofundando sua trajetória de destruição da natureza, em níveis cada vez mais inquietantes. As evidências deste processo encontram-se na escassez dos recursos não renováveis, nos níveis de aquecimento planetário, nos efeitos catastróficos dos dejetos industriais e poluentes diversos, na produção incessante de mercadorias descartáveis, numa demonstração incontestante de que o modo de produção capitalista não exerce um domínio adequado e planejado da natureza, revelando uma contradição crescente entre as necessidades de expansão da produção e as condições do planeta para promover esse desenvolvimento (SILVA, 2010, p. 45).

A crise ambiental tornou-se mais evidente na década de 1960, “refletindo-se na irracionalidade ecológica e dos padrões dominantes de produção e consumo, e marcando os limites do crescimento econômico”. Assim, é claro, nesse processo, a reconstrução do modelo desenvolvimentista, calcado no debate teórico acerca da racionalidade econômica *versus* crise ambiental, que tem como resultado o surgimento de estratégias de ecodesenvolvimento (termo muito usado na década de 1960), “postulando a necessidade de fundar novos modos de produção e estilos de vida nas condições e potencialidades ecológicas de cada região” (LEFF, 2001, p. 16-17).

De acordo com Sachs (2000), no decorrer da década de 1970 surge uma discussão no sentido de conciliar algo até então improvável, ou seja, o desafio consiste em aliar a produção econômica à conservação ambiental.

Esta aproximação ocorreu de maneira lenta, através de reuniões internacionais e relatórios preparatórios. Tais fatos levaram as nações unidas a promover um fórum de discussões sobre as questões ambientais no ano de 1972 em Estocolmo - Suécia. Nessa conferência das Nações Unidas, o “meio ambiente” surgiu na agenda internacional como proposta inicial da Suécia, preocupada com a chuva ácida, poluição no Báltico e os níveis de pesticidas e metais pesados encontrados em peixes e aves (SACHS, 2000, p. 118).

Durante os anos de 1980, como resultado do referido fórum e com o crescimento da população mundial, criou-se uma demanda maior de consumo dos recursos naturais, e a discussão sobre essa questão aumentou. A partir de 1980 dá-se maior ênfase à questão ambiental, fato que cria o discurso do desenvolvimento sustentável e, após a ECO - 92, cria-se uma nova roupagem com enfoque para a “sustentabilidade”.

Becker (2002, p. 49) afirma que, em primeiro lugar, é preciso que se reconheçam as diferenças de cada local, seja social, econômica, política, cultural e ambiental, tendo em vista que “o desenvolvimento de um território não

está predeterminado pela tecnologia. É um processo social e político, e a valorização da diferença deriva da potencialização das condições locais”. Assim, a sustentabilidade não deve obedecer somente à lógica regional, nacional ou global, mas principalmente às particularidades locais, pois são nelas que se encontram os atores que realmente estão inseridos nesse processo de luta pelo desenvolvimento produtivo com justiça social e qualidade ambiental.

Nesta perspectiva, uma condição importante seria garantir que a população local efetivamente receba uma parte dos benefícios resultantes do aproveitamento de seus saberes e dos recursos por ela coletados. Além disso, neste novo cenário devem ser inseridas as lutas das comunidades indígenas e camponesas pelas reivindicações ao acesso aos seus direitos culturais e à apropriação da natureza, levando-as a buscarem participação nas decisões das políticas públicas e na autogestão da produção dos recursos naturais que estão diretamente ligadas a sua subsistência nas comunidades.

Sachs (2002) elaborou alguns critérios que contemplam as dimensões ecológicas, sociais e econômicas, nos quais, de acordo com ele, venham formar a denominada “eco-sócio-economia”, ou o desenvolvimento sustentável. Tais critérios são:

Social: alcance de um patamar razoável de homogeneidade social; distribuição de renda justa; emprego pleno e/ou autônomo com qualidade de vida decente; igualdade no acesso aos recursos e serviços sociais;

Cultural: mudanças no interior da continuidade (equilíbrio entre respeito à tradição e inovação); capacidade de autonomia para elaboração de um projeto nacional integrado e endógeno (em oposição às cópias servis dos modelos alienígenas); autoconfiança combinada com abertura para o mundo;

Ecológico: preservação do potencial do capital natureza na sua produção de recursos renováveis; limitar o uso dos recursos não renováveis;

Ambiental: respeitar e realçar a capacidade de autodepuração dos ecossistemas naturais;

Territorial: configurações urbanas e rurais balanceadas (eliminação das inclinações urbanas nas alocações do investimento público); melhoria do ambiente urbano; - superação das disparidades inter-regionais; estratégias de desenvolvimento ambientalmente seguras para áreas ecologicamente frágeis (conservação da biodiversidade pelo ecodesenvolvimento);

Econômico: desenvolvimento econômico intersetorial equilibrado; segurança alimentar; capacidade de modernização contínua dos instrumentos de produção; razoável nível de autonomia na pesquisa científica e tecnológica; inserção soberana na economia internacional;

Político (nacional): democracia definida em termos de apropriação universal dos direitos humanos; desenvolvimento da capacidade do

Estado para implementar o projeto nacional, em parceria com todos os empreendedores;

Político (internacional): eficácia do sistema de prevenção de guerras da ONU, na garantia da paz e na promoção da cooperação internacional; um pacote Norte-Sul de co-desenvolvimento, baseado no princípio de igualdade (regras do jogo e compartilhamento da responsabilidade de favorecimento do parceiro mais fraco); controle institucional efetivo do sistema internacional financeiro e de negócios; controle institucional efetivo da aplicação do Princípio da Precaução na gestão do meio ambiente e dos recursos naturais; prevenção das mudanças globais negativas; proteção da diversidade biológica (e cultural); e gestão do patrimônio global, como herança comum da humanidade; sistema efetivo de cooperação científica e tecnológica internacional e eliminação parcial do caráter de commodity da ciência e tecnologia, também como propriedade da herança comum da humanidade (SACHS, 2002, p. 85-88).

Os apontamentos supracitados são difíceis de serem totalmente concretizados, já que perpassam por várias dimensões socioespaciais que são regidas por forças capitalistas totalmente antagônicas a esta lógica. No Estado do Acre, por exemplo, o “Governo da Frente Popular”, a partir do final década de 1990, adota o discurso da “sustentabilidade”, passando a divulgar fortemente esses ideais. Contudo, percebe-se que há uma apropriação do discurso de ‘desenvolvimento sustentável’ diante das estratégias de apropriação econômica, simbólica e cultural da natureza.

Para Paula (2005), nas políticas de assentamento existentes no Estado do Acre, há evidências de continuidade de um processo histórico de ocupação econômica, havendo modificações na forma e no discurso, mas não no conteúdo de tal “desenvolvimento insustentável”. De acordo com Paula, no momento em que estamos inseridos, o da “mercantilização da natureza”, falar de desenvolvimento sustentável é algo complexo, pois a conservação e proteção dos recursos naturais exigem estratégias para investimentos em longo prazo, enquanto que o sistema capitalista está centralizado em respostas aos seus interesses em curto prazo.

Leff (2001, p. 144), em sua obra *Saber ambiental*, afirma que “a racionalidade ambiental tem sua construção baseada na destruição da racionalidade capitalista que domina a sociedade contemporânea, isto é, ela está totalmente contrária aos interesses do sistema capitalista”, sendo este um fator que inviabiliza este discurso ideológico.

Nessa nova fase de exploração dos recursos naturais, a natureza é transformada em mercado de acumulação de capital. Temos então a

mercantilização da natureza, que é o principal enfoque para a formulação de ideia de “insustentabilidade” de Paula (2005), no qual para o autor, a mercantilização da natureza insere-se no cenário amazônico-acreano a partir da introdução do capital internacional na região, que passou a controlar os projetos com financiamentos externos.

Para Buarque (2006), nos últimos anos, o meio ambiente vem sendo utilizado de forma crescente, como um negócio na economia mundial; pois fala-se amplamente em “serviços ambientais”, contribuição de diferentes ecossistemas para o equilíbrio e funcionamento da natureza e, portanto, da economia mundial.

Nesse contexto, o “desenvolvimento sustentável” é implantado apenas como um discurso ideológico no qual não possui fundo prático, pois visa apenas a desvirtuar a percepção das lutas de classes e os conflitos sociais. Tendo em vista que o sistema capitalista é por natureza um modo de produção fundamentado nas desigualdades, dificilmente haverá sustentabilidade nele, podendo ocorrer parcialmente na ótica econômica, como é o caso do Acre com a exploração da madeira. Contudo, isto pode gerar um futuro de insustentabilidade, já que estes recursos são finitos.

Ao contrário do que vem sendo amplamente difundido, inclusive no Estado do Acre, através do discurso da “sustentabilidade”, percebe-se que não ocorreu a redução da pobreza, muito menos a distribuição justa dos recursos, fato que compromete a qualidade de vida da população local.

2.2. A QUESTÃO FUNDIÁRIA E OS PRIMEIROS PROJETOS DE ASSENTAMENTOS DO INCRA NO ESTADO DO ACRE

No Acre, a questão fundiária é bastante complexa devido a fatores históricos, uma vez que a economia extrativista proporcionava a noção de que a terra não possuía valor e sim o número de seringueiras existentes de forma dispersa na floresta. Nesse sentido, “o processo de territorialização do capital nas áreas de economia extrativa na Amazônia se deu por três condicionantes: a ‘limpeza indígena’ da área, a mobilidade da mão de obra nordestina para a região e a grande concentração de seringueiras” (SILVA, 2003, p. 101). Desse modo:

[...] desde a sua origem, a ocupação do Acre processou-se de forma não planejada, calcada exclusivamente na extração da borracha que, em

virtude da dispersão e distribuição desordenada das seringueiras na mata, criou-se uma estrutura fundiária alicerçada na grande propriedade (SILVA, 1982).

Nesse particular, as terras do atual Estado, a partir de meados do século XIX, passaram a ser ocupadas por brasileiros, principalmente por nordestinos recrutados por empresas extrativistas para trabalharem na extração do látex. Nesse período, houve a dizimação de grande parte das populações indígenas. Posteriormente, o confronto dos homens das empresas extrativistas foi com os bolivianos e peruanos na conquista político-administrativa do território acreano.

Após a disputa com os países de fronteira, o território acreano passou por diferentes regimes administrativos. Inicialmente, o Território Federal do Acre (1903) foi dividido em três departamentos: Alto Acre, Alto Purus e Alto Juruá, onde o último foi desmembrado, em 1912, em Alto Tarauacá, para formar o quarto departamento.

Na década de 1950, surgiu no Acre, mais especificamente na cidade de Rio Branco, o movimento de autonomia, o qual tinha duas intenções principais: elevar o Território a Estado e assegurar aos acreanos o poder político-administrativo deste. O resultado foi a elevação do Território do Acre a Estado brasileiro, através da Lei 4070/62, sancionada pelo presidente João Goulart, em 15 de junho de 1962 (PAULA, 2005, p. 44-46).

A partir do desfecho do processo de formação política do Acre é importante frisar a centralização do poder em torno dos interventores militares, somada ao poder da grande propriedade fundiária pelos patrões seringalistas, que reforçou o autoritarismo no Estado, assim como no território nacional. Desse modo, a questão fundiária no Acre surgiu desde quando a economia extrativista passou a ser difundida com noção de que o valor não estava na terra, mas sim no número de seringueiras dispersas na floresta.

Com relação à formação da sociedade acreana, pode-se dizer que a ocupação econômica se deu pela necessidade de “suprir as crescentes demandas de borracha natural como matéria-prima indispensável para abastecer as indústrias dos países mais avançados da Europa e Estados Unidos da América, naquele período, meados do século XIX e início do XX.” (PAULA, 2005, p. 51).

Desse modo, a economia acreana caracterizou-se inicialmente pela condição de fornecedora de matéria-prima para o mercado internacional, enquanto que a organização interna da produção girava em torno do

monoextrativismo da borracha, fundamentada na grande propriedade fundiária e na exploração do trabalho dos seringueiros, os quais extraíam o látex e que, em sua maioria, por contingentes do Nordeste brasileiro.

No contexto da produção da borracha, é válido lembrar que, além do “sistema de aviamento”, existia também outra relação mercantil – a do pagamento da renda da terra, onde os seringueiros eram obrigados a pagar uma percentagem anual de sua produção total de borracha ao seringalista. Com isso, alteraram-se os critérios do valor monetário da propriedade fundiária, pois no auge da borracha era estipulado pelo volume da produção do látex e da sua localização geográfica. Com a decadência da borracha o valor da terra passou a ser estipulado pelo tamanho da propriedade e da sua localização.

A fim de contornar a crise, o Estado aplicou políticas para prorrogar o extrativismo da borracha na região, como o fornecimento de matéria-prima para a Segunda Guerra Mundial para suprir as necessidades da indústria bélica, o aumento da produção gumífera pelas montadoras automobilísticas, em meados dos anos 1950 no país, e a mudança de modos de transporte (do ferroviário para o rodoviário). Assim:

Após as fases auge do monoextrativismo da borracha, no final do século XIX até 1915, e 1940 a 1945, ocorreu um processo de decadência da produção por causa da expansão dos seringais de cultivo no Sudeste Asiático e do uso da borracha sintética como matéria-prima industrial. Depois dessas crises, surgiram oportunidades para a ocupação de pequenas porções de terras de antigos seringais por seringueiros na busca de meios de sobrevivência como a agricultura, a pesca, a caça, etc. (PAULA, 2005, p. 56-57).

Ao final da segunda fase da borracha em 1945, foram traçados novos projetos econômicos para a Amazônia acreana. Com o fim do sistema de aviamento, a crise do extrativismo obrigou os seringalistas a venderem suas terras a preços baixos para os empresários provenientes do Centro-Sul do país. Contudo, com a chegada de novos proprietários há uma grande valorização, provocando assim, uma busca pelo reconhecimento e titulação das terras.

A forma como se deu a ocupação produtiva do espaço acreano condicionou uma situação bastante confusa e irregular com relação à propriedade de terra. Grande parte dos documentos de propriedades das terras dos seringais foi registrada pelos seringalistas sem que houvesse títulos de origem. Uma situação irregular que se consolidou ao longo dos anos, pois, afinal, ninguém estava interessado em contestar a legitimidade ou não daqueles títulos, uma vez que a terra era um fator abundante e o seu

valor era definido pela capacidade de produção de látex. Só recentemente, com a transferência da maioria das terras acreanas aos compradores do Centro-Sul, veio à tona uma série de e irregularidades com relação à propriedade da terra. E essas irregularidades eram de tal magnitude, que possibilitaram aos especuladores, grileiros e aventureiros lançarem mão das terras baratas dos antigos seringais, servindo-se dos mais variados expedientes para expulsar seringueiros e pequenos posseiros (SILVA, 1982, p. 45-46).

A falta de regularização das propriedades só foi percebida quando o Governo Federal iniciou o processo de modernização brasileira com projetos de integração nacional. A partir de então, o Estado cria mecanismos para atrair capital do Centro-sul, o que acabou culminando com a terra tornando-se uma mercadoria. Esse processo é efetivado na década de 1970, período em que há uma grande migração vinda de fora do Estado em busca das terras baratas existentes no Acre, principalmente devido às propagandas do Governo local, que incentivava a vinda desses grandes empresários.

Daí por diante, a especulação das terras acreanas pelos empresários do Centro-Sul do país acabaram determinando o modo como as terras passaram a ser utilizadas, isso porque parte permaneceu totalmente improdutiva, como mera reserva de valor para a especulação imobiliária; outra parte foi utilizada com a introdução da pecuária extensiva.

O baixo preço e a existência de grande quantidade de terras disponíveis tornaram as terras do Acre um investimento extremamente lucrativo aos olhos dos especuladores. Grandes áreas eram compradas e imediatamente retalhadas e revendidas, com lucros astronômicos. A especulação fundiária é facilmente identificada, seja pela exigência de grandes áreas mantidas inexploradas, como reserva de valor, seja pelo grande número de transações, mudança de dono em curto espaço de tempo, que se verificaram na maioria dos casos sobre uma mesma propriedade (SILVA, 1982, p. 08).

Nesse sentido, os novos “donos das terras acreanas” passaram a realizar a colonização espontânea, que avançava ao longo das rodovias, deflagrando uma série de problemas relacionados à posse e uso da terra. Assim, a expansão do progresso na região amazônica, na década de 1970, tinha como ponto principal a remoção de suas florestas para dar lugar às pastagens. A partir daí, observava-se no cenário acreano que:

[...] o processo de agregação do valor da terra, seguia um caminho inverso ao estabelecido na formação dos seringais. Não mais havia interesse nas seringueiras, nas castanheiras, mas sim, na terra para a formação de

pastagem e a implantação de grandes propriedades de produção pecuária de grande porte. (WOLSTEIN; LIMA; NASCIMENTO², 2006, p. 7)

Outro fato notável foi o da restrição do acesso à terra, onde só poderiam obter a posse dessas aqueles que detinham mais recursos financeiros, além disso, eram os únicos a terem o acesso a financiamentos privados, ou seja, poucos conseguiam ter a posse e o domínio das terras no Estado do Acre.

Diante disso, as terras do Acre permaneciam em situação jurídica duvidosa, sujeitas a fraudes. Nisso, acabou surgindo os conflitos, devido ao avanço da fronteira agrícola para o Estado e do estabelecimento da propriedade agropecuária, ocasionando “[...] os expedientes de grilagem, de apropriação de terras públicas, todas ocupadas por famílias seringueiras [sendo que] essas práticas irregulares tornaram a situação fundiária mais complexa e de difícil solução” (BRASIL, 2004, p. 25).

O projeto de modernização para a Amazônia, promovido pelo Estado, agravou ainda mais as condições de vida da população, privilegiando grandes grupos empresariais com muitos incentivos fiscais e financeiros. Nisso, em 1966, sob o governo de Castelo Branco, foi direcionado para a Amazônia um conjunto de medidas institucionais denominado de “Operação Amazônia”, que tinha como objetivo reformular e transformar a economia regional (PAULA, 2005, p. 66-67).

Nesse contexto, a partir da década de 1970, o governo militar introduziu uma nova política para ocupação da Amazônia brasileira. Com isso, foram orientados investimentos na pecuária e agricultura que alteraram radicalmente a base de recursos naturais e a vida de sua população. O Estado do Acre não ficou imune aos avanços nas frentes de expansão e a outros fenômenos ligados à dinâmica da economia brasileira.

A partir de então os loteamentos se multiplicaram, tanto para atender aos pequenos produtores como para a formação das fazendas, além da criação dos primeiros projetos de colonizações. Deste modo, através de desapropriação para fins de reforma agrária, foram criados os Núcleos de Apoio Rural Integrados - Nari's (ACRE, 2006, p. 21).

De acordo com Morais et al. (2005, p. 185) “no Acre a colonização oficial iniciou-se na década de 1970, quando o INCRA criou o Projeto Integrado de Colonização – PIC Xapuri”. Nesse contexto,

2. Documento síntese da estrutura fundiária do estado do Acre, elaborado em 2006, pela equipe de gestores da Secretaria de Estado de Meio Ambiente - Sema.

Os projetos de colonização implantados a partir de 1970 constituíram uma opção política no sentido não apenas de ocupar os vazios demográficos, mas também uma alternativa para aliviar as tensões sobre a terra, em regiões como Nordeste, o Sul e o Centro-Oeste, como se disse. Muita propaganda e fácil acesso pelas estradas garantiram um grande contingente de migrantes em busca de lotes para neles se estabelecer (MAGALHÃES, 1990, p. 51).

Porém, de acordo com Silva (2003), devido ao desinteresse político e à falta de um desenvolvimento nacional que almejasse a reforma agrária, esses modelos de projetos de assentamentos foram deteriorando-se em sua estrutura e não asseguraram a permanência do camponês na terra.

As estratégias de modernizar o Estado do Acre assentavam-se na grande propriedade fundiária e na pecuária extensiva de corte. A justificativa, no caso da opção da pecuária de corte, foi a de integrar o país ao mercado mundial como exportador de carne bovina.

Nessa época, empreendimentos multinacionais foram instalados na Amazônia, ocasionando a especulação com o mercado de terras, através dos incentivos fiscais oferecidos pelo governo estadual, trazendo impactos imediatos na estrutura agrária acreana como o domínio dos investidores do Centro-Sul na região, principalmente do Estado de São Paulo (PAULA, 2005, p. 70-71).

Desse modo, a frente agropecuária que chegou ao Acre ao longo da década de 1970,

[...] foi suficiente para alterar profundamente a paisagem natural do Vale do Acre, região onde a implantação de grandes fazendas de gado bovino provocou a destruição de extensas áreas de seringueiras e castanheiras, com irreparáveis perdas para o equilíbrio do meio ambiente, além de exterminar os meios de subsistência, ainda que precários, de um grande contingente de famílias que sobreviviam do corte da seringa, da coleta de castanha, além da prática de uma agricultura muito rudimentar de pequeno porte, que incluía a criação de pequenos animais, tudo voltado para o consumo familiar. Uma parte dos seringueiros expropriados e expulsos dessas áreas foram absorvidos pelos projetos de assentamentos do INCRA, que implantou a partir deste período 29 projetos, sendo o PAD Pedro Peixoto o maior de todos com 317.588ha e 4.025 famílias, localizado numa área que abrange os municípios de Rio Branco, Senador Guiomard, Plácido de Castro e Acrelândia (CARVALHO, 2000, p. 41).

É importante lembrar que, além da pecuária no Estado do Acre ser o principal setor a receber os investimentos das grandes empresas agropecuárias, ocasionou a concentração fundiária em todo o Estado, pois, de acordo

com dados absolutos do Cadastro de Imóveis do Incra/Sebrae-1999, “a maior concentração ocorre nas regionais do Baixo Acre, no Alto Acre e no Alto Juruá”, além disso, havia ainda os empreendimentos no setor madeireiro, que também contribuíram para a devastação de algumas espécies florestais (BRASIL, 2004, p. 30).

Nesse contexto, surgem conflitos sociais no campo entre os “novos proprietários rurais” (os paulistas) e os acreanos (seringueiros). Os seringueiros lutavam contra a substituição da floresta para fins de implantação da pecuária extensiva de corte, que colocava em risco a reprodução social dos seringueiros, ou seja, do modo de vida que os seringueiros levavam na floresta.

Na luta de resistência pela terra no Estado do Acre, Paula (2005, p. 76) destaca dois fatos marcantes: diante dos conflitos na região pela posse da terra, foi criada a Coordenadoria Regional da Amazônia Ocidental (CR 14), em 1974, e a instalação, em 1975, da Delegacia Regional, através da Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura (Contag). Esses vinham com o objetivo de fundar e organizar os sindicatos e a classe trabalhadora no campo, tendo o apoio da Igreja Católica.

Os movimentos sociais de luta pela terra se estabeleceram a partir da década de 1970, como é o caso do Movimento do Sindicato dos Trabalhadores Rurais (MSTR), cuja atuação sempre foi marcada por lutas dos trabalhadores para permanecerem na terra, a partir de pressões sobre o Estado para a resolução dos problemas fundiários. Desse modo,

[...] os anos 70 teriam sido marcados pela adoção de uma estratégia de mobilização coletiva inovadora na luta de resistência pela posse da terra, os “embates”; nos anos 80, a formulação de uma proposta regionalizada de reforma agrária (RESEX) e a criação simultânea de uma organização mais abrangente do que o STR (CNS) teriam expressado uma tentativa de superar os limites fixados pelo o Estado para resolução dos conflitos fundiários no estado. Nos anos 90, é a ausência de uma singularidade relevante em relação ao MSTR em nível nacional que o caracteriza. Ele consegue, por um lado, as estratégias da CONTAG para implantar o PADRS - Projeto Alternativo de Desenvolvimento Sustentável e, por outro lado, aquelas mais ligadas aos interesses político-partidários no estado (PAULA, 2005, p. 316).

No período de 1976 a 1985, o Governo Federal, através do Incra, deu início a um processo de discriminação das terras no Acre, cujo objetivo era identificar as públicas e as particulares, freando a ação nociva dos especuladores

e grileiros. Assim, no final da década de 1970, o Governo Federal, através do Incra, utilizou o processo de desapropriação para fins de reforma agrária.

Neste período foram implantadas três modalidades de assentamentos no Acre que são: o PAD (Projeto de Assentamento Dirigido), o PA (Projeto de Assentamento) e o PAR (Projeto de Assentamento Rápido). Esses projetos assentavam prioritariamente as famílias oriundas do Centro-Sul do país (WOLSTEIN; LIMA; NASCIMENTO, 2006, p. 12).

O PAD foi criado a partir da década de 1970 com a finalidade “de cumprir as determinações do Estatuto da Terra, quanto ao assentamento de pequenos e médios agricultores em regime de propriedade familiar”, bem como amenizar os conflitos entre os seringueiros/seringalistas e empresários do Centro-Sul. Aconteceu, portanto, uma grande pressão na região devido aos conflitos gerados pela frente agropecuária. Em todo o Estado existem cinco PAD's numa área de 767.029ha, com capacidade de assentar 10.043 famílias. (WOLSTEIN; LIMA; NASCIMENTO, 2006, p. 16-17).

Os PAD's Pedro Peixoto e Boa Esperança foram considerados como marco inicial da colonização no Acre. Esses projetos inicialmente receberam um contingente populacional vindo de diversas regiões do país, principalmente dos estados do Paraná e Mato Grosso do Sul, que buscavam o acesso a terra. Esses assentamentos também foram denominados de Projetos de Colonização – PC.

A modalidade de assentamento PA foi implantada em 1987, sendo este destinado ao trabalhador familiar que pratica a agricultura em áreas abertas, obedecendo ao I Plano Nacional de Reforma Agrária. Os assentados, nessa modalidade, recebem o título definitivo da terra. As áreas são divididas em unidades produtivas, onde cada agricultor possui seu lote para sua produção (BRASIL, 2004, p. 58).

Os PAR's foram instituídos em 1982, objetivando “a regularização e ocupação de ‘áreas devolutas’ que foram arrecadadas na faixa de fronteira do Estado do Acre” (WOLSTEIN; LIMA; NASCIMENTO, 2006, p. 17). Inicialmente, o domínio da terra era realizado pela “Autorização de Ocupação” (AO), sendo que com o passar dos anos, as terras foram sendo demarcadas e as famílias passaram a obter o Título Definitivo Rural (TDR).

Existem quatro PAR's, mas apenas dois pertencem ao Estado do Acre (Aleluia e o Mário Lobão), enquanto que os outros dois (Antimary e Campinarana) pertencem ao Estado do Amazonas. A área total é de

48.214 ha e tem capacidade para assentar 714 famílias. (WOLSTEIN; LIMA; NASCIMENTO, 2006, p. 18).

Esses projetos eram teoricamente destinados para assentar trabalhadores que estavam sendo expropriados dos seringais, ou ainda àqueles que ocupavam áreas de fortes tensões sociais. Com a implantação desses projetos, criavam-se condições políticas efetivas para regularizar a posse desses trabalhadores. Contudo, também eram espaços para receber o excedente de trabalhadores expropriados de outras regiões brasileiras.

No final da década de 1970 e no decorrer da década de 1980, esses projetos passaram a receber um contingente de migrantes camponeses, predominantemente centro-sulistas que vinham em busca da terra para sua reprodução. Eram excluídos da terra em suas regiões de origem, e tinham aqui oportunidades de retornar à terra como meio de produção essencial para sua autossustentação (SILVA, 2005, p. 126).

Mas, como seus antecessores, tais projetos não significaram a realização da reforma agrária no Estado, pois os assentados enfrentaram, e ainda enfrentam uma série de problemas devido à falta de assistência do Governo, como a necessidade de transporte, de educação, de saúde, de assistência técnica e de crédito (SILVA, 2004).

Neste sentido, é importante ressaltarmos que esse processo não assegurou a permanência do camponês na terra, tendo em vista que:

no geral, a política de colonização que se realizou, longe de ser um instrumento de reforma agrária, como de certa forma propunha o Estatuto da Terra, seria um instrumento de reprodução e perpetuação do domínio capitalista sobre a terra, enquanto expressão de interesses de classes, grupos e forças sociais na qual se insere o processo produtivo da sociedade. [...] podemos dizer que esta colonização se deu sob o seguinte desígnio: impedir a reforma agrária verdadeira no Centro-Sul e também no Acre (SILVA, 2003, p. 121)

Esses PA's, assim como os anteriores, contribuíram para causar diversos problemas sociais e ambientais, por terem poucas políticas públicas voltadas para os aspectos socioeconômicos dos assentamentos. Diante disso, os primeiros assentamentos:

[...] mostram a ineficácia dos métodos tradicionais de assentamento para alterar a estrutura concentrada de distribuição da terra e dos recursos naturais. Pelo contrário, os assentamentos levam à reconcentração, cujo

índice é estimado em 40% a 50% e serve como meio de recriar e regularizar a grande propriedade fundiária (BRASIL, 2004, p. 08).

Além disso, até 1990, com a colonização oficial, foram criados apenas 15 projetos de assentamentos, incluindo os Projetos de Assentamentos Extrativistas – PAE's, instituídos no final da década de 1980, conforme exposição no Quadro 3. Isto significa que os poucos projetos implantados não foram suficientes para suprir a crescente busca pela terra.

Desse modo, devido à fragilidade estrutural dos assentamentos tradicionais, foram implantados novos projetos de assentamentos que teoricamente, deveriam ser calcados numa nova gestão rural, incorporando os valores, a cultura e a natureza dos povos camponeses, proporcionando aos assentamentos grande apoio para a infraestrutura, nos serviços sociais básicos etc., dando “oportunidades de acesso aos recursos ambientais para o seringueiro, o ribeirinho e o agricultor familiar, visando redistribuir a riqueza natural e bem-estar para os mais excluídos dos frutos do desenvolvimento” (BRASIL, 2004, p. 35).

Quadro 03. Projetos oficiais de assentamentos no Acre, 1977-1990

Nome	Município	Ano de criação	Nº de Lotes
PAD Pedro Peixoto	Senador Guiomard	1977	4.225
PAD Boa Esperança	Sena Madureira	1977	2.756
PAD Quixadá	Brasileia	1981	952
PAD Humaitá	Porto Acre	1981	951
PAD Santa Luzia	Cruzeiro do Sul	1982	829
PA Espinhara	Bujari	1986	31
PA Figueira	Rio Branco	1987	395
PA Vista Alegre	Rio Branco	1987	35
PAE Remanso	Capixaba	1987	435
PAE Santa Quitéria	Brasileia	1988	223
PA São Pedro	Rodrigues Alves	1988	244
PAE Chico Mendes	Epitaciolândia	1989	68
PA Pavão	Rodrigues Alves	1989	50
PAE Porto Dias	Epitaciolândia	1989	83
PAE Riozinho	Sena Madureira	1989	120

Fonte: Incra/SR.14/AC, 2012.

Não podemos negar que esses projetos representaram um marco significativo no processo de distribuição de terras no estado do Acre. Porém, a

exemplo dos anteriores, por falta de infraestrutura adequada, em alguns casos, tais projetos gradativamente foram sendo palco de reconcentração fundiária, tendo em vista que parte dos camponeses assentados acabaram vendendo suas propriedades, por causa das dificuldades que encontraram para produzir e sobreviver no campo.

2.3. OS ASSENTAMENTOS RURAIS A PARTIR DA DÉCADA DE 1990 E A MODALIDADE DOS PROJETOS DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL – PDS

A partir do ano de 1999, através do Plano Nacional de Reforma Agrária – PNRA, o Governo Federal resolveu implantar novos projetos de assentamentos rurais. Esse Plano visaria melhorar o padrão de distribuição social da terra e fazer a destinação econômica mais eficaz dos recursos naturais “[...] para superar os obstáculos representados pelas contradições sociais herdadas que esterilizam a potencialidade natural.” (BRASIL, 2004, p. 09).

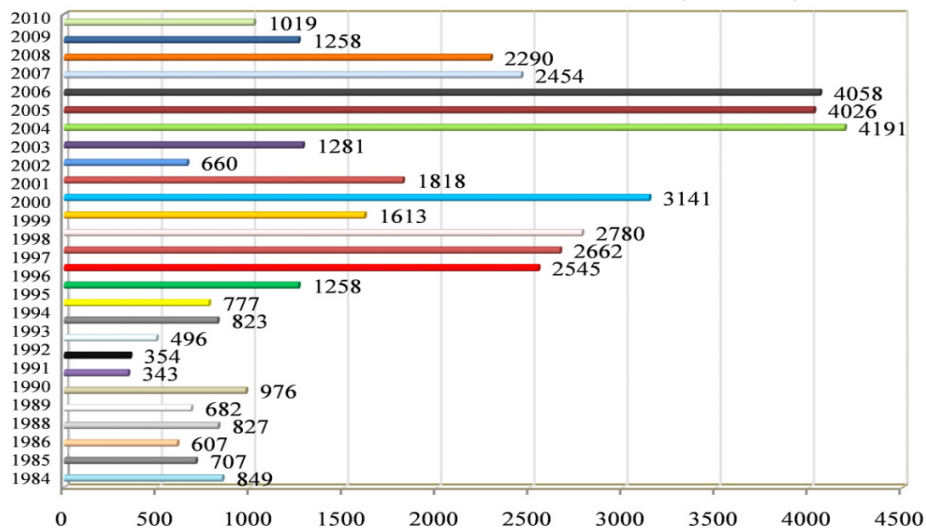
No tocante à política de desenvolvimento agrário nacional, foram tomadas algumas decisões que contribuiriam para uma nova dinâmica socioambiental no processo de ocupação e uso do solo.

Em 2001, o governo federal sancionou a medida provisória 2166-67/2001, que alterou o Art. 37 § 6º do código florestal, vedando a possibilidade de criação de qualquer assentamento humano em área de floresta primária, principalmente na Amazônia Legal, salvo os diferenciados como é o caso da nova modalidade que visa o desenvolvimento social, porém com impactos ambientais reduzidos. Assim, todos os projetos de assentamentos criados a partir deste ano obrigatoriamente têm que estar inseridos nesse contexto (WOLSTEIN; LIMA; NASCIMENTO, 2006, p. 09).

A partir da década de 1990 houve um aumento significativo de projetos de assentamento rurais no Acre, principalmente entre os anos de 2004 a 2006, quando foram assentadas 12.275 famílias, conforme Gráfico 1. Dessa forma, além do fato de terem sido criados mais projetos de assentamentos, estes passaram a ser dispostos com parcelas³ menores, contemplando mais famílias camponesas.

3. Pelo fato dos novos projetos terem sido criados em regimes diferenciados, oficialmente não se utiliza o termo *lote* para designar a unidade de produção familiar, uma vez que teoricamente alguns desses novos assentamentos não possuem divisão em lotes, por serem de uso comunal, como é o caso dos PDS's. Sendo neste caso, mais usual o termo parcelas ou colocações.

Gráfico 01. Histórico de famílias assentadas no Acre (1984-2010)



Fonte: Incra/SR.14/AC, 2012.

O Gráfico 1 demonstra que, gradativamente, a partir da década de 1990, o número de famílias assentadas foi aumentando, evoluindo de 343 em 1991, para 2.780 em 1998. Em 2000, foram mais de 3.000 famílias assentadas, ocorrendo um período de diminuição entre 2001 a 2003, porém no ano de 2004 foi atingido o marco histórico de 4.191 famílias assentadas. Isto ocorreu devido a dois fatores, sendo que o primeiro se deve ao fato do governo federal, através do Programa Nacional de Colonização, ter disponibilizado mais terras para assentamento; e o segundo está relacionado à regularização de posse, tendo em vista que algumas áreas já eram ocupadas por posseiros.

Dentre os novos projetos, destacam-se: o Projeto de Assentamento Agroextrativista (PAE), o Projeto de Assentamento Florestal (PAF), o Projeto Estadual Polo Agroflorestal (PE), o Projeto Casulo (PCA) e o Projeto de Desenvolvimento Sustentável (PDS).

De acordo com dados fornecidos pelo Incra (2012), o Projeto de Assentamento Agroextrativista – PAE foi criado através da Portaria/INCRA/ Nº 627 DE 30.07.1987. Chamado de ‘Projeto de Assentamento Extrativista’, destinado a populações tradicionais, esse tipo de assentamento visa à exploração de áreas com potencialidade extrativa e da produção agrícola familiar.

Estes projetos foram criados no final da década de 1980, porém fazem parte dessa nova tipologia de assentamentos rurais. “No Estado do Acre foram

implantados onze projetos de Assentamentos Agroextrativista, abrangendo uma área de 286.395,8459 ha, com capacidade para assentar 1.229 famílias” (WOLSTEIN; LIMA; NASCIMENTO 2006, p.19).

Com relação ao Projeto de Assentamento Agroflorestal – PAF, a criação desta modalidade de assentamento só ocorrerá em área de domínio da União, Estado ou Município, que apresente aptidão para manejo florestal de uso múltiplo. O público alvo são trabalhadores rurais sem-terra e populações tradicionais (INCRA, 2012).

A destinação da área para esses projetos ocorre mediante o termo de concessão de uso, em regime comunal, segundo a forma decidida pela comunidade concessionária: associativista ou cooperativista. “Existem três Projetos de Assentamentos Florestais, numa área de 86.183.000 ha, com capacidade de assentamento para 400 (quatrocentas) famílias.” (WOLSTEIN; LIMA; NASCIMENTO, 2006, p. 24).

O Projeto Estadual Polo Agroflorestal – PE é uma modalidade de assentamento alternativo de uso individual, localizado em áreas de cinturões verdes, objetivando o estabelecimento de famílias de origem rural, ex-seringueiros e ex-agricultores, que encontram-se na periferia das cidades e fora do mercado de trabalho. Esses projetos são implantados em áreas com cobertura vegetal alterada, fracionadas em pequenas unidades produtivas (INCRA, 2012).

Foram implantados doze Projetos Estaduais Polo Agroflorestal nos municípios de Brasileira, Bujari, Cruzeiro do Sul, Epitaciolândia, Feijó, Mâncio Lima, Porto Acre, Rio Branco, Rodrigues Alves e Xapuri. Para a implantação deste projeto foram destinadas 3.412,2420 ha, para uma capacidade de assentamento de 464 famílias (WOLSTEIN; LIMA; NASCIMENTO 2006, p. 25).

O Projeto Casulo – PCA é uma modalidade descentralizada de assentamento de uso individual, implementado por meio de convênios do Incra com os Municípios, e destina-se à exploração agropecuária, instalado-se em áreas de transição, no entorno de núcleos urbanos.

Foram criados três projetos Casulo: Geraldo Mesquita (1993), Hélio Pimenta (1995) e Geraldo Fleming (2000), todos no município de Rio Branco, ocupando uma área de 651.6640 ha Estes projetos possuem a capacidade para o assentamento de 148 famílias (WOLSTEIN; LIMA; NASCIMENTO 2006, p. 28).

A modalidade de assentamento denominada de Projeto de Desenvolvimento Sustentável - PDS foi criada pelo Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária, pela Portaria/Incra/P N° 477, de 04 de novembro de 1999, sendo uma modalidade de projeto diferenciado, implementado sobretudo na região Norte do país. Esse redirecionamento das políticas do Incra é fruto de demandas sociais e está em consonância com as novas legislações ambientais que orientam para criação de modalidade de projeto destinado às populações que baseiam sua subsistência no extrativismo, na agricultura familiar e em outras atividades de baixo impacto ambiental, fundamentadas na aptidão da área (INCRA, 2012).

A destinação da área se dá na forma de ‘Concessão Real de Uso’, em regime comunal, segundo a forma decidida pelas comunidades concessionárias: associativista, condominial ou cooperativista, sob a responsabilidade das Organizações Rurais de Moradores – ORM’s, com anuência do órgão ambiental, do Incra e dos parceiros (WOLSTEIN; LIMA; NASCIMENTO 2006, p. 21-22). Contudo, na prática, a maioria dos assentamentos é disposta como uso individual devido à dificuldade de adaptação das famílias assentadas.

Os Bancos Mundiais de Desenvolvimentos (BMD’s) assumem o papel de assistência financeira para a implantação de projetos de desenvolvimento sustentável, tendo com principais objetivos: a proteção e conservação de ambientes abrangentes; o uso mais eficiente e o gerenciamento dos recursos naturais, tais como a água, a floresta e a terra. (PAULA, 2005, p. 282).

O Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária é responsável pela obtenção da terra, criação do Projeto, seleção dos beneficiários, aporte de recursos de crédito, apoio à instalação e de crédito de produção; a liberação do Pronaf-A, bem como a implantação da infraestrutura básica (estradas de acesso, água e energia elétrica). Esse Órgão atua com a distribuição e administração de assentamentos rurais, dotando estes de infraestrutura, através de parceria entre os estados e municípios (INCRA, 2012).

Após a implantação do PDS, é elaborado o Plano de Desenvolvimento Sustentável do Assentamento (PDSA), o qual é organizado juntamente com as famílias assentadas e assessorado por técnicos do Incra. Nesta elaboração, é dado ênfase às questões ambientais, contando com a participação de órgãos e entidades ambientais em todas as fases de decisão do plano (WOLSTEIN; LIMA; NASCIMENTO, 2006, p. 21).

Com relação ao cadastro das famílias, o Incra é responsável por: identificar, quantificar e delinear o perfil dos assentados ou de quem pretende ocupar a área, sendo também o instrumento de inscrição dos candidatos. Nas áreas sem ocupantes considerarão, preferencialmente, as famílias indicadas pelas entidades representativas (movimentos sociais) e as famílias cadastradas da mesma região geográfica.

A família a ser cadastrada nesse projeto deve possuir uma dessas características: ser uma família de trabalhador rural extrativista, de agricultor, pescador artesanal, pequeno madeireiro etc., ou que a família já desenvolve ou passará a desenvolver atividades produtivas relacionadas à conservação das bases primárias de recursos naturais (BRASIL, 2000, p. 23-24).

De acordo com dados fornecidos pelo Incra, até o ano de 2012 foram cadastrados 17 PDS's, totalizando uma área de aproximadamente 192.649 ha, com capacidade para assentar 2.865 famílias, sendo que existem 2.713 assentadas. Os PDS's estão estabelecidos no Estado do Acre, conforme o Quadro 4.

Quadro 04. Projetos de Desenvolvimento Sustentável – PDS no estado do Acre, distribuídos nas Regionais de Desenvolvimento

Nº	Projetos	Município	Área (ha)	Capacidade de assentamento	Famílias assentadas
	BAIXO ACRE				
1	PDS Porto Luís I	Acrelândia	9.506,3875	400	360
2	PDS Nova Esperança	Porto Acre	3.140,0000	60	60
3	PDS Bonal	Senador Guiomard	10.447,8000	203	203
4	PDS Polo Pirã-de-Rã	Senador Guiomard	1.129,3000	150	150
5	PDS Nova Baixa Verde	Rio Branco	5.007,2772	211	211
	Subtotal	-	29.230,7647	1024	984
	ALTO ACRE				
6	PDS Polo Recanto do Equador	Xapuri	2.000,0000	67	67
7	PDS Floresta	Xapuri	6.909,0000	125	125
8	PDS Porto Carlos	Brasileia	3.312,2521	74	74
	Subtotal	-	12.221,2521	266	266
	PURUS				
9	PDS Ivo Neves	Sena Madureira	3.352,0000	105	105

Nº	Projetos	Município	Área (ha)	Capacidade de assentamento	Famílias assentadas
10	PDS Wilson Lopes	Sena Madureira	15.826,0000	315	265
11	PDS Geraldo Fernandes	Sena Madureira	1.929,0000	63	63
12	PDS Lídia Craveiro	Sena Madureira	804,0000	26	26
	Subtotal	-	21.911,0000	509	459
	TARAUACÁ-ENVIRA				
13	PDS Sete Lagoas	Tarauacá	750,0000	40	40
	Subtotal	-	750,0000	40	40
	JURUÁ				
14	PDS Jamil Jereissati	Cruzeiro do Sul	42.656,5657	520	520
15	PDS Francisco Pimentel	Cruzeiro do Sul	55.150,0000	171	161
16	PDS São Salvador	Mâncio Lima	27.830,0000	250	198
17	PDS Minas	Porto Walter	2.900,0000	85	85
	Subtotal	-	128.536,5657	1026	964
	Total Geral	-	192. 649,5825	2865	2713

Fonte: Incra/SR.14/AC, 2012 (Elaboração do autor).

A modalidade PDS foi criada a partir de 2005, tendo como objetivo central a manutenção de atividades agrícolas de baixo impacto ambiental, destinadas às ‘populações tradicionais’. Contudo, esse novo formato de assentamento rural, apesar de ser diferenciado, assim como os demais, não contribuiu de forma eficaz para a melhoria da qualidade de vida das famílias assentadas, uma vez que os problemas estruturais permanecem.

No Acre, a partir de 2001, houve um elevado percentual de áreas destinadas à preservação e à conservação ambiental, pois na década de 1970 não existiam essas áreas. As terras de domínio privado tiveram uma redução em comparação com a década de 1970. Porém, podemos inferir que

No topo da pirâmide, existem agora, os proprietários diretos ou os grandes grupos empresariais que comandam a exploração da pecuária extensiva ou a pecuária associada ao extrativismo. Já na base do sistema produtivo, estão os “colonos” dos assentamentos do INCRA, além dos seringueiros “autônomos” que vivem dentro ou fora das reservas extrativistas ou dos Projetos de Assentamento Agroextrativistas - PAE's (PAULA, 2005, p. 81).

Lembrando que, na maioria desses novos assentamentos, assim como nos anteriores, permanece a criação bovina, seja em pequenas quantidades, como estratégia de reprodução da vida camponesa ou como uma atividade econômica mais rentável e conseqüentemente, mais impactante ao ambiente, colocando em cheque a proposta inicial desses projetos.

A nossa proposta inicial é verificar como as famílias assentadas estão se adaptando a essa nova modalidade de assentamento rural. Assim, elegemos um desses PDS's para ser o nosso foco de análise. É nesse contexto que o próximo capítulo abordará elementos do estudo socioeconômico e territorial do PDS Nova Esperança, buscando compreender as relações socioespaciais estabelecidas pelos camponeses que vivem e produzem em um assentamento rural que tem como tipologia o “desenvolvimento sustentável”.

CAPÍTULO 3

TERRITORIALIDADE CAMPONESA: ESTRATÉGIAS DE REPRODUÇÃO E ORGANIZAÇÃO SOCIOESPACIAL DAS FAMÍLIAS ASSENTADAS NO PDS NOVA ESPERANÇA

Considerando-se que o processo de territorialização camponesa é um continuum, marcado por lutas permanentes para assegurar a sua condição de classe, o insucesso de uma empreitada não deve ser tomado como o fim de uma trajetória
(PAULINO, 2006, p. 317).

3.1. SÍNTESE SOCIOECONÔMICA DO MUNICÍPIO DE PORTO ACRE E O PESO DA PRODUÇÃO AGRÍCOLA FAMILIAR PARA A ECONOMIA LOCAL

Neste tópico buscamos realizar uma breve descrição dos aspectos socioeconômicos do município de Porto Acre. Isto, numa tentativa de contextualizar a dinâmica socioespacial desenvolvida no âmbito da municipalidade para identificar o papel da produção agrícola familiar para a economia local.

Até o final do século XIX, Porto Acre fazia parte do território boliviano, cuja soberania era reconhecida pelo Brasil. Por isso era denominado Puerto Alonso, sendo a sede do consulado do Brasil na região. A cidade foi fundada em 03 de janeiro de 1899, com o governo sob a égide do Presidente da República da Bolívia (IBGE, 2012).

Nesse período, abrigou um posto alfandegário boliviano, o qual foi motivo de revolta dos seringalistas brasileiros. Devido à ocorrência desse fato, o povoado tornou-se o principal foco da Revolução Acreana, em suas diversas etapas. Assim, por meio das sucessivas revoluções, impulsionadas por Luiz Galvez e concretizadas por Plácido de Castro, em 24 de janeiro de 1903, finalmente ocorreu a rendição das tropas bolivianas e Puerto Alonso passou a se chamar Porto Acre.

Apesar da importância histórica, a cidade de Porto Acre permaneceu por várias décadas sem autonomia política, já que esteve como distrito de Rio Branco de 1903 até 1992, quando foi elevada à categoria de município. O Quadro 5 apresenta uma síntese cronológica dos principais atos administrativos que caracterizaram a criação de Porto Acre (IBGE, 2012).

Quadro 05. Síntese cronológica de criação de Porto Acre, AC (1899-1992)

Ano	Ocorrência
1899	Fundada em 03 de janeiro pelo Ministro Plenipotenciário José Paravicini, com o nome de Puerto Alonso.
1903	Em 24 de janeiro, após a vitória de Plácido de Castro, o povoado passa a denominar-se Cidade do Acre e posteriormente, recebe o nome de Porto Acre. Sendo elevado à condição de distrito do município de Rio Branco.
1992	É elevado à condição de município, sendo desmembrado de Rio Branco.

Fonte: IBGE, Histórico das cidades, 2012 (Elaboração do autor).

O município de Porto Acre está localizado no nordeste do Acre, na imensa região do Vale do Acre, limita ao norte com o Estado do Amazonas, ao sul com os municípios de Bujari e Rio Branco, a leste com os municípios de Senador Guiomard e a oeste, com Bujari. Sua população em 2010 era de 14.880 habitantes, apresentando uma área de aproximadamente 2.605 km² (4,6 hab./km²). Ocupando no Estado do Acre a décima sétima posição em área territorial, e décimo primeiro lugar em população. Encontra-se a 60 km da capital Rio Branco, com acesso pela Rodovia AC-010 (Mapa 1).

Mapa 01. Representação geográfica do estado do Acre e as ligações com as sedes de seus respectivos municípios



Fonte: IBGE /Histórico das cidades, 2012.

Outra forma de chegar à sede do município é via fluvial, pelo Rio Acre, que corta a cidade. O Rio que dá nome ao Estado nasce no Peru e banha os municípios de Brasileia, Epitaciolândia, Xapuri, Assis Brasil, Rio Branco, Porto Acre e Boca do Acre (AM). Historicamente, foi importante via de acesso aos seringueiros e seringalistas brasileiros e ainda serve aos moradores de suas margens para a circulação de mercadorias e pessoas. Durante o período seco, suas praias de terras férteis ainda servem para o cultivo da melancia, banana, hortaliças, mandioca e outras culturas sazonais de subsistência (Foto 1).

Foto 01. Vista parcial do Rio Acre na cidade de Porto Acre

Fonte: Acervo do Autor (trabalho de campo, junho/2012).

De acordo com o censo demográfico do IBGE (2010), no que diz respeito à distribuição da população por gênero, observa-se em Porto Acre uma leve predominância do sexo masculino em número de habitantes (7.806) em relação ao feminino (7.000). Com exceção de Cruzeiro do Sul e Rio Branco, essa característica é peculiar a quase todos os municípios do Acre, que apresentam um percentual levemente maior de mulheres. A justificativa pode estar na busca por melhores oportunidades de educação, geração de emprego e renda nas cidades maiores. Além disso, em muitos casos, as mães migram para cidades maiores a fim de acompanhar os estudos dos filhos, enquanto os pais permanecem na zona rural (IBGE, 2010).

Em 2010, de acordo como o censo demográfico do IBGE, a população de Porto Acre estava assim distribuída: 86,8% concentrada no meio rural e 13,2%, ocupando o meio urbano (Quadro 6). Nessa lógica, o município apresenta uma das menores taxas de urbanização do Estado do Acre, porém é importante justificar que esses 13,2% referem-se somente à população da cidade de Porto Acre. Contudo, no município existem mais dois núcleos urbanos (Vila do Inkra e Vila do V) que estão sendo contabilizados pelo IBGE como área rural.

Quadro 06. Distribuição da população por local de residência no município de Porto Acre-2010

Local de residência	Nº de habitantes	%
Urbano	1.955	13,2
Rural	12.851	86,8
Total	14.806	100

Fonte: IBGE, Resultados do Censo 2010 (Elaboração do Autor).

Esses núcleos urbanos foram criados no PAD Humaitá, como “[...] agrovilas que teriam uma função de sede administrativa. Esta sede seria composta de órgãos públicos tais como o posto do INCRA, escolas, posto de saúde, posto policial, entre outros equipamentos, que dariam suporte ao trabalho rural” (MORAIS et al., 2005, p. 190). Porém, os lotes urbanos que foram idealizados para atender às famílias dos trabalhadores rurais, gradativamente foram sendo ocupados por famílias que não necessariamente trabalhavam na agricultura. Assim, a infraestrutura posta e a proximidade com Rio Branco atraiu cada vez mais moradores.

É válido inferir que a cidade de Porto Acre, conhecida como um importante marco da história do Estado, tendo sido inclusive a capital da ‘República do Acre’⁴, atualmente encontra-se descentralizada, uma vez que as vilas supracitadas, por apresentarem maior oferta de equipamentos e serviços, possuem uma melhor dinâmica socioeconômica. Além disso, poderá futuramente perder grande parte das terras do município, população e automaticamente arrecadação, caso estas vilas sejam emancipadas.

A economia de Porto Acre é fundamentada na agricultura, pecuária, extrativismo vegetal da borracha, beneficiamento da castanha e madeira, produtos hortifrutigranjeiros e o comércio em geral. A indústria é incipiente no município, por isso aloca pequena quantidade de trabalhadores (IBGE, 2012).

No que diz respeito aos estabelecimentos agropecuários, de acordo com os dados do censo agropecuário de 2006, o município conta com 1.191 estabelecimentos, entre lavouras temporárias e permanentes, que abrangem em conjunto uma extensão de 154.060 hectares. Na pecuária o destaque é para a criação de bovinos, aves e suínos, sendo que o efetivo do rebanho bovino é

4. Em 1899, o espanhol Luis Galvez Rodrigues de Aires, financiado pelo governo do Amazonas e apoiado pela Junta Revolucionária, proclamou o Estado Independente do Acre. Porém, as forças armadas brasileiras e bolivianas fizeram uma operação conjunta para expulsá-lo, e a Bolívia recuperou a região no ano seguinte.

de 153.235 cabeças, configurando-se entre os oito maiores do Estado, evidenciando o peso dessa atividade para o município (IBGE, 2006).

A agricultura é baseada nas seguintes culturas: feijão, arroz, mandioca, milho, café, abacate, banana, coco da baía, cana-de-açúcar, laranja, limão, mamão, maracujá entre outras. A produção de banana, melancia e milho por área plantada, é a mais desenvolvida no município. A extração do látex impulsionou bastante a economia da região, onde um contingente significativo de pessoas direcionou-se para área rural de Porto Acre, objetivando a produção de borracha. Contudo, na atualidade esta não é mais uma atividade predominante, mas ainda apresenta um peso relativo na economia da região (ACRE, 2012).

O município conta com nove projetos de assentamentos com uma área de 130,8 mil hectares, representando 44,1% da área do município, abrangendo inclusive um dos maiores projetos de assentamentos rurais do Acre, o PAD Humaitá abrange uma área de 61.179,00 e capacidade para assentar 951 famílias (Quadro 7).

Quadro 07. Projetos de Reforma Agrária e população assentada no município de Porto Acre, AC, 2012.

Projeto	Área (ha)	Capacidade de assentamento	Famílias assentadas	Vagas
PAD Humaitá	61.179,00	951	951	-
PA Caquetá	17.631,92	611	623	-
PA Porto Acre	2.093,08	42	42	-
PA Tocantins	24.386,05	489	489	-
PA Porto Alonso	9.126,44	166	166	-
PE Polo Leiteiro de Porto Acre	207,5421	20	19	-
PDS Nova Esperança	3.140,00	60	60	-
PAE Barreiro	9.760,46	20	20	-
PA Bandeirante	3.346,00	200	200	-
Total	130.870,5024	2.559	2.559	-

Fonte: Incra -14SR/AC, 2012 (Elaboração do Autor).

De acordo com os dados apresentados pelo IBGE (2012), no município podem ser observados alguns investimentos pelo poder público, no âmbito tanto educacional, econômico, quanto da saúde. Porém, a qualidade das prestações de serviços é bastante precária, principalmente referente aos atendimentos da saúde pública.

Apesar de breve, as considerações deste tópico nos ajudam a contextualizar a dinâmica socioeconômica do município, sobre o qual o assentamento foco de nossa pesquisa está inserido.

3.2. PDS NOVA ESPERANÇA: LOCALIZAÇÃO E ACESSO

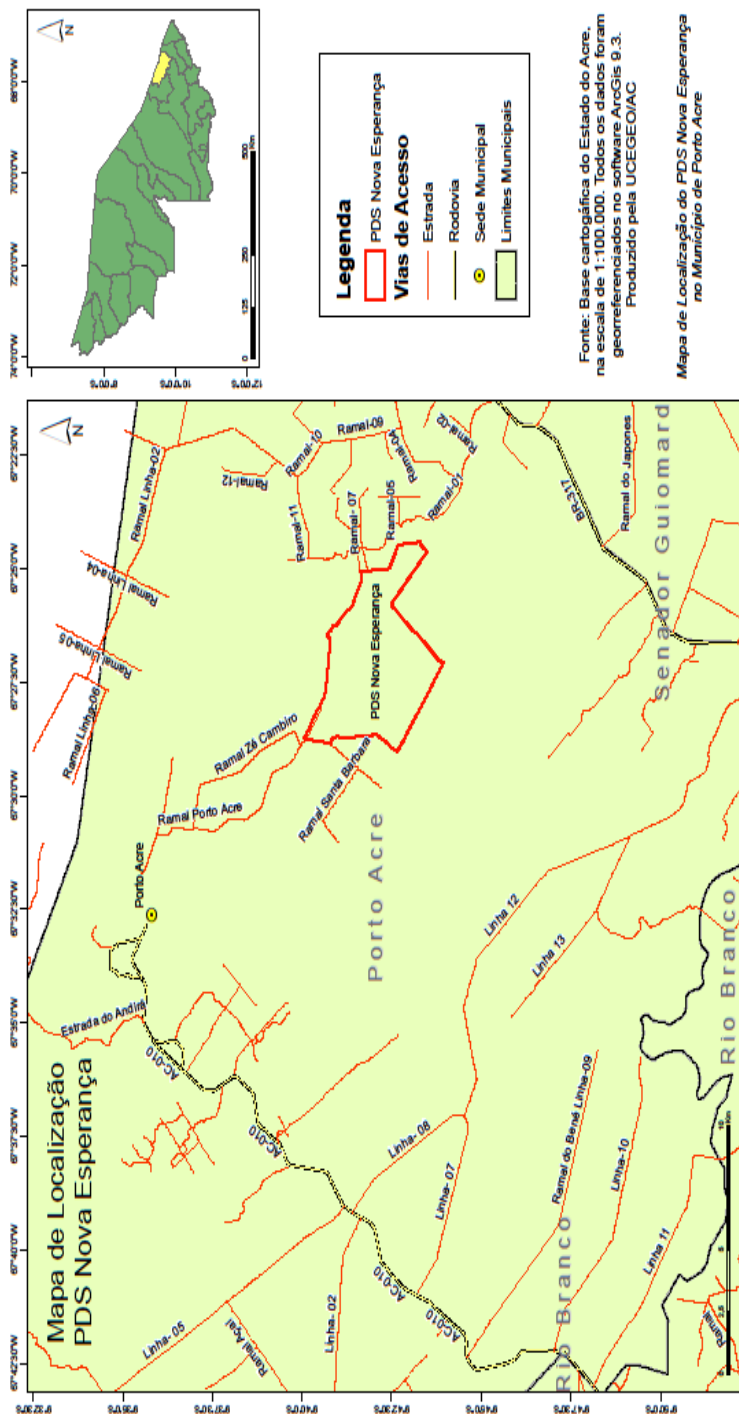
O Projeto de Desenvolvimento Sustentável Nova Esperança possui uma área de aproximadamente 3.140,000 hectares, com capacidade para abrigar 60 famílias. De acordo com dados do Incra-AC (2012), no Assentamento existem 60 grupos familiares em regime de concessão de uso individual, sem titulação das terras, para os quais é fornecido apenas o cartão do assentado. Lembrando que a concessão de uso nessas modalidades deveria ser em regime comunal, porém as famílias assentadas não concordam com essa lógica.

O PDS Nova Esperança localiza-se ao norte do Estado acreano, no município de Porto Acre, fazendo parte da microrregião de Rio Branco. Limitando-se ao norte com o PAE Barreiro, tendo como divisor o ramal Porto Acre, ao sul com terras particulares (fazenda), a leste com PAE Barreiro e PA Caquetá e a oeste com o PA Tocantins, limitado pelo ramal São Jerônimo (Mapa 02).

O assentamento está distante de Porto Acre aproximadamente 15 km e da Capital Rio Branco, 85 km. A partir da sede do município, o acesso é dificultado em virtude da necessidade de travessia do rio Acre em pequenas “balsas”. Partindo de Rio Branco, o acesso pode ser feito percorrendo a BR 364 e em seguida, a BR 317, em direção a Boca do Acre (AM). Depois de percorrer 72 km até a Vila Caquetá, entrando à esquerda, seguindo mais 15 km de ramais para chegar ao PDS.

Conclui-se que a Vila Caquetá oferece suporte às famílias assentadas com infraestrutura básica de serviços, como postos de saúde, posto policial e escolas, onde grande parte dos adolescentes oriundos dos assentamentos circunvizinhos estuda. Pois, no referido PDS não é ofertado o Ensino Médio, da mesma forma que nas demais vilas. Caquetá apresenta uma crescente dinâmica urbana, sendo inclusive um ponto referencial para o PDS Nova Esperança.

Mapa 02. Localização do PDS Nova Esperança no município de Porto Acre



Fonte: Fumtac, 2012.

3.2.1. CONTEXTO DE CRIAÇÃO DO PDS NOVA ESPERANÇA COM BASE NA LEGISLAÇÃO AMBIENTAL

O PDS Nova Esperança é um assentamento de responsabilidade da esfera federal, que surgiu por meio de desapropriação de área de reserva do PA Caquetá, em 21 de janeiro de 2005, sendo que a averbação ocorreu em 10 de maio de 2005, através de um processo administrativo do Incra de nº. 21560001645/05, por meio do Decreto s/n de 09/07/2005, publicada no DOU (BRASIL, 2012).

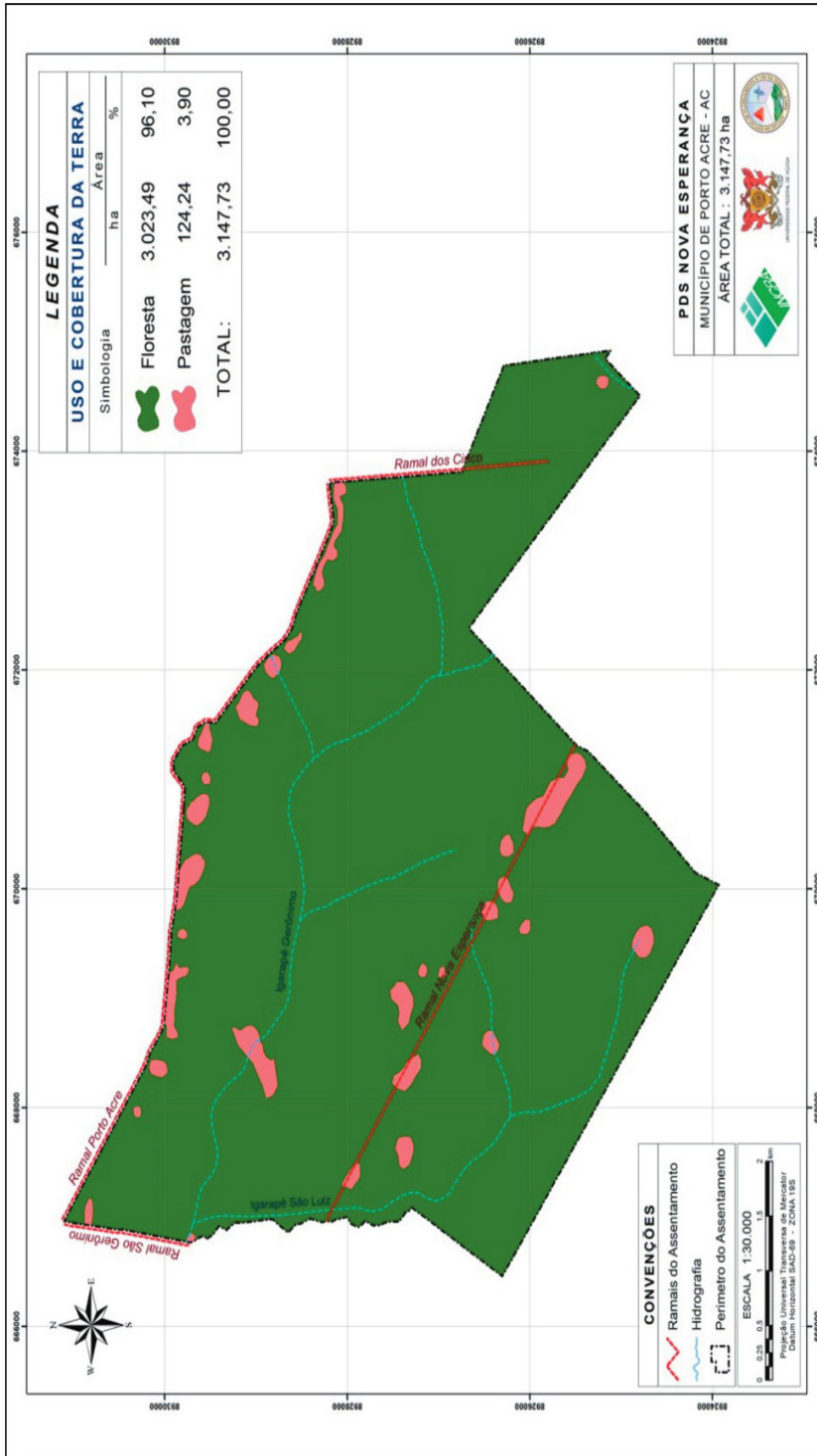
Para criação do assentamento foi levado em consideração os condicionantes ambientais apresentados pela legislação vigente, especificamente a Resolução nº 289, do Conselho Nacional do Meio Ambiente – Conama, principalmente no que se refere às restrições na utilização das áreas de preservação permanente, demarcação e conservação da reserva legal.

Um dos fatores que justifica a criação justamente da modalidade PDS é a aprovação da medida provisória 2166-67, pelo governo federal, a qual alterou o código florestal, autorizando a criação de assentamento humano em área de floresta primária somente nas modalidades diferenciadas de baixo impacto ambiental, através de sistemas de produção familiar, que permite desmatamento de somente 20% do total de cada parcela.

Conforme exposto anteriormente, a área do assentamento Nova Esperança fazia parte da reserva legal do PA Caquetá, porém era explorada por famílias extrativistas que sobreviviam principalmente da extração do látex para produção de borracha, da coleta de castanha e açaí. Com a criação do assentamento a área foi gradativamente sendo antropizada, sobretudo, para fins agrícolas e para formação de pastagem. Porém, até o ano de 2010, aproximadamente 96,10% da área total do assentamento ainda era coberta por floresta natural, evidenciando o estágio inicial de ocupação (Mapa 3).

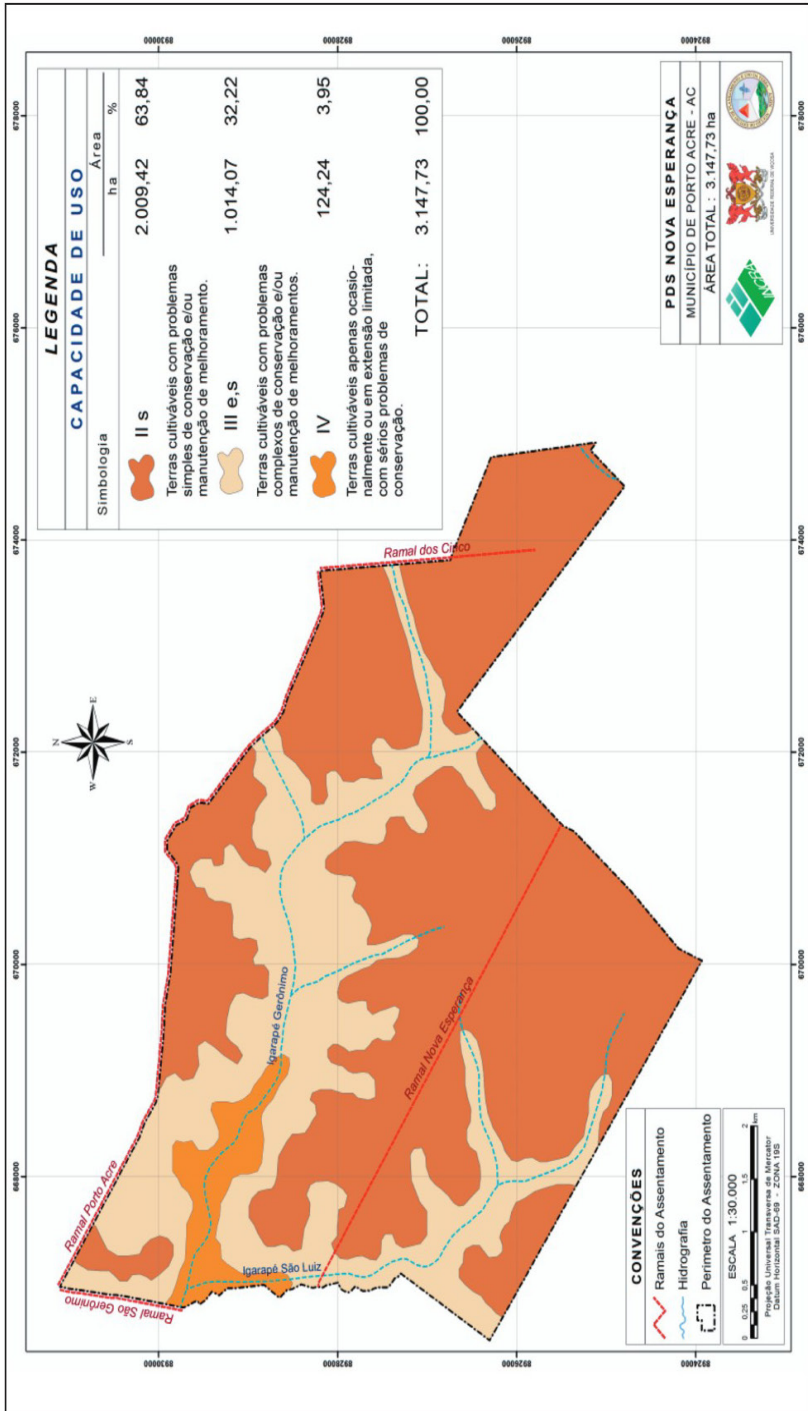
Em abril de 2010, foi elaborado o Plano de Desenvolvimento Sustentável do Assentamento – PDSA por uma equipe multidisciplinar da Fundação Arthur Bernardes – Funarbe, órgão ligado à Universidade Federal de Viçosa – UFV. Este documento é fruto de um estudo temático que apresenta uma síntese socioambiental do PDS Nova Esperança, sendo responsável por nortear as ações a serem desenvolvidas futuramente. Dentre outros fatores, esse estudo evidenciou a capacidade de uso do solo, revelando que 63,84% da área do assentamento Nova Esperança é cultivável (Mapa 4).

Mapa 03. Uso do solo e cobertura da terra no Projeto de Desenvolvimento Sustentável Nova Esperança



Fonte: INCRA / PDSA -, 2010.

Mapa 04. Capacidade de uso do solo no Projeto de Desenvolvimento Sustentável Nova Esperança



Fonte: INCRA / PDSA -, 2010.

Essas áreas apresentam problemas simples de conservação e algumas limitações relativas à possibilidade de processo erosivo, por estarem em relevo do tipo suave ondulado a ondulado. Apresentam boas características físicas no que refere à permeabilidade, porosidade e estrutura, mas com acidez extrema e fertilidade baixa, necessitando de técnicas de manejo apropriadas (BRASIL, 2010).

3.3. ACESSO A TERRA: A RESISTÊNCIA PELA MELHOR CONDIÇÃO DE TRABALHO

De acordo com entrevistas no Incra (2012) e com os assentados, a criação do PDS Nova Esperança, se deu por reivindicação de famílias do PA Porto Alonso, que não apresentava condições mínimas para a sobrevivência no local, pois o solo, além de apresentar baixa fertilidade para fins agrícolas, também tinha problemas de alagamento.

Então, as famílias mais afetadas reuniram-se com apoio do Conselho do Seringueiro e junto ao Incra, reivindicaram a disponibilização de uma nova área para o remanejamento dos assentados do anteriormente citado PA, bem como para a adesão de outros agricultores e extrativistas. Essa área significou uma nova esperança para que as famílias continuassem exercendo suas condições como camponeses, por isso a justificativa inclusive da escolha do nome do Assentamento.

Diante desse quadro e de eventuais invasões em área do PA Caquetá (próximo ao PA Porto Alonso), o referido órgão decidiu destinar parte desse projeto de uso extrativista para assentar, inicialmente, 20 famílias que se encontravam em difíceis condições no PA Porto Alonso, o que ocorreu em 2005 com a criação do PDS Nova Esperança.

Após várias reuniões com as famílias, o Incra disponibilizou uma parte da área de reserva extrativista do PA Caquetá que, por sua vez, possuía alguns seringueiros posseiros que trabalhavam na extração do látex, coleta de castanha e açaí. Nesse sentido, foram divididos em parcelas de aproximadamente 50 hectares, com exceção dos seringueiros que ficaram com parcelas de aproximadamente 100 hectares (Mapa 5).

Ao chegarem ao PDS Nova Esperança, as famílias tiveram que começar tudo de novo, desde a limpeza da terra até a implantação da infraestrutura, pois se tratava de uma área de floresta natural onde havia um seringal,

Nessa lógica, podemos afirmar que o Assentamento é fruto da participação dos assentados em movimentos sociais de luta pela terra, uma vez que 53,3% do universo pesquisado informou ter participado do movimento, o que por sua vez, os ajudou a entrarem no PDS Nova Esperança.

Nem todos os assentados afetados com a infertilidade do solo quiseram sair do PA Porto Alonso. Algumas famílias preferiram ficar lá, pois, como a terra não era adequada para produção agrícola, transformaram suas áreas em pastagem para criação de gado. Nesse contexto, passaram a viver principalmente da criação de animais.

Lembrando que o PA Porto Alonso aparece no quadro apresentado anteriormente, totalmente ocupado. Isto ocorreu devido à reocupação dos lotes das famílias que foram remanejadas para o PDS Nova Esperança. Esse fato parece contraditório, uma vez que as terras foram declaradas impróprias para a agricultura. Porém, os novos assentados trabalhavam principalmente com a criação bovina.

É válido inferir que a pecuária, neste caso, se insere como uma estratégia de reprodução da vida camponesa, pois as famílias não deixaram o assentamento, mas optaram por permanecer, mesmo que desenvolvendo outra atividade, porém, mantendo os laços que os caracterizam como pequenos produtores familiares.

3.3.1. TRAJETÓRIA DA FAMÍLIA E O PERFIL AGRÍCOLA

A fim de identificar o perfil das famílias assentadas, analisamos a trajetória dos dois últimos deslocamentos dos moradores antes de chegarem ao PDS Nova Esperança. Percebe-se que, do universo de 30 famílias entrevistadas, 25 são de origem acreana, três do Mato Grosso e duas do Estado de São Paulo, as quais vieram principalmente da zona rural (63%), onde trabalhavam na agricultura em projetos de assentamentos e/ou na extração do látex em seringais do próprio Estado do Acre.

No caso dos que moravam na zona urbana, constatou-se que houve, sobretudo, uma alternância entre cidade e campo. Isso, devido à falta de empregos, uma vez que trabalhavam, na maioria dos casos, em atividade informal (braçal, diarista, servente de pedreiro). Os que sempre trabalharam em seringais na extração do látex alegaram que a renda da borracha era pouca. Além disso, podemos destacar que as famílias vieram para o referido PDS em busca

de terra fértil para o cultivo agrícola, como é o caso dos produtores advindos do PA Porto Alonso.

Aqui percebemos que ocorreu uma recriação do campesinato em outro território, como preconiza Haesbaert (2006), pois, ao mesmo tempo em que ocorre uma desterritorialização, acontece um movimento de reterritorialização. Isto é evidenciado com as famílias remanejadas do PA Porto Alonso, que lutaram para permanecer reproduzindo sua cultura de autossustentação (condição de camponeses), mesmo que para isso fosse constituído um novo território.

Com relação às famílias que moravam na zona urbana, ocorreu um fenômeno denominado por Marques (2008) de recampesinização, ou seja, uma reterritorialização, uma vez que anteriormente essas eram camponesas e por algum motivo, foram descampesinadas, ou seja, destituídas do seu principal meio de produção, que é a terra. Neste caso, não ocorre ruptura do vínculo com a terra, pois como apresentado, existiu uma alternância entre cidade e campo, configurando assim, a recriação do campesinato e conseqüentemente e reconstituição de uma nova territorialidade camponesa.

Esse fato nos remete à tese apresentada por Shanin (1980), quando afirma que os camponeses não se dissolvem nos momentos de crise, mas eles persistem e, ao mesmo tempo, transformam-se para adequação à dinâmica de mercado. Nessa lógica, a reconfiguração da estrutura produtiva faz parte da lógica de vida camponesa.

3.4. ASPECTOS DA LÓGICA CAMPONESA REPRODUZIDA NO PDS

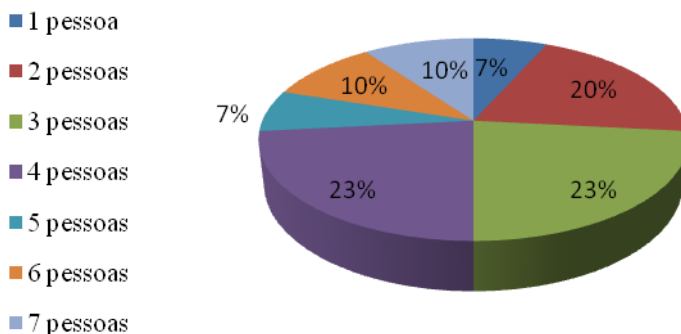
O objetivo deste item é caracterizar a constituição e o tamanho das famílias no PDS Nova Esperança, possibilitando identificar a distribuição da população por sexo, faixa etária, o grau de escolaridade e organização familiar do trabalho.

3.4.1. POPULAÇÃO E ORGANIZAÇÃO SOCIAL DO TRABALHO

Verificamos dentre o universo pesquisado que a quantidade de moradores por residência varia de um a sete membros, sendo que o maior percentual é de famílias com três ou quatro pessoas (23%), seguido pelas que têm duas (20%), (Gráfico 2) demonstrando que as famílias são de tamanho

mediano, compostas principalmente por filhos (44,6%), esposos (25,5%) e esposas (23,6%), nas quais a maioria dos componentes (56,4%) são do sexo masculino, enquanto que 43,6% são do sexo feminino.

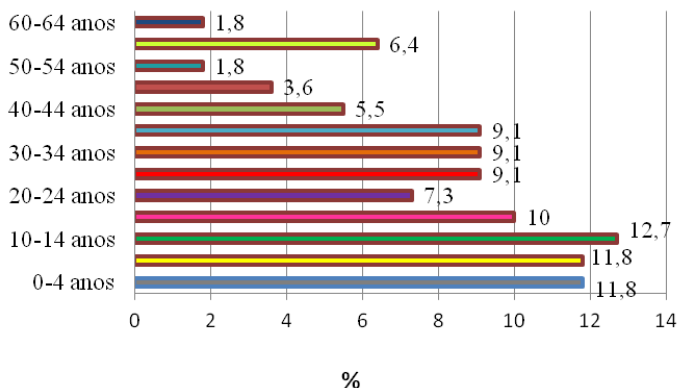
Gráfico 02. Quantidade de moradores por residência



Fonte: Elaboração do Autor (trabalho de campo, junho 2012).

Conforme pesquisas, estas famílias estão compostas por crianças e adolescentes de faixa etária entre zero a quatorze anos (36,3%), além 17,3% de jovens, 44,6% de adultos e apenas 1,8% de idosos (Gráfico 3). Outro dado relevante é que a maioria da população do assentamento é composta por jovens e adultos, (61,9%), fator que contribui para a prática da produção familiar, uma vez que existem bastantes pessoas disponíveis para o trabalho. Além disso, é evidente que em assentamentos rurais tradicionalmente as tarefas diárias são divididas também com as crianças e adolescentes, de acordo com a faixa etária e o período disponível, uma vez que esta é uma fase fundamental para os estudos.

Gráfico 03. Gráfico 3. Perfil etário dos grupos familiares no PDS Nova Esperança



Fonte: Elaboração do Autor (trabalho de campo, junho 2012).

A composição familiar pode ainda ser detalhada de acordo com o grau de parentesco, (Quadro 8), evidenciando que a unidade de produção é essencialmente familiar, variando desde a formação tradicional, composta por pai, mãe e filhos, até alguns casos de família unipessoal, composta apenas por um membro. Porém, é válido informar que em dois dos três casos encontrados na amostra, as famílias residem em Rio Branco⁵.

Quadro 08. Composição familiar no PDS Nova Esperança - Porto Acre, AC, 2012.

Grau de parentesco	Nº	%
Chefe de família (homem)	25	22,7
Esposa	25	22,7
Chefe de família (mulher)	1	0,9
Filho/ filha	49	44,6
Netos	5	4,6
Primos	2	1,8
Família unipessoal (homem)	3	2,7
Total	110	100

Fonte: Elaboração do Autor (trabalho de campo, junho 2012).

Outro elemento que indica a continuidade das famílias no referido PDS é o grande número de crianças e adolescentes (36,3%) que provavelmente, em sua maior parte, continuará vivendo no assentamento, pois as famílias manifestam o sentimento de incentivo aos filhos a continuarem no campo. Lembrando que a faixa etária dos assentados está disposta somente entre zero e 64 anos.

Com relação ao regime de funcionamento de trabalho no assentamento, foi constatado que a maioria das famílias (90%) trabalham entre cinco a seis dias por semana, de cinco a 10 horas diárias. Porém, isso é bastante variável, uma vez que o camponês, por ser uma categoria que detém a posse de seus meios de produção, pode determinar o seu próprio regime de trabalho de acordo com as necessidades da unidade de produção. O que corrobora com a tese de que esses sujeitos, detendo o controle de seu tempo e seu espaço, podem determinar o grau de autoexploração do trabalho familiar conforme suas necessidades (SILVA, 2005).

5. Para os cálculos da composição familiar foram levados em consideração somente os membros da família que residem no assentamento.

A força de trabalho familiar é a principal relação constituída pela divisão familiar do trabalho entre os componentes da unidade de produção. De forma consensual ou determinada pelos pais, cada membro da família exerce funções que compõem as múltiplas tarefas exercidas no cotidiano.

As crianças e adolescentes não são dispensadas do trabalho, mesmo que seja em apenas um período do dia, pois precisam estudar (Foto 2). As mulheres em muitos casos, realizam duplas ou até mesmo triplas jornadas, tendo em vista que, além de ajudarem na lida com a produção, têm que cuidar dos animais, da casa e dos filhos menores. Lembrando que, na unidade de produção familiar, o trabalho infantil não ocorre simplesmente como exploração, mas ocorre como um processo de aprendizagem para o trabalho com a terra, tendo em vista que as crianças e adolescentes têm como prioridade o estudo.

Foto 02. Crianças e adolescentes retirando a palha do milho



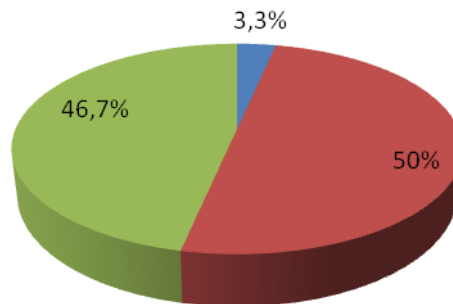
Fonte: Elaboração do Autor (trabalho de campo, junho 2012).

As atividades produtivas desenvolvidas dentro e fora da unidade de produção camponesa são estabelecidas principalmente para suprir as necessidades da família. Além disso, o grupo familiar pode criar múltiplas estratégias para defender-se nos momentos de crise, inclusive enviando alguns membros para trabalharem na cidade ou em outras unidades de produção. Conforme Shanin (2008), as famílias camponesas por meio do trabalho estabelecem várias maneiras de se manterem reunidas.

Em determinado período do ano as famílias trabalham apenas alguns dias na semana, nos períodos de limpeza de áreas para o plantio ou para colheita da produção, eles têm que trabalhar praticamente todos os dias da semana e ainda, esporadicamente precisam contratar mão de obra externa, como podemos verificar dentro o universo pesquisado, que 53,3% das famílias contratam temporariamente trabalhadores para auxílio no trabalho, limpeza da área e extração do açaí, sendo que o trabalho é contratado principalmente em forma de diárias (Gráfico 4).

Gráfico 04. Forma de remuneração da mão de obra externa

■ por hora ■ diária ■ Não utiliza o serviço



Fonte: Elaboração do Autor (trabalho de campo, junho 2012).

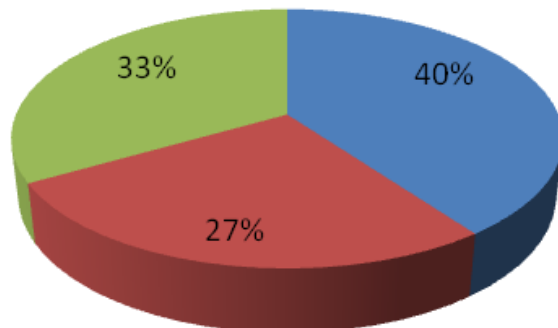
Além disso, existe a ajuda mútua entre os assentados (60%) que ocorre em forma de troca de dias, em períodos de plantio e colheita dos produtos, vacinação de animais ou para a realização de outros serviços de maior urgência (Gráfico 5), sendo esta uma das principais estratégias de reprodução da condição de camponês, conforme mencionado no primeiro capítulo deste trabalho.

Gráfico 05. Motivo para recorrer ao trabalho assalariado e à ajuda mútua

■ Preparo da terra

■ No plantio

■ Na colheita



Fonte: Elaboração do Autor (trabalho de campo, junho 2012).

Na visão de Paulino (2006), as atividades complementares temporárias, como é o caso do trabalho assalariado, ajuda mútua e parceria, estrategicamente ajudam as famílias camponesas a assegurarem sua sobrevivência imediata diante das diversidades específicas de cada momento e garante a produção/reprodução das gerações subsequentes. Esses elementos da reprodução camponesa estão presentes no PDS Nova Esperança, fato que contribui para permanência das famílias no local, sendo inclusive um dos fatores determinantes para constituição da territorialidade camponesa.

Outro elemento que caracteriza as múltiplas formas de reprodução camponesa no assentamento é a existência do sistema de parceria (53,3%) na produção de alguns produtos que são destinados ao mercado; tal estratégia é justificada pela necessidade de adaptação ao mercado. Além disso, a união de alguns produtores, desde o processo produtivo até a comercialização, facilita significativamente a vida das famílias (Foto 3).

Foto 03. Produção de mamão em regime de parceria sendo preparados para comercialização



Fonte: Elaboração do Autor (trabalho de campo, junho 2012).

As relações de trabalho e as estratégias que se desenvolvem dentro e fora da unidade de produção familiar são extremamente importantes para reprodução da vida camponesa. No PDS Nova Esperança, verificamos que diante das condições adversas enfrentadas pelos assentados, a sociabilidade constitui um elemento fundamental para continuidade das famílias no assentamento.

3.4.2. ACESSO À EDUCAÇÃO E GRAU DE ESCOLARIDADE

No assentamento existem duas escolas municipais: Escola Raimundo Gomes da Silva, no ramal Porto Acre, que oferece no período matutino de 1ª a 4ª série, e por meio do Projeto Asas da Florestania, a 5ª e 6ª séries do Ensino Fundamental, sendo esta mais estruturada do que a escola do ramal Nova Esperança (Escola Raimundo Nonato Vasconcelos de Medeiros) que oferece de 1ª a 4ª série, do Ensino Fundamental (Fotos 4 e 5). Não existindo portanto, ensino médio no assentamento, sendo ofertado somente em Porto Acre ou na Vila Caquetá.

Foto 04. Escola Raimundo Gomes da Silva no ramal Porto Acre



Fonte: Elaboração do Autor (trabalho de campo, junho 2012).

Foto 05. Escola Raimundo Nonato Vasconcelos no ramal Nova Esperança

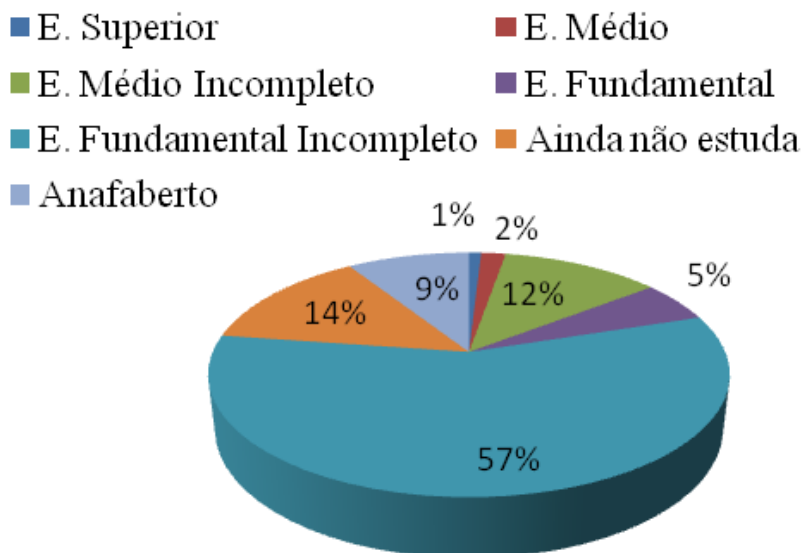


Fonte: Elaboração do Autor (trabalho de campo, junho 2012).

As referidas escolas funcionam em regime multisseriado, sendo que seu funcionamento ocorre das 7 às 11h30 min. A merenda é fornecida pela Prefeitura de Porto Acre, mas é comum a falha na entrega dos alimentos no decorrer dos dias letivos, nos quais os alunos ficam desprovidos de tal benefício. O trajeto até a escola é feito geralmente a pé; o problema é a situação precária dos ramais que dificulta o trânsito de pessoas e veículos automotores.

Quanto ao grau de escolaridade dos moradores, verificou-se que a maioria dos membros das famílias entrevistadas (57%) tem o 1º e 2º ciclo incompleto do Ensino Fundamental, sendo que este quadro refere-se principalmente às crianças e adolescentes que estão estudando, os jovens e adultos têm o 3º e 4º ciclo (15,6%). Além disso, 13,3% dos assentados são analfabetos, demonstrando o baixo nível escolar das famílias, tendo em vista que apenas 2% das pessoas concluíram o Ensino Médio e 1% da amostra refere-se ao Ensino Superior (Gráfico 6).

Gráfico 06. Grau de escolaridade dos assentados



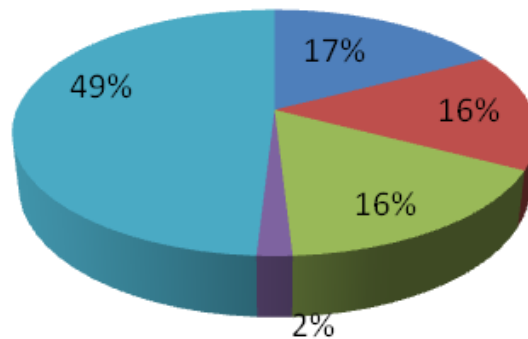
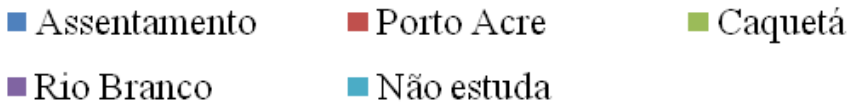
Fonte: Elaboração do Autor (trabalho de campo, junho 2012).

O elevado percentual de pessoas que possuem apenas as séries iniciais do Ensino Fundamental, em parte se justifica pelo fato de tradicionalmente, os pais não terem oportunidade de estudar e, em alguns casos, achavam que seus filhos também não precisavam de estudo para o trabalho na propriedade. Além disso, as escolas ficavam distante das unidades de produção familiar.

Contudo, ao longo dos anos, as famílias perceberam que os filhos deveriam estudar e adquirir novas experiências para serem aplicadas na unidade de produção, adequando-se ao processo de mecanização do campo, evitando assim as dificuldades que eles sempre enfrentaram.

Cerca de 49% dos assentados pesquisados não estudam, sendo que 17% frequentam escolas no próprio assentamento, em virtude de se tratar de estudantes, na maioria, do Ensino Fundamental, o qual é oferecido no assentamento. Pelo fato de não ser ofertado as séries finais do ensino fundamental bem como o ensino médio, 16% do universo pesquisado estuda em Porto Acre ou na vila Caquetá (Gráfico 7). O transporte escolar no período de estiagem é realizado em um caminhão fornecido pela Prefeitura de Porto Acre, no período chuvoso os estudantes precisam se deslocar a pé ou a cavalo.

Gráfico 07. Local de estudo das famílias assentadas



Fonte: Elaboração do Autor (trabalho de campo, junho 2012).

É válido lembrar que, para os referidos cálculos não foram levados em consideração os assentados que não estudam e os que ainda não estão em idade escolar. Tendo em vista que, das 110 pessoas contempladas na amostra, 54 não estão estudando no momento (49%) e 15 ainda não atingiram a idade escolar (14%); isto significa que os estudantes representam 51%.

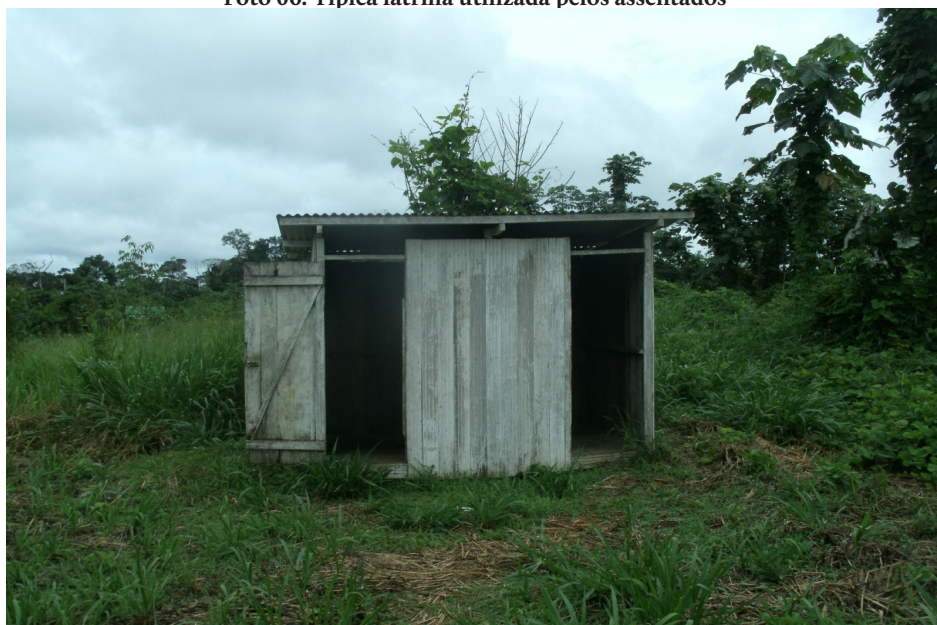
3.4.3. ATENDIMENTO À SAÚDE E INFRAESTRUTURA SANITÁRIA NO ASSENTAMENTO

Para o atendimento à saúde no PDS Nova Esperança, 87% dos entrevistados afirmaram que ocorre através de um agente de saúde que vai ao assentamento mensalmente, distribuindo solução de cloro, aferindo pressão arterial, disponibilizando alguns medicamentos e encaminhando os casos mais complexos para consulta médica, em Porto Acre.

Quanto à existência de problemas de saúde entre os membros assentados, cerca de 19% dos entrevistados relataram que possuem doenças, como: anemia, hepatite, doenças ósseas degenerativas e respiratórias, que comprometem o bem estar físico das crianças, jovens, adultos e idosos.

Em relação à infraestrutura sanitária no assentamento, um dado preocupante é que apenas 16,7% dos entrevistados mencionaram possuir instalações sanitárias em sua residência, e 83,3% não têm acesso a esse tipo de infraestrutura, o que pode inevitavelmente ocasionar o surgimento de determinadas doenças, causadas pela falta de tratamento do esgoto. Assim, o tipo de fossa comumente observada no PDS Nova Esperança é a construção da “casinha” (Foto 6).

Foto 06. Típica latrina utilizada pelos assentados



Fonte: Elaboração do Autor (trabalho de campo, junho 2012).

Outro problema observado no PDS Nova Esperança é o acúmulo de lixo no entorno das residências, sobretudo, o despejo de materiais inorgânicos, o que pode poluir as áreas de preservação ambiental e comprometer a saúde dos assentados, que ficam expostos às possíveis contaminações provocadas por esses dejetos, que não estão em devidas condições de tratamento, sendo que isto ocorre pelo fato de não haver coleta seletiva e aterro sanitário no assentamento.

A água utilizada para o consumo das famílias é oriunda principalmente de igarapés (62%), poço (19%) e vertente (19%), sendo que, na maioria dos casos (76%), essa água é tratada através de filtragem e utilização de cloro.

A carência no atendimento à saúde e a falta de saneamento básico compromete a qualidade de vida das famílias assentadas. Os dejetos humanos e de animais podem originar doenças, da mesma forma que o acúmulo de lixo no entorno das moradias compromete a preservação do meio ambiente, pois polui o solo, o ar e as águas.

Existindo portanto, a necessidade de investimento em soluções de baixo custo para a melhoria das condições sanitárias e em educação ambiental. O Plano de Desenvolvimento Sustentável do Assentamento – PDSA, elaborado em abril de 2010, apresenta algumas soluções que podem ser exequíveis, como é o caso dos banheiros compostáveis ou secos, que utilizam técnicas de compostagem orgânica.

3.4.4. HABITAÇÃO E ACESSO À REDE DE ENERGIA ELÉTRICA

Na maioria dos casos, as residências são construídas em madeiras (87%) extraídas da própria unidade de produção (variando entre 24 e 78m², medindo na maioria dos casos, 36m² ou 48m² (58,6%), sendo divididas principalmente em quatro cômodos (57,2%). As casas foram construídas há poucos anos, apresentando, na maioria dos casos (54%), boas condições de uso.

As casas foram construídas com recursos oriundos do crédito de auxílio moradia, disponibilizado para alguns assentados logo no início da implantação do assentamento. Porém, existem famílias que já haviam acessado esse crédito quando moravam no PA Porto Alonso e somente agora estão podendo disponibilizar essa linha de crédito para construir suas casas de alvenaria (Fotos 7 e 8).

Quanto ao acesso à rede de energia elétrica, de acordo com os relatos das entrevistas, 90% das famílias no PDS Nova Esperança tem acesso à rede de energia elétrica. Este recurso possibilita que as famílias utilizem equipamentos agrícolas na produção e também domésticos, como televisão, permitindo uma conexão dos grupos familiares assentados com a realidade vivida em diversas localidades do mundo.

As famílias residentes no Ramal dos Cinco ainda não foram contempladas com tal benefício, fato que dificulta a vivência das mesmas no assentamento. Tendo em vista que a energia elétrica amplia o leque de ação do assentado em seu modo de vida, possibilitando ter acesso a máquinas e implementos agrícolas e por outro lado, viabiliza que a população juvenil e de idosos tenha acesso aos meios de comunicação e oportunidades de entretenimento.

Foto 07. Habitação construída em madeira



Fonte: Elaboração do Autor (trabalho de campo, junho 2012).

Foto 08. Habitação sendo construída em alvenaria a partir do crédito habitação



Fonte: Elaboração do Autor (trabalho de campo, junho 2012).

Nas áreas onde tem a energia elétrica, as constantes oscilações na rede vêm causando sérios problemas para os assentados, já que não podem investir em uma atividades que dependam constantemente desse serviço, como é o caso de granjas comunitárias, tendo em vista que a produção não resistiria às constantes quedas de energia. Os moradores alegam que geralmente são cobradas taxas abusivas, muito além de seus padrões de consumo.

3.4.5. RAMAIS E MEIOS DE TRANSPORTE

Avaliando as condições de acesso ao PDS Nova Esperança, bem como os ramais presentes no interior do assentamento até chegar às propriedades das famílias assentadas, foram constatadas algumas dificuldades, tendo em vista que 53% dos assentados afirmam que os ramais são precários, e 47% disseram que estes estão péssimas condições de acesso.

Existem três ramais no interior do assentamento: Ramal dos Cinco, Ramal Porto Acre e Ramal Nova Esperança, este último é o mais precário, sendo o que possui o maior número de assentados (35 famílias). O problema com os ramais é uma das preocupações da população, pois esta tem muitas dificuldades de locomoção e escoamento da produção, pois alguns trechos dos ramais ficam praticamente intrafegáveis no período chuvoso (Foto 9).

Foto 09. Trecho precário de um dos ramais de acesso ao PDS Nova Esperança



Fonte: Elaboração do Autor (trabalho de campo, junho 2012).

Todas as famílias entrevistadas informaram que não existe transporte coletivo no assentamento, tendo como principal meio de transporte, no período de estiagem: utilização de carona (60,0%), bicicleta (22,6%), motocicleta (17,4%), no período chuvoso se deslocam a pé (76,0%) ou a cavalo (24,0%) até Porto Acre e Vila Caquetá.

A dificuldade de acessibilidade ao assentamento constitui uma das principais dificuldades enfrentadas pelas famílias assentadas, já que o excedente da produção precisa ser escoado; além disso, devido às precárias condições dos ramais, não existe um sistema de transporte regular que atenda à população.

3.5. TERRITÓRIOS DE PRODUÇÃO: AUTOSSUSTENTAÇÃO E ADEQUAÇÃO AO MERCADO

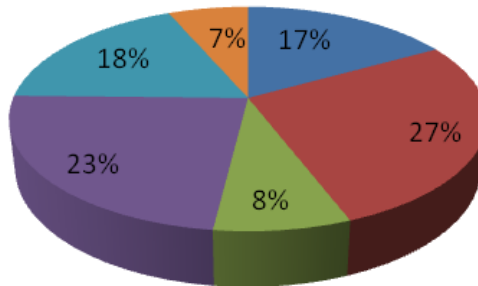
Por meio das entrevistas com os assentados foi possível identificar os sistemas produtivos do assentamento, sendo exposto o que é produzido e o que é necessário adquirir fora do Projeto. Nesse contexto, é possível demonstrar as principais culturas existentes, na opinião dos assentados, e também a figura do atravessador, como o responsável direto por direcionar a produção ao mercado. A mediação com os atravessadores dificulta para os assentados obterem preços mais satisfatórios no momento da negociação.

3.5.1. SISTEMA DE PRODUÇÃO

O sistema de produção do PDS Nova Esperança é composto principalmente por atividades, como: agricultura, pecuária e extrativismo; sendo a agricultura e o extrativismo as duas modalidades em que os assentados mais realizam investimentos. De acordo com os Gráficos 8 e 9, apresentamos a composição da produção agrícola no PDS Nova Esperança.

Gráfico 08. Principais produtos agrícolas cultivados

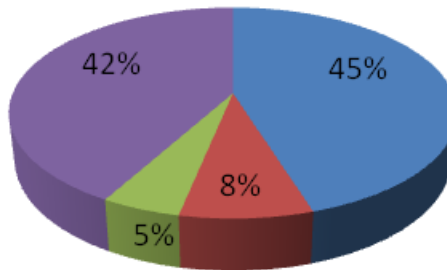
■ Arroz ■ Milho ■ Feijão ■ Mandioca ■ Banana ■ Mamão



Fonte: Elaboração do Autor (trabalho de campo, junho 2012).

Gráfico 09. Principais produtos florestais extraídos

■ Castanha ■ Madeira: toras/serrada ■ Lenha ■ Açai



Fonte: Elaboração do Autor (trabalho de campo, junho 2012).

É importante observar que a maioria das famílias articula a produção agrícola sazonal, principalmente o milho e a mandioca, com outras atividades, como a produção de frutas e de outras culturas perenes. A produção de frutas nos quintais das residências, além de reforçar a dieta alimentar das famílias, significa uma ampliação nas possibilidades de comercialização de excedentes pela diversificação na pauta de produção (Fotos 10 e 11).

O cultivo de milho, mandioca e de frutíferas apresentam, em média, a maior área plantada nos lotes (1ha; 2,09 ha; 3,7ha, respectivamente). As plantações de milho e mandioca são as que oferecem maiores rendimentos em kg aos assentados, com uma produção média de 41,5 e 62,8 sacas por colheita.

Foto 10. Cultivo de macaxeira consorciado com milho



Fonte: Elaboração do Autor (trabalho de campo, junho 2012).

Foto 11. Produção de banana e mamão no PDS Nova Esperança



Fonte: Elaboração do Autor (trabalho de campo, junho 2012).

As famílias assentadas no PDS Nova Esperança possuem criação de animais que são destinados principalmente para o consumo (galinha, pato, porco e gado – Fotos 12 e 13); o excedente é comercializado principalmente com o atravessador. A criação bovina é uma estratégia encontrada pelas famílias para manterem-se no local, uma vez que o gado configura-se em alguns casos, como uma espécie de poupança que pode ser utilizado em uma eventual emergência financeira.

Foto 12. Criação de aves e suínos



Fonte: Elaboração do Autor (trabalho de campo, junho 2012).

Foto 13. Criação de gado bovino nas unidades de produção familiar



Fonte: Elaboração do Autor (trabalho de campo, junho 2012).

A mandioca produzida pode ser beneficiada, sendo uma possibilidade real agregar valor à produção dos assentados, onde produtos derivados, como a farinha, podem ser comercializados. No assentamento foi construída uma casa de farinha comunitária em agosto de 2009 (Foto 14). Porém, esta fica distante da maioria das unidades produtivas, e além disso, o caminhão que transportava a matéria-prima não está mais disponível para os assentados,

dificultando a utilização dessa estrutura. A única saída para algumas famílias é transportar a produção através da utilização de carroças com tração animal (Foto 15).

Foto 14. Instalações para fabricação de farinha



Fonte: Elaboração do Autor (trabalho de campo, junho 2012).

Foto 15. Utilização de carroça para o transporte interno



Fonte: Elaboração do Autor (trabalho de campo, junho 2012).

A dificuldade de trafegabilidade nos ramais do assentamento e de transporte para escoamento da produção praticamente inviabilizam a infraestrutura disposta para fabricação de farinha. Devido às dificuldades apresentadas, esse produto é subutilizado, pois poucos assentados possuem carroças para transportar a macaxeira, além disso, por ser um produto que exige bastante

trabalho para sua fabricação, os produtores alegam que não compensa vender farinha, assim, produzem apenas para o consumo.

3.5.2. APOIO À PRODUÇÃO: ASSISTÊNCIA TÉCNICA E ACESSO AO CRÉDITO

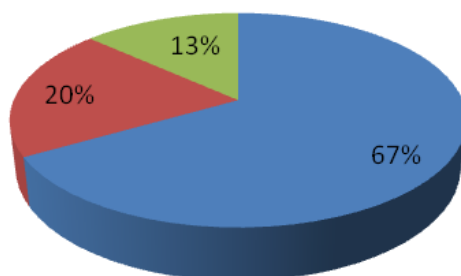
Conforme conta em documento (BRASIL, 2012), em cumprimento às diretrizes do Governo Federal e em atendimento ao disposto na Lei 12.188/2010, no Decreto 7.215/2010 e Portaria/INCRA/P/Nº 581, de 20 de setembro de 2010, a Superintendência Regional do Incra no Acre – SR.14/AC abriu licitação para seleção de entidade(s) prestadora(s) de Assessoria Técnica, Social e Ambiental – Ates e elaboração de Planos de Desenvolvimento Sustentável do Assentamento – PDSA, por meio de atividades individuais, coletivas e complementares, compreendendo o planejamento, a execução e avaliação, no contexto da implementação da Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural para a Agricultura Familiar e Reforma Agrária – PNATER e o Programa Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural na Agricultura Familiar e na Reforma Agrária – Pronater.

De acordo com 80% dos trabalhadores assentados do PDS Nova Esperança, a orientação técnica no auxílio ao desenvolvimento das atividades agropecuárias e capacitação no processamento da produção ocorre via suporte técnico dos extensionistas dentro do assentamento. Os serviços prestados nesse âmbito ficam por conta, sobretudo da Empresa de Planejamento, Consultoria, Assistência Técnica e Elaboração de Projetos – Consulplan, que presta serviço para o Incra, além da visita de técnicos da Secretaria de Extensão Agroflorestal e Produção Familiar - Seaprof (Gráfico 10).

A referida Secretaria, juntamente com os demais órgãos, tem como objetivo fornecer assessoria técnica, social e ambiental, como instrumento de desenvolvimento dos assentamentos criados e reconhecidos pelo Incra, tornando-os unidades produtivas com garantia de segurança alimentar, inseridas no processo de produção e comercialização integradas à dinâmica municipal e regional.

Gráfico 10. Órgãos fornecedores de assistência técnica

■ CONSUPLAN ■ INCRA ■ SEAPROF



Fonte: Elaboração do Autor (trabalho de campo, junho 2012).

Essa assistência é considerada como de média qualidade por 57,1% dos respondentes; 14,3% deles dizem que a qualidade dos serviços prestados é boa, enquanto 28,6% qualificaram como péssima, tendo em vista que as visitas são esporádicas e não contemplam os anseios dos produtores. Contudo, dentre os serviços previstos, estão a implantação de horta comunitária, construção de unidades demonstrativas de adubação, as quais serão realizadas via fornecimento de sementes de mucuna⁶, pois esta serve como um fertilizante natural para o solo, eliminando o processo da queima para o plantio (Fotos 16 e 17).

Foto 16. Placa indicando o local de instalação de uma unidade de adubação verde



Fonte: Elaboração do Autor (trabalho de campo, junho 2012).

6. A mucuna é uma planta leguminosa pertencente à família *fabaceae*. Na agricultura é muito utilizada para consorciar com o milho e como adubação verde por ser grande fixadora de nitrogênio e muito rica em nutrientes. Funciona como um filtro biológico, retirando poluentes do solo, podendo ter seu plantio consorciado ao de outras espécies.

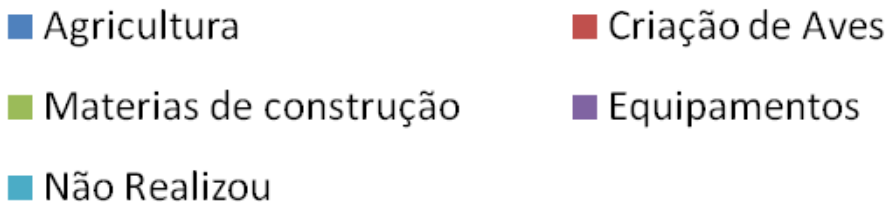
Foto 17. Plantio de mucuna em uma unidade de produção familiar



Fonte: Elaboração do Autor (trabalho de campo, junho 2012).

Com relação ao acesso às diferentes linhas de crédito, os dados revelam que 63% das famílias assentadas já acessaram diferentes linhas de crédito. Dentre as linhas de financiamento e créditos disponíveis para os beneficiários da reforma agrária do PDS Nova Esperança, o destaque é para o acesso ao crédito de auxílio moradia para construção das casas (23%). O Gráfico 11 demonstra as demais formas de crédito, obtidos pelos assentados.

Gráfico 11. Finalidade do financiamento



Fonte: Elaboração do Autor (trabalho de campo, junho 2012).

Quanto à utilização dos recursos, os entrevistados afirmam que foi investido, de modo especial, na melhoria da infraestrutura da unidade de produção e da moradia, na agricultura, como na plantação de café, cultivo de lavouras e na irrigação, construções de açudes, bem como na compra de ferramentas e alimentação. Evidenciando a importância das linhas de crédito para a estruturação das famílias na unidade de produção, principalmente nos primeiros anos de vivência.

Os valores de crédito recebidos pelos assentados estão numa faixa que varia de R\$ 2.500,00 a R\$ 18.200,00. As modalidades adquiridas são principalmente, o *crédito instalação*, que é destinado à aquisição de materiais de construção e o fomento, que serve para compra de mantimentos logo após a criação do assentamento (BRASIL, 2012).

Dentre os assentados que alegaram ainda não ter acessado às diferentes linhas de financiamento disponíveis para este público, os motivos listados são o tamanho de suas propriedades, as quais são pequenas e não possibilitam investimentos concretos em diversificação dos meios de produção e também por estarem com dívidas pendentes, visto que em alguns casos, as famílias haviam acessado algum tipo de linha de crédito em outro assentamento.

A utilização do crédito é definida a partir das prioridades estabelecidas pelos assentados em assembleias e com acompanhamento e orientação do Incra e/ou da assessoria técnica. No caso do PDS Nova Esperança, a Consulplan, mediante a aprovação do Plano de Exploração Anual - PEA ou do Plano de Aplicação (BRASIL, 2012).

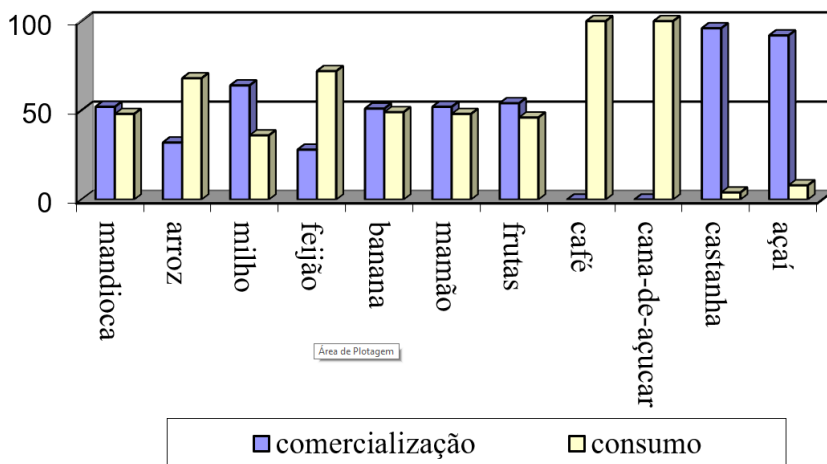
Nesse contexto, algumas famílias pretendem acessar novas linhas de crédito, como é o caso da modalidade *apoio mulher*, que busca promover a inserção e a participação das mulheres na dinâmica produtiva e econômica, por meio da criação de uma cooperativa voltada para fabricação de “biojoias” e produtos artesanais.

3.5.3. DESTINO DA PRODUÇÃO: AUTOCONSUMO E COMERCIALIZAÇÃO

No tocante à destinação da produção agrícola, a maior parte é dedicada ao consumo familiar e comercialização do excedente. Nesse sentido, a produção agrícola destinada para o consumo é sobretudo, café e cana-de-açúcar (100%), feijão (72 %) e arroz (68%). A produção destinada para comercialização

tem destaque para a castanha (96%), açaí (92,%) e milho (64,%) conforme dados disponíveis no Gráfico 12.

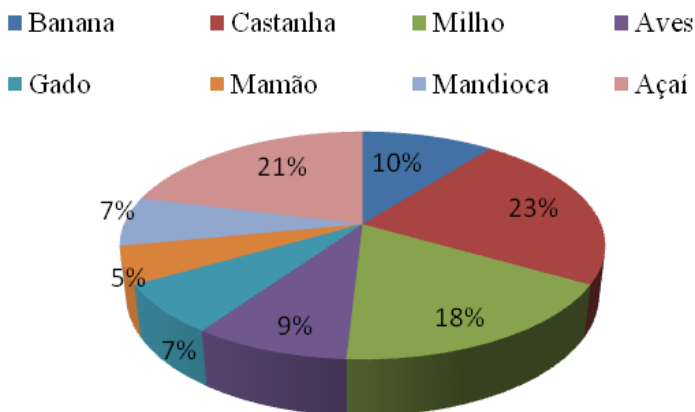
Gráfico 12. Destino da produção do Assentamento Nova Esperança a partir do volume total produzido (%)



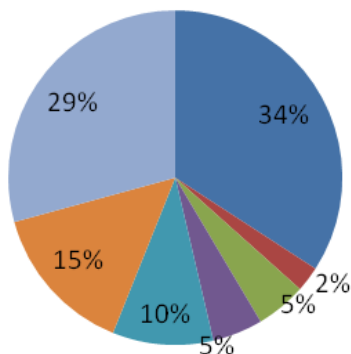
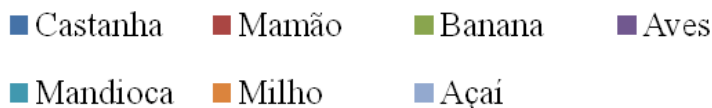
Fonte: Elaboração do Autor (trabalho de campo, junho 2012).

A castanha e o açaí são os produtos que representam a maior quantidade destinada somente à venda, seguido pela produção de milho. As lavouras de café, cana-de-açúcar e as hortaliças, são totalmente voltadas a atender o consumo do núcleo familiar. Nos gráficos 13 e 14 é possível verificar os principais produtos direcionados ao mercado e quais apresentam os melhores resultados econômicos.

Gráfico 13. Principais produtos direcionados para o mercado

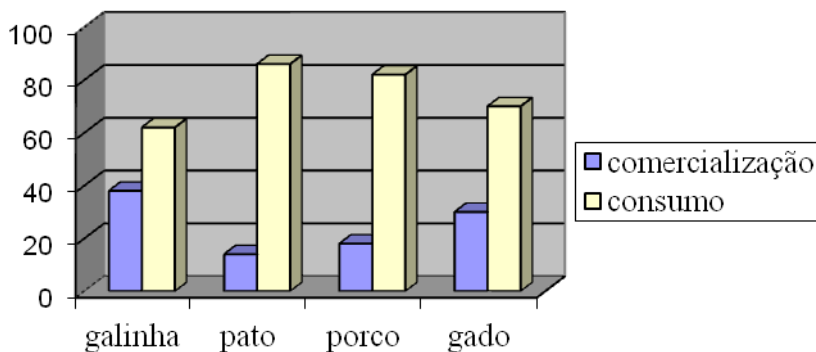


Fonte: Elaboração do Autor (trabalho de campo, junho 2012).

Gráfico 14. Produtos que apresentam melhores resultados econômicos

Fonte: Elaboração do Autor (trabalho de campo, junho 2012).

A criação de animais representa uma estratégia de reprodução da vivência camponesa no assentamento. Todos os assentados possuem algum tipo de criação que é destinada principalmente para o consumo, como parte da base alimentar das famílias, principalmente a criação de aves (frango, pato), de suínos e bovinos. O frango apresenta uma maior porcentagem destinada para venda (38%), seguida do gado bovino (30%), lembrando que em alguns casos, a comercialização deste último só ocorre em ocasiões de extrema necessidade para família (Gráfico 15).

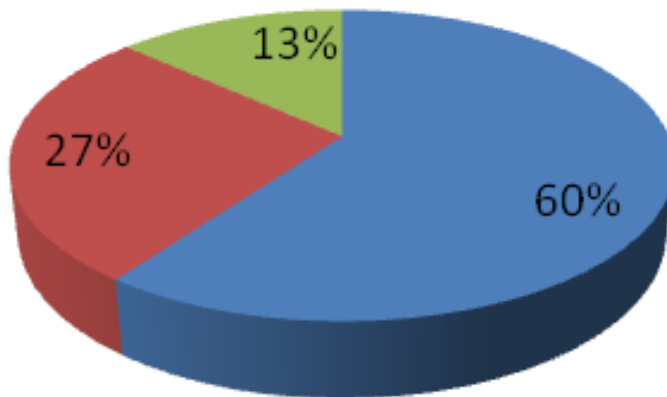
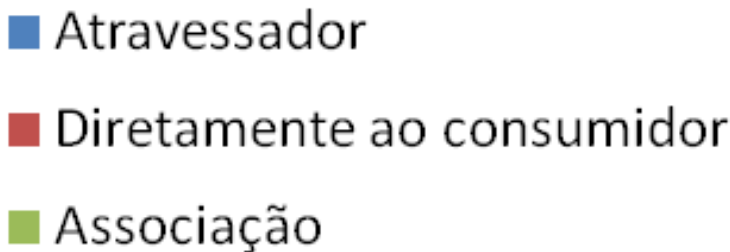
Gráfico 15. Destino da criação do Assentamento Nova Esperança a partir do volume total (%)

Fonte: Elaboração do Autor (trabalho de campo, junho 2012).

A comercialização é realizada principalmente via atravessador (60%), que fica com grande parte da renda dos assentados. Devido às condições estruturais anteriormente citadas, os atravessadores compram a produção ainda nos lotes a preços irrisórios e revendem em Porto Acre e/ou em Rio Branco a preço de mercado (Gráficos 16 e 17). Porém, os camponeses afirmam que, em muitos casos, tais comerciantes são a única opção de venda para seus produtos, uma vez que dificilmente são contemplados com o escoamento da produção.

Os produtos geralmente adquiridos fora do Projeto são de natureza industrializada, como os enlatados e materiais de limpeza. Isto é, a produção no assentamento é quase que essencialmente para garantir a segurança alimentar dos grupos familiares, tendo os produtos florestais e a criação de animais como uma alternativa de melhoria da renda familiar.

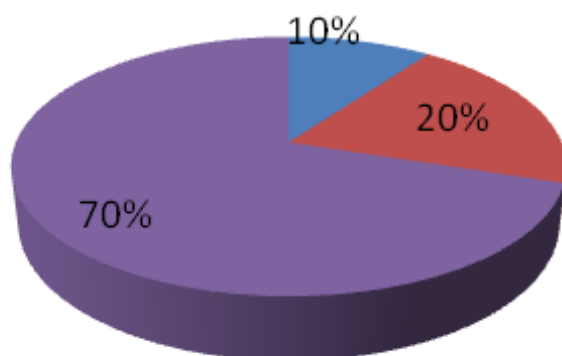
Gráfico 16. Destino da Comercialização



Fonte: Elaboração do Autor (trabalho de campo, junho 2012).

Gráfico 17. Meio de escoamento da produção

- veículo próprio
- transporte alugado
- o comprador é o responsável



Fonte: Elaboração do Autor (trabalho de campo, junho 2012).

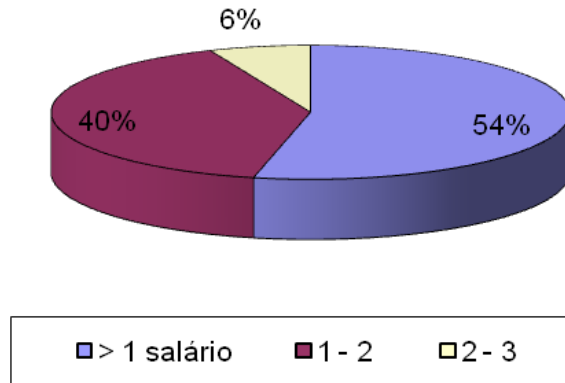
Portanto, o atravessador extrai grande parte da renda da terra, uma vez que as circunstâncias apresentadas contribuem para sua reprodução. Algumas famílias tentam fugir desses atravessadores formando parcerias no processo produtivo, assim, com um maior volume de produção podem negociar um valor menor no preço dos transportes. Contudo, na maioria dos casos, esse indivíduo que compra diretamente do produtor para revender é a única fonte de comercialização da produção.

3.5.4. COMPOSIÇÕES DA RENDA FAMILIAR

Na maioria dos casos, a renda mensal das famílias varia principalmente entre R\$ 150,00 e R\$ 600,00, dos quais 54% das famílias vivem com menos de um salário mínimo⁷ (Gráfico 19). A maioria das famílias pesquisadas (87%) afirma que essa renda não é suficiente para se manterem no assentamento, conforme exposto no Gráfico 18.

7. Cálculos realizados com base no salário mínimo vigente no momento da pesquisa (R\$ 620,00).

Gráfico 18. Média de renda familiar por salário mínimo



Fonte: Elaboração do Autor (trabalho de campo, junho 2012).

Essa renda é composta pela comercialização dos produtos agrícolas, de animais, realização de diárias, alguns casos de aposentadoria e do programa *bolsa família*, conforme pode ser verificado no Quadro 9. Para aumentar a renda, alguns membros da família realizam trabalho assalariado temporário em forma de diárias, trabalhando principalmente em outras unidades de produção familiar dentro e fora do assentamento, em fazendas próximas ao assentamento, na Vila Caquetá ou em Porto Acre, os quais recebem entre R\$ 20,00 e R\$ 30,00 por diária.

Lembrando que, em muitos casos, as famílias não fornecem o valor exato da renda familiar, implicando em uma análise superficial deste item, porém é possível que essa renda tenda a variar constantemente e, no período de safra e extração dos produtos florestais, ela esteja excepcionalmente maior.

Quadro 09. Composição da renda familiar das assentadas no PDS Nova Esperança

Origem da renda	%
Comercialização de produtos agrícolas	28,3
Comercialização de produtos extrativistas	19,6
Trabalho fora do lote (diária)	17,2
Comercialização de animais	14,1
Bolsa família	12,4
Aposentadoria	8,4
Total	100

Fonte: Elaboração do Autor (trabalho de campo, junho 2012).

A partir dos dados apresentados, verificou-se que a renda familiar obtida com a venda dos produtos agrícolas é insuficiente, levando-os a procurarem outras opções de sobrevivência, como é o caso do trabalho fora da unidade produtiva. Porém, o fato do camponês esporadicamente, ou até mesmo enviar componentes da família para trabalhar em outras atividades, não o caracteriza como uma classe, pelo contrário, é no momento de crise que eles se unem e buscam novas alternativas de reprodução. Conforme exposto anteriormente, a polivalência é que faz com que os camponeses consigam resistir.

3.6. AS NOVAS TERRITORIALIDADES QUE ESTÃO SENDO CONSTRUÍDAS NO ASSENTAMENTO

As novas territorialidades que estão sendo construídas no PDS Nova Esperança resultam das relações sociais de caráter político, econômico e religioso, estabelecidas pelas famílias assentadas. Tais relações ocorrem principalmente através da associação do assentamento, e em menor frequência, nos movimentos ligados à igreja. Nesse contexto, os entrevistados enfatizaram manter vínculo com entidade de natureza coletiva.

As territorialidades às quais nos reportamos estão fundamentadas principalmente nas estratégias de reprodução, seja através da organização familiar para o enfrentamento das adversidades cotidianas, ou por meio das organizações sociais entre os assentados. Essas ações permitem o fortalecimento do camponês na terra, as quais podem ser evidenciadas tanto pelas organizações, associações e igrejas, quanto pelas formas coletivas regidas por meio das relações de reciprocidade entre os produtores, como é o caso das práticas de ajuda mútua por meio da troca de diárias e a realização do sistema de parceria.

É válido lembrar que o próprio assentamento foi fruto de “lutas” dos camponeses por melhores condições de trabalho que, após a conquista da terra, as famílias “lutaram” para nela permanecerem e é exatamente esse processo que os caracterizam como uma classe. Esses ideais permitem a criação do vínculo de identidade com a terra, pois as melhorias na infraestrutura do assentamento sempre partiram principalmente da ação dos moradores.

De acordo com relato das famílias, a sociabilidade constitui um fator primordial para a permanência no assentamento, pois elas sempre buscaram solucionar os problemas por meio da cooperação dos grupos familiares, seja na parte estrutural, como os mutirões para construção de casas, pontes, limpeza

de áreas para plantio, ou na parte social, através das reivindicações por escolas, implantação de energia elétrica, melhorias nas condições dos ramais, assistência técnica de qualidade e escoamento da produção.

3.6.1. ORGANIZAÇÃO SOCIAL, POLÍTICA, ECONÔMICA E RELIGIOSA

No assentamento existe uma associação denominada de ‘Associação de Produtores Rurais do PDS Nova Esperança’, com sede localizada nas dependências da Escola Raimundo Gomes da Silva, no ramal Porto Acre, com reuniões no segundo sábado de cada mês. Sendo que ela está em funcionamento desde a criação do PDS em questão (2005), possuindo um quadro social composto por 47 membros associados. Lembrando que a associação atende também a circunvizinhança do assentamento.

O sistema associativista contribui para a reivindicação e acompanhamento dos financiamentos destinados à produção e infraestrutura para o local. Trata-se de fator que contribui para a permanência e o fortalecimento dos assentados, dos quais 63,3% avaliam como bom o trabalho da associação, uma vez que ela procura resolver os problemas do assentamento e orienta a busca por benefícios dos assentados. Para 80% dos entrevistados, a associação contribuiu para o fortalecimento das famílias no local.

Com relação à organização religiosa, todas as famílias entrevistadas afirmaram frequentar alguma igreja, seja católica ou protestante (Foto 18). Os movimentos ligados à igreja, além de fortalecerem o lado espiritual da população, contribuem para o processo de socialização da comunidade, colaborando assim, para o fortalecimento territorial dos assentados.

Foto 18. Igreja dentro do assentamento, localizada no ramal Nova Esperança



Fonte: Elaboração do Autor (trabalho de campo, junho 2012).

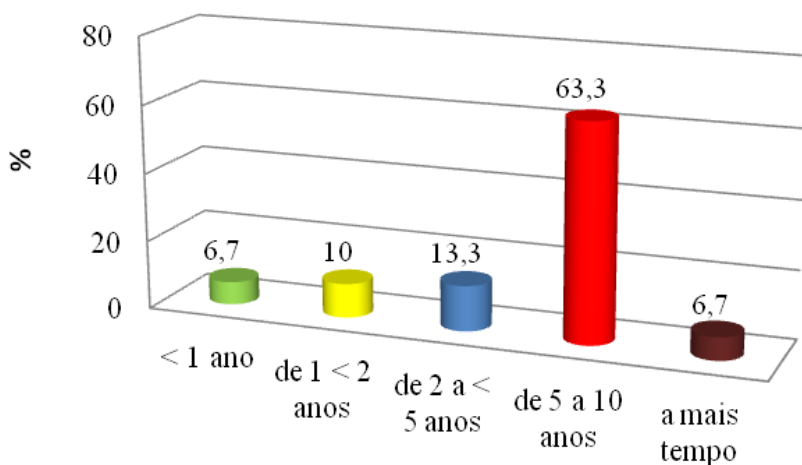
As práticas sociais podem ser materializadas nas atividades de lazer dos assentados, desenvolvidas principalmente através de jogos de futebol entre a juventude, proporcionando momentos de entretenimento nos finais de semana. Lembrando que tais atividades são realizadas na maioria dos casos (76,7%) no próprio assentamento.

3.6.2. VIVÊNCIA DAS FAMÍLIAS ASSENTADAS

De acordo com a pesquisa, a vivência no PDS Nova Esperança, para 53,3% dos moradores, está sendo boa, pois afirmam que o assentamento é um lugar tranquilo para morar. Além disso, eles se relacionam bem com a vizinhança, sendo que para 63,3% dos entrevistados, há muita unidade entre eles e que não há “discórdia” no local.

Tal convívio aparentemente “tranquilo” contribui de certa forma, para a permanência e o fortalecimento das famílias na terra, uma vez que 73,3% dos entrevistados manifestaram o desejo de permanência na unidade de produção, declarando que, apesar das dificuldades, o assentamento é um bom lugar para morar. A maioria das famílias entrevistadas (63,3%) vive no assentamento desde sua origem (Gráfico 19), inclusive demonstrando a vontade de permanecer produzindo no campo. Lembrando que as desistências ocorreram principalmente por motivo de doenças de algum membro da família.

Gráfico 19. Tempo de vivência no Assentamento Nova Esperança



Fonte: Elaboração do Autor (trabalho de campo, junho 2012).

Outro aspecto marcante é o fato de 76,7% dos pais incentivarem os filhos a permanecerem no assentamento, em virtude de continuarem cuidando da terra, pois para eles é um lugar tranquilo, sem violência e bom para viver. Esses fatores contribuem para a permanência da maioria dos assentados nos lotes (66,7%), havendo a desistência de 33% por motivos de doenças, por falta de infraestrutura no local, entre outros fatores. Nesse sentido, para 86,7% dos assentados entrevistados a terra é de grande importância, pois é dela que retiram o sustento da família.

Esses dados reforçam ainda mais a ideia de construção de uma territorialidade camonesa, pois, apesar dos vários problemas apresentados, isto não desmotivou as famílias, pelo contrário, os problemas unem os assentados no sentido de solucioná-los. Esta união os fortalece na busca por novas estratégias de reprodução.

Ao considerar as discussões relacionadas ao desenvolvimento sustentável e seus respectivos critérios, percebemos que o PDS Nova Esperança não apresenta sustentabilidade em todas as dimensões. Nesse sentido, as relações sociais reproduzidas no assentamento são os principais motivos para as famílias continuarem produzindo no campo.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A questão agrária no Brasil é uma herança intrínseca ao seu processo de formação territorial, que continuamente permaneceu presente desde a colonização até os dias atuais. Historicamente, a distribuição de terras no Brasil sempre ocorreu de forma excludente, desde as concessões das Capitâneas Hereditárias, passando pela formulação da lei de terras, até a atual configuração da estrutura fundiária concentrada.

No Brasil, as grandes extensões territoriais sempre foram privilégio da minoria. Essas áreas são destinadas à monocultura para a exportação ou permanecem improdutivas, como reserva de valor, configurando assim a territorialização do capital no campo, pois através do domínio da propriedade privada e dos meios de produção, utiliza a terra como negócio e explora os trabalhadores via extração da mais-valia social.

O desenvolvimento agrário e territorial brasileiro, assim como as relações capitalistas, são inevitavelmente desiguais e combinados, pois apesar da existência de políticas públicas voltadas para o espaço rural, estas mantiveram a estrutura fundiária de forma concentradora, ocasionando a má distribuição de terras para os camponeses e, conseqüentemente, o aprofundamento das desigualdades sociais, tanto no campo quanto na cidade.

A concentração fundiária exclui do processo produtivo milhares de famílias que não podem ter acesso à propriedade da terra. Tais problemas emanam, sobretudo, da ausência de implantação de uma política que atenda realmente aos anseios daqueles que utilizam a terra como um ambiente de trabalho e vivência. A reforma agrária, que efetivamente ainda não aconteceu, seria a solução para milhares de camponeses que historicamente lutaram pela posse e uso da terra.

As implantações de projetos de assentamento no Brasil não foram suficientes para eliminar a lacuna existente entre as diferentes formas de posse e uso da terra, uma vez que não alteraram a estrutura concentrada. Sendo que grandes extensões de terras permanecem em posse de uma elite que comanda não só a economia, mas também as decisões políticas do país.

Os projetos de desenvolvimento para a Amazônia caracterizaram-se pela existência de grandes propriedades que exploram a pecuária extensiva.

No Acre, a frente pioneira agropecuária ocorrida na década de 1970 proporcionou a concentração de grandes extensões de terras, compradas a preços irrisórios.

Os primeiros projetos de assentamento implantados pelo Incra no Acre, longe de proporcionar uma distribuição igualitária e permanência do camponês na terra, serviram para continuidade da reconcentração da estrutura fundiária acreana. Isto ocorreu devido à ineficiência desses projetos, já que eram desprovidos de infraestrutura motivadora da reprodução do campesinato.

A pesquisa demonstrou que no PDS Nova Esperança, apesar de ter sido forjado no discurso da “sustentabilidade” e ser diferenciado no tocante à legislação ambiental, a lógica é a mesma dos assentamentos anteriores.

A política agrária adotada a partir da década 1990, pautada no discurso ideológico da “sustentabilidade”, não revolucionou a estrutura fundiária concentradora. O que se verifica é uma apropriação simbólica das lutas sociais dos seringueiros e trabalhadores rurais pelo governo acreano, aliado ao discurso neoliberal do desenvolvimento sustentável, por meio das estratégias de controle das múltiplas relações socioespaciais.

As críticas direcionadas a esse “modelo” de desenvolvimento, que prioriza acima de tudo a apropriação da natureza por um grupo de privilegiados, ascendem na medida em que os problemas tornam-se mais evidentes e afetam milhares de famílias que vivem no meio rural. Contudo, apesar das dificuldades, ocorre uma resistência social pela sua valorização e permanência no campo.

Essa é uma das principais teses amplamente discutidas por autores que acreditam na recriação do campesinato, pois apesar dos problemas apresentados, principalmente no tocante à infraestrutura desses assentamentos, os camponeses persistem e resistem à lógica estabelecida pela dinâmica capitalista. Lógica essa que ocorre no sentido da apropriação da renda da terra pelo capitalista no momento da comercialização da produção camponesa, pois os produtos são comercializados a preços inferiores ao trabalho contido no processo produtivo. Essa transferência de renda configura-se como a monopolização do território pelo capital (MARTINS, 2002).

O atravessador constitui um desses elementos, pois devido à falta de opção de venda para produção, os camponeses acabam vendendo a preço baixo o produto de seu trabalho, deixando escapar a renda da terra que, por sua vez, passará a ser convertida em taxa de lucro na cidade, por meio de mediação

de agentes dos diferentes setores capitalistas. Nesse contexto, o camponês oculta seu trabalho por meio de seu produto.

O camponês só pode fazer isso porque é dono do seu meio de produção e explora seu próprio trabalho e de sua família, portanto, é essa autonomia que move os camponeses e os caracterizam como uma classe que luta pela condição autônoma por meio do constante processo de sua recriação: “assim, eles prosseguem combinando itens da modernidade com as tradicionais estruturas de reprodução da unidade familiar e comunitária” (PAULINO, 2006, p. 419).

A partir desses pressupostos, analisamos as relações socioespaciais estabelecidas no PDS Nova Esperança por entender que o próprio processo de criação desse assentamento foi marcado pela recriação do campesinato materializado nos movimentos sociais de luta pela posse e uso da terra.

As 20 famílias remanejadas do PA Porto Alonso, por falta de fertilidade do solo para agricultura, não optaram por abandonar seus modos de vida, mas por permanecer reproduzindo suas condições de camponeses, mesmo que em outro território conquistado.

As dificuldades foram muitas, pois tiveram que recomeçar tudo, apesar de não terem a garantia se desta vez iriam conseguir adaptar-se à nova modalidade de assentamento. Mais uma vez, essas famílias mostraram que são resistentes, tal como uma verdadeira classe camponesa, sobretudo, pela capacidade de adaptação a outra realidade. Assim, o PDS Nova Esperança configurou-se como um espaço de conquista, vivência e adequação.

Longe de sua extinção, como defendem as correntes do capitalismo agrário, o campesinato se recria a cada momento, pois essa é a essência de uma classe que, mediante o trabalho familiar, extrai da terra a sua sobrevivência. O camponês se adapta às condições adversas impostas pelo mercado capitalista, que se apropria de grande parte da renda da terra.

A territorialização do campesinato configura-se como um mosaico estratégico de ações que envolvem tanto a sociabilidade quanto as tensões inerentes ao domínio de um determinado espaço geográfico. Mesmo que, em alguns momentos, os camponeses sejam destituídos do seu principal meio de produção, isto não significa que eles serão transformados em proletários urbanos definitivamente, pois a sua recriação é um processo contínuo, mesmo que se materialize em outro território.

A pesquisa revelou algumas dificuldades enfrentadas pelas famílias, tais como: falta de uma infraestrutura adequada, como é o caso de ramais de acesso em boas condições de trafegabilidade; atendimento médico no local; ampliação e melhoria do atendimento escolar; transporte coletivo; assistência técnica mais atuante; melhoria da distribuição de energia elétrica, bem como melhoria da renda.

Tendo em vista que ganham pouco e vivem, na maioria dos casos, com menos de um salário mínimo, necessitam trabalhar fora do lote. Além disso, a figura do atravessador no assentamento contribui ainda mais para a apropriação da renda, pois pagam pelos produtos valores inferiores aos praticados no mercado. Tal fato demonstra que os assentados não conseguem sobreviver somente com a renda da produção extraída do assentamento, havendo a necessidade de trabalhos acessórios e a fundamentação na produção para autoconsumo.

A criação bovina foi uma solução encontrada pelas famílias para se manterem no local, uma vez que o gado se configura, em alguns casos, como uma espécie de poupança a ser utilizada em uma eventual emergência financeira. Entretanto, tal atividade não condiz com a metodologia sugerida para os PDS's, por ser de grande impacto ambiental.

É difícil conceber que as famílias possam continuar produzindo sem assistência técnica de qualidade, sem uma política verdadeiramente voltada para atender às necessidades básicas dos assentados, tais como o fornecimento de implementos agrícolas, garantia de escoamento da produção, eliminando conseqüentemente a figura do atravessador, bem como desprovidas de melhoria nos atendimentos nas áreas da saúde e educação.

Esses e outros fatores corroboram para a insustentabilidade desses projetos, já que a realidade demonstra que os mecanismos implantados pelos órgãos governamentais não são suficientes para garantir a permanência das famílias na terra. Estas, por sua vez, resistem pelo fato de estarem inseridas em uma lógica de sociabilidade que as fortalecem e as motivam a continuarem no local.

Apesar dos problemas aqui apresentados, os assentados estão conseguindo se manter no lugar de acordo com suas necessidades primordiais. Isto caracteriza a construção da territorialidade camponesa, pois estão remodelando o território para suprir suas necessidades. Esses fatos confirmam uma

de nossas hipóteses: a que atribuía às relações socioespaciais vivenciadas no assentamento a construção de uma nova territorialidade camponesa.

A construção da territorialidade camponesa possui características próprias das famílias que estão produzindo o seu território de existência, ou seja, a construção de uma realidade local, pois apesar das famílias estarem inseridas na economia externa, elas mantêm suas relações internas por meio das ações em conjunto, que realizam através da associação de moradores existente no assentamento, da ajuda mútua por meio de mutirão na recuperação de ramais, da troca de dias para o preparo da terra para o plantio e na colheita, bem como no melhoramento da infraestrutura física do assentamento.

Além disso, há a importância das relações imateriais, como as exercidas no convívio familiar e na igreja, que contribuem de forma social e espiritual para o crescimento político dos assentados. Neste caso, por meio das práticas cotidianas, as famílias se fortalecem no sentido de conhecer e reivindicar os seus direitos.

As constantes reivindicações por melhoria da qualidade de vida das famílias, mesmo que incipiente, têm surtido efeito no sentido de conquistas, como implantação da rede elétrica e crédito *moradia* também para os que já tinham adquirido este benefício no PA Porto Alonso.

Ao comparar a vivência das famílias no assentamento antes e depois da constituição da sociabilidade, é possível confirmar a nossa hipótese de que a territorialidade camponesa estabelecida no PDS Nova Esperança vem contribuindo, ainda que de forma embrionária, para o fortalecimento dos assentados no local.

Conforme mencionado anteriormente, essa resistência ocorre por meio das relações que são estabelecidas entre as famílias dentro e fora do assentamento, pois se os camponeses esperassem apenas pela ação do Estado para obterem benefícios, provavelmente já haveriam desistido do campesinato.

REFERÊNCIAS

ABRAMOVAY, Ricardo. *Paradigmas do capitalismo agrário em questão*. São Paulo: Hucitec, 1992.

ACRE, Governo do Estado do. *Programa Estadual de Zoneamento Ecológico-Econômico do Estado do Acre*. Zoneamento Ecológico-Econômico do Acre Fase II: documento Síntese – Escala 1:250.000. Rio Branco: SEMA, 2006. 354p.

ALMEIDA, Josimar Ribeiro. *Gestão ambiental: planejamento, avaliação, implantação, operação e verificação*. 2 ed. Rio de Janeiro: Thex, 2004.

ALMEIDA, Rosemeire Aparecida de. *A sociologia da prática de Bourdieu e o campesinato*. Três Lagoas/RS: Revista eletrônica AGB, v. 1, nº 3, ano 3, maio de 2006.

ALVES, José. *A dinâmica agrária do município de Ortigueira (PR) e a reprodução social dos produtores familiares: uma análise das comunidades rurais de Pinhalzinho e Vila Rica*. Presidente Prudente: Unesp, 2004. (Dissertação de Mestrado)

ANDRADE, Manoel Correia de. *Latifúndio e reforma agrária no Brasil*. São Paulo: **Duas Cidades, 1980.**

ARAJA, César. *A (re)valorização do espaço geográfico no contexto de (re)definição de um projeto geopolítico nacional: um foco sobre o confronto de territorialidades da Amazônia brasileira*. Revista Brasileira de Geografia, Rio de Janeiro, v. 54, n. 4, p. 49-59, 1992.

BECKER, Bertha K. *Amazônia: geopolítica na virada do III milênio*. Rio de Janeiro: Garamond, 2004.

BECKER, Bertha K. A (des)ordem global, o desenvolvimento sustentável e a Amazônia. In: CRISTOFOLETTI, Antônio (et al). *Geografia e o meio ambiente no Brasil*. 3ª ed. São Paulo: Hucitec, 2002, p. 47-64.

BECKER, Bertha K. Síntese do processo de ocupação da Amazônia: lições do passado e desafios do presente. In: BRASIL. Ministério do Meio Ambiente. *Causas e dinâmica do desmatamento na Amazônia*. Brasília: MMA, 2001, p. 5-28.

BRASIL. Ministério de Desenvolvimento Agrário. Incra - Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária-Superintendência Regional do Acre. *Sistema de informações de projetos de reforma agrária*. Rio Branco: SR. 14/AC. 2012.

BRASIL. Ministério de Desenvolvimento Agrário. Incra - Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária-Superintendência Regional do Acre. *Relatório de Atividades 2008*. Rio Branco: SR. 14/AC. 2011.

BRASIL. Ministério de Desenvolvimento Agrário. Incra - Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária-Superintendência Regional do Acre. *Identificação dos Projetos de Reforma Agrária*. Rio Branco: SR. 14/AC. 2010.

BRASIL. Ministério de Desenvolvimento Agrário. *Programa de Reforma Agrária para o Desenvolvimento Sustentável do Acre: Plano Regional de Reforma Agrária (2004-2007)*. Rio Branco, 2004.

BRASIL. Ministério de Desenvolvimento Agrário. *Projeto de Desenvolvimento Sustentável-PDS*. Brasília: outubro, 2000.

BUARQUE, Sergio C. *Construindo o desenvolvimento local sustentável: metodologia de planejamento*. Rio de Janeiro: Garamond, 2006, p. 15-56.

CARVALHO, Lucas Araújo. *Colonização e meio ambiente: estudo de duas experiências de assentamento na Amazônia ocidental*. Campinas – SP: Unicamp, 2000 (Tese de Doutorado).

CHAYANOV, Alexander V. Sobre a teoria dos sistemas econômicos não capitalistas de produção. In: SILVA, José Graziano da; STOLCKE, Verena. *A questão agrária: Weber, Lenin, Kautsky, Chayanov, Stalin*. São Paulo: Brasiliense, 1981.

CHAYANOV, Alexander V. *La organización de la unidad económica campesina*. Buenos Aires: Nueva Visión SAIC, 1974. (Tradução para o espanhol: Rosa Maria Rússovich, 1ª edição original em russo, 1925).

COSTA, Wanderley Messias da. *O Estado e as políticas territoriais no Brasil*. 10 ed. São Paulo: Contexto, 2001.

DUARTE, Alex S; COSTA, Bartolomeu, L; SUSSUARANA, Maria Francisca O. Uma abordagem preliminar sobre a questão agrária e o desenvolvimento sustentável no estado do Acre. In: *Uaquiri*, a geografia e a Amazônia em questão. Rio Branco: Revista da Geografia - Ufac, nº 7 e 8, ano 4 e 5, jul/dez de 2006: jan/jun de 2007. ISSN 1806-0218.

FARIAS, Cleilton Sampaio de. *A territorialização da Agroindústria Alcool Verde e a questão agrária no município de Capixaba - AC / Rio Branco: Ufac, 2011*. (Dissertação de Mestrado).

FERNANDES, Bernardo Maçano. Entrando nos territórios do território. In: PAULINO, Eliane Tomiasi; FABRINI, João Edmilson (org.). *Campesinato: territórios em disputa*. São Paulo: Expressão Popular: Unesp. Programa de Pós-Graduação em Geografia, 2008. p. 273-301.

FERNANDES, Bernardo Maçano. Territórios da questão agrária: campesinato, reforma agrária e agronegócio. *Reforma Agrária: Revista da Associação Brasileira de Reforma Agrária - ABRA*. Volume 34 – Nº 2. Jul/Dez – 2007.

FERNANDES, Bernardo Maçano. *Movimentos socioterritoriais e movimentos socioespaciais: contribuição teórica para uma leitura geográfica dos movimentos sociais*. São Paulo: Nera/Unesp, 2005.

FERNANDES, Bernardo Mançano. *A formação do MST no Brasil*. Rio de Janeiro: Vozes, 2000, p. 25-93.

FURTADO, Celso. *O mito do desenvolvimento econômico*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1996.

GERMER, Claus. Perspectivas das lutas sociais agrárias nos anos 90. In: GERMER, Claus; STÉDILE, João Pedro (org.). *A questão agrária hoje*. 3ª ed. Porto Alegre: UFRGS. 2002, p. 259-284.

GUERRA, Antônio Teixeira. *Estudo geográfico do território do Acre*. Brasília: Senado Federal, 2008.

HAESBAERT, Rogério. Concepções de território para entender a desterritorialização. In: SANTOS, Milton; BECKER, Bertha K. *Território, territórios: ensaios sobre o ordenamento territorial*. 2. ed. Rio de Janeiro: PD&A, 2006, p. 43-70.

HAESBAERT, Rogério. *O mito da desterritorialização: do “fim dos territórios” à multi-territorialidade*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2004. p. 35-98.

IANNI, Otávio. *Ditadura e agricultura*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1986.

IANNI, Otávio. *A luta pela terra*. Petrópolis: Vozes, 1979.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. *Histórico das cidades*. Disponível em: www.ibge.gov.br.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. *Censo demográfico 2010*. Disponível em: www.ibge.gov.br

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. *Censo agropecuário 2006*. Disponível em: www.ibge.gov.br.

KAUTSKY, Karl. O camponês e a indústria; a social democracia necessita de um programa agrário. In: KAUTSKY, Karl. *A questão agrária*. São Paulo: Nova Cultural, 1986.

LENIN, W. Ilich. *O problema agrário II*. Belo Horizonte: Aldeia Global, 1979. (traduzido pela Equipe Aldeia Global de *La Alianza de la classe obrera e del campesinato*)

LIMA, Gustavo F. da Costa. *O debate da sustentabilidade na sociedade insustentável*. Revista Política & Trabalho. PPG- Sociologia - UFPB, 1997. p. 201-222.

LINHARES, Maria Yedda; SILVA, Francisco Carlos Teixeira da. *Terra prometida: uma história da questão agrária no Brasil*. Rio de Janeiro: Campus, 1999, 211p.

MAGALHÃES, Juraci Perez. *A ocupação desordenada da Amazônia e seus efeitos econômicos, sociais, econômicos e ecológicos*. Brasília: Completa, 1990.

MARQUES, Marta Inez M. *A atualidade do uso do conceito de camponês*. Presidente Prudente: Revista NERA – ano 11, n. 12 – janeiro/junho de 2008 – ISSN: 1806-6755.

- MARTINS, José de Souza. *A sociedade vista do abismo*. Petrópolis: Vozes, 2002.
- MARTINS, José de Souza. A questão agrária brasileira e o papel do MST. In: MARTINS, José de Souza; STÉDILE, João Pedro (org.). *A reforma agrária e a luta do MST*. Petrópolis: Vozes, 1997. p. 11-76.
- MARTINS, José de Souza. *Expropriação e violência: a questão política no campo*. 3. ed. São Paulo: Hucitec, 1991.
- MARTINS, José de Souza. *Terra de negócio e terra de trabalho*. Contribuição para o Estudo da Questão Agrária no Brasil. Cadernos do CEAS, mai/jun, Salvador, 1980.
- MEDEIROS, Leonilde Servolo de. *Reforma agrária no Brasil: história e atualidade da luta pela terra*. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2003.
- MONTIBELLER FILHO, Gilberto. *O mito do desenvolvimento sustentável: meio ambiente e custos sociais no moderno sistema produtor de mercadorias*. 2 ed. Florianópolis: EDUFSC, 2004.
- MORAIS, Maria de Jesus. “Acreanidade”: invenção e reinvenção da identidade acreana. Niterói: Universidade Federal Fluminense, 2008. (Tese de Doutorado em Geografia)
- MORAIS, Maria de Jesus, et al. Agrovilas dos projetos de colonização Pedro Peixoto e Humaitá – Acre. In: OLIVEIRA, Marco Antonio de, et al. (org.). *Pesquisa sociobioparticipativa na Amazônia Ocidental: aventuras e desventuras*. Rio Branco: Edufac, 2005. p. 185-214.
- NOVAES, Wasington. *Dilemas de desenvolvimento agrário*. São Paulo: Estudos Avançados, n.15, v. 43, 2001.
- OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino de. *Modo de produção capitalista, agricultura e reforma agrária*. São Paulo: Labur Edições, 2007.
- OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino de. A geografia agrária e as transformações territoriais recentes no campo brasileiro. In: CARLOS, Ana Fani Alessandri (org.). *Novos Caminhos da Geografia*. 5ª ed. São Paulo: Contexto, 2005. p. 63-107.
- OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino de. *Barbárie e modernidade: as transformações no campo e o agronegócio no Brasil*. Terra Livre. São Paulo: ano 19, v. 2, n. 21. jul/dez 2003, p. 113-156
- OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino de. Questões Teóricas Sobre a Agricultura Camponesa. In: OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino de. *A agricultura camponesa no Brasil*. São Paulo: Contexto, 2001. p. 45-72.
- OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino de. *A agricultura camponesa no Brasil*. São Paulo: Contexto, 1991.

- OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino de. As relações de Produção na Agricultura Sob o Capitalismo. In: _____. *Modo capitalista de produção e agricultura*. São Paulo: Ática, 1990. p. 59-72.
- PAULA, Elder Andrade de. *(Des)envolvimento insustentável na Amazônia Ocidental: dos missionários do progresso aos mercadores da natureza*. Rio Branco: Edufac, 2005.
- PAULINO, Eliane Tomiasi. *Por uma geografia dos camponeses*. São Paulo: Unesp, 2006.
- PAULINO, Eliane Tomiasi; ALMEIDA, Rosemeire Aparecida de. *Terra e território: a questão camponesa no capitalismo*. São Paulo: Expressão Popular, 2010.
- PENHA, Eli Alves, *Território e territorialidade: Considerações histórico-conceituais*. Revista brasileira de Geografia, Rio de Janeiro, v 59, n 1, p. 7-24, 2005.
- PRADO JUNIOR, Caio. *A questão agrária*. São Paulo: Brasiliense, 1979.
- RAFFESTIN, Claude. *Por uma geografia do poder*. São Paulo: Ática, 1993.
- SACHS, Ignacy. *Caminhos para o desenvolvimento sustentável: idéias sustentáveis*. 2 ed. Rio de Janeiro: Garamond, 2002.
- SACHS, Wolfgang. Meio Ambiente. In: *Dicionário do desenvolvimento: guia para o conhecimento como poder*. Petrópolis: Vozes, 2000. p. 117-131.
- SANTOS, Milton. O retorno do território. In: SANTOS, Milton; SOUZA, Maria Adélia A. de; SILVEIRA, Maria Laura (org.). *Território: globalização e fragmentação*. São Paulo: Hucitec, 2001.
- SANTOS, Milton. *A natureza do espaço: técnica e tempo, razão e emoção*. São Paulo: Editora Hucitec, 1996.
- SANTOS, Milton. *Metamorfoses do espaço habitado, fundamentos teóricos e metodológico da geografia*. São Paulo: Hucitec, 1988.
- SAQUET, Marcos Aurélio. *Abordagens e concepções de território*. São Paulo: Expressão Popular, 2007.
- SHANIN, Teodor. Lições camponesas. In: PAULINO, Eliane T.; FABRINI, João Edmilson (org.). *Campesinato e territórios em disputa*. São Paulo: Expressão Popular, 2008, p. 23-48.
- SILVA, Alberto Ferreira da. *Raízes da ocupação recente das terras do Acre: movimentos de capitais, especulação fundiária e a disputa pela terra*. Belo Horizonte: Cedeplar/UFMG, 1982 (Dissertação de Mestrado).
- SILVA, José Graziano da. *O que é questão agrária*. São Paulo: Brasiliense, 1984.

SILVA, Maria das Graças. *Questão ambiental e desenvolvimento sustentável: um desafio ético-político ao serviço social*. São Paulo: Cortez, 2010.

SILVA, Silvio Simione da. Produção do espaço agrário acreano: o homem, a terra e a floresta. In: SILVA, Silvio Simione da, et al. *Acre: uma visão temática de sua geografia*. Rio Branco: Edufac, 2008.

SILVA, Silvio Simione da. A floresta como dimensão territorial: novos e velhos apontamentos para a compreensão do desenvolvimento agrário na Amazônia-acreana. In: SILVA, Silvio Simione da. *Geografia agrária: teoria e poder*. São Paulo: Expressão Popular, 2007. p. 289-312.

SILVA, Silvio Simione da. *Resistência camponesa e desenvolvimento agrário na Amazônia-acreana*. Presidente Prudente, 2005. 494p. Tese (doutorado em Geografia) FCT/Unesp.

SILVA, Silvio Simione da. *O espaço agrário acreano nas últimas décadas do século XX*. Presidente Prudente: Revista NERA, Ano 7, n. 4, janeiro/julho de 2004. ISSN 1806-6755.

SILVA, Silvio Simione da. *Na fronteira agropecuária acreana*. Rio Branco, AC, 2003.

SOUZA, Carlos Alberto Alves de. *Historia do Acre: novos temas, nova abordagem*. 2 ed. Rio Branco: Carlos Alberto Alves de Souza, 2005.

SOUZA, Marcelo José Lopes de. Da “diferenciação de áreas” à “diferenciação socioespacial”: a “visão (apenas) de sobrevôo” como uma tradição epistemológica e metodológica limitante. In: *Cidades*. Presidente Prudente, v. 4, n. 6, p. 101-114, jan./dez., 2007.

SOUZA, Marcelo José Lopes de. O território: sobre espaço e poder, autonomia e desenvolvimento. In: CASTRO, Iná Elias de; GOMES, P. César da Costa; CORRÊA, Roberto Lobato (org). *Geografia: conceitos e temas*. 3 ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2001. p. 77-116.

STÉDILE, João Pedro. A luta pela reforma agrária e o MST. In: STÉDILE, João Pedro. *A reforma agrária e a luta do MST*. Petrópolis: Vozes, 1997. p. 95-110.

WANDERLEY, Maria de Nazareth Baudel. Raízes históricas do campesinato brasileiro. In: *Anais do XX Encontro Anual da Anpocs*. GT 17. Processos sociais agrários. Caxambu, MG. Outubro, 1996.

WOLSTEIN, Almaisa R. P.; LIMA, Eliane M.; NASCIMENTO, Francisco J. *Estrutura fundiária do Estado do Acre*. Rio Branco, 2006 (mimeo).

SINOPSE

Territorialidade camponesa: estratégias de reprodução e organização socioespacial analisa o processo de territorialização dos assentamentos familiares rurais no estado do Acre, partindo de uma reflexão sobre a pertinência dos conceitos de território e de campesinato; aborda os principais desdobramentos da questão agrária brasileira e, em particular, do Acre. O autor discorre sobre a reprodução camponesa e seus condicionantes no espaço rural produzido. A presente obra discute de maneira clara as modalidades de assentamentos rurais implementadas pelo Instituto Nacional de Reforma Agrária - Incra e suas implicações sobre o uso da terra por parte das populações beneficiadas, apresentando uma lógica de ordenação territorial própria do trabalhador rural, desvendando seu modo de vida e estratégias de permanência no local.

SOBRE O AUTOR



É bacharel e licenciado em Geografia pela Universidade Federal do Acre. Especialista em Política de Igualdade Racial na Escola – Uniafro/Niead/Ufac. Possui mestrado em Desenvolvimento Regional/MDR/Ufac. Docente de Ensino Básico Técnico e Tecnológico-EBTT/área Geografia, do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Acre - Ifac (Campus Xapuri). Tem experiência na área de Ciências Humanas, com ênfase em Geopolítica e Geografia Regional, atuando principalmente nos seguintes temas: questão agrária, questão ambiental, planejamento regional e desenvolvimento socioterritorial.

